

B.A. AN. BSB, ATO. 36.5, P. 1/135



Ministério da Justiça

SEDH
00005.002737/2004-59

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

13/12/2004

121/04
08/04/04

INTERESSADO:

SELMA DA ROCHA GUALBERTO E OUTRA

ASSUNTO:

GERALDO DA ROCHA GUALBERTO

CÓDIGO:

OUTROS DADOS:

MOVIMENTAÇÕES

Seq.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Seq.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			//	15			//
02			//	16			//
03			//	17			//
04			//	18			//
05			//	19			//
06			//	20			//
07			//	21			//
08			//	22			//
09			//	23			//
10			//	24			//
11			//	25			//
12			//	26			//
13			//	27			//
14			//	28			//

*Sem
contato
confirmar*

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
- SENAPRO -

ATO. 36.5, P2/135

08/07/04
Fls. 02
Rubric:

À
COMISSÃO ESPECIAL
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BRASÍLIA-DF

Serviço Público Federal
COMISSÃO ESPECIAL
Lei n.º 9140/95 - DESAPARECIDO POLÍTICOS
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Em 08 / 07 / 04
Francisco Nelder Macêdo Pereira
Comissão Especial Lei n.º 9.140/95
Secretaria Executiva
Identidade n.º 54.765-55/104

Ref: Indenização por morte decorrente de repressão policial em manifestação pública.

Digníssimos Senhores,

MARIA TEREZA DA ROCHA, brasileira, viúva, aposentada, portadora da Identidade de n. M. 7.208.388 SSP MG, CPF 017.394.846/49, residente na R. Viena, 36 Bairro Bethânia, nesta cidade de Ipatinga, estado de Minas Gerais, em conformidade com o estabelecido nas **Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995** e **Lei nº 10.536 de 14 de agosto de 2002** e ainda ancorado pela **lei 10.875/2004**, neste ato representada pela filha **SELMA DA ROCHA GUALBERTO**, brasileira, solteira, natural de Guanhães Estado de Minas Gerais, portadora da carteira de identidade, RG MG- 10.244.012, CPF 336.841.896-34, residente na rua Viena, 36 Bairro Bethânia Município de Ipatinga, CEP 35160-000, Estado de Minas Gerais, através da procuração por instrumento público em anexo, vem, perante os ilustres membros e julgadores desta estimada Comissão Especial **REQUERER** a devida indenização pelos fatos a seguir relatados:

Na data de 07 de outubro de 1963, a cidade de Ipatinga foi palco de um evento sangrento, ocasionado por uma violenta repressão militar à greve dos





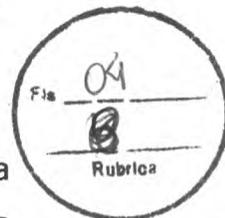
trabalhadores da empresa Usinas Siderúrgicas Intendente Câmara de Minas Gerais **USIMINAS** do Grupo Siderbrás, quando de sua fundação e implantação nesta cidade. Esse dia é reconhecido pelas autoridades institucionais e principalmente pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais como o dia do "**MASSACRE DE IPATINGA**"

No referido evento, os policiais militares, por ordem do comando geral da Polícia Militar e do Governo do Estado e ainda em acordo com o Governo Federal, com o objetivo de sufocar a greve, agiram com brutal violência, abrindo fogo contra o grupo de trabalhadores, que encontrava-se completamente sem defesa, e sem esboçar nenhuma ameaça a ordem pública. O episódio resultou em várias mortes, mutilação e desaparecimento de muitos operários. Era sim, este 07 de outubro de 1963 um ensaio para consolidação do golpe de 1964 e repressão a reações livres e populares.

Dentre as vítimas fatais, figura o Sr. **GERALDO DA ROCHA GUALBERTO**, filho da requerente, que em decorrência dos disparos de arma de fogo dos policiais militares veio a falecer no dia 16 (dezesesseis) do mês de outubro do ano de 1963.

Diante do exposto, como mãe da vítima, amparada pelas legislações já descritas, **REQUER**, a indenização a qual considera de direito líquido e certo, para a reparação da atrocidade cometida pelo Estado contra o ente querido. Junta, neste ato, os documentos necessários para a prova da ocorrência do evento, bem como comprovação da legitimidade do parentesco, conforme rol abaixo apresentado.

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.



Dessa forma, espera, seja por parte dos pares dessa estimada **COMISSÃO ESPECIAL**, reparado esse crime cometido pelo Estado contra a vítima **GERALDO DA ROCHA GUALBERTO**, para que se restabeleça a verdadeira justiça que caracteriza um Estado Democrático de Direito.

Termos em que
Pede Deferimento

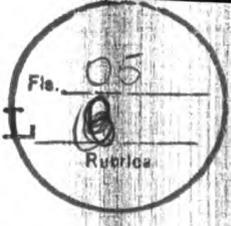
Ipatinga, 23 de junho de 2004

Selma da Rocha Gualberto

Selma da Rocha Gualberto

ROL DE DOCUMENTOS

- 1 - Certidão de óbito
- 2 - Certidão de nascimento da requerente
- 3 - Procuração por instrumento público
- 4 - Cópia RG e Cópia do CPF
- 5 - Foto da vítima Geraldo da rocha Gualberto
- 6 - Comprovante de endereço da requerente
- 7 - Matérias de jornais da época do fato.
- 8 -Cópia do livro "Massacre de Ipatinga" de autoria de Carlindo Marques, prefaciado pelo Exmo Sr. Nilmário Miranda Secretário de Direitos Humanos, onde figura o requerente como vítima do evento.
- 9 - Apostila - Especial dos 40 anos de Ipatinga
- 10-Pesquisa da PUC e UFMG



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
COMARCA DE IPATINGA - M.G.
Titular: Dr. Roberto Luiz de Barros Castro
CEP: 35.168-034
FONE: (031) 822-3584

REGISTRO CIVIL DE IPATINGA
ROBERTO LUIZ DE BARROS CASTRO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que neste cartório foi lavrado assento de óbito do qual se lê:

Nº Livro.: 2 Nº Folhas.: 126 Nº Termo.: 1804
(ROBERTO) (16:33:47)

Aos dezesseis(16) de outubro de mil novecentos e sessenta e três/
(1963)/

ASTRAMIRO DA ROCHA GUALBERTO, , /

compareceu neste cartório e declarou, exibindo atestado médico firmado
pelo(a) Doutor(a) Hercílio da Costa Lage, CRM
que no dia sete(07) de outubro de mil novecentos e sessenta e três/
(1963), às oito horas e trinta minutos (08:30 h)/
em consequência de anemia aguda devido projétil de arma de fogo/
em, na Usiminas, Ipatinga, MG/

faleceu GERALDO DA ROCHA GUALBERTO/

do sexo masculino, estado civil solteiro/
com vinte e oito(28) anos de idade/
de cor morena/
natural de Braúnas, MG/
residente à , Ipatinga, MG/
com a profissão de vigilante/
filho de ROMEU GUALBERTO, /
e MARIA TEREZA DA ROCHA, /
naturais de ./

Termo lavrado pelo então Oficial José Miranda de Sá.

Declarou ignorar se deixa ou não bens a inventário/
e que o corpo será sepultado em Braúnas, MG/

O referido é verdade, do que dou fé.

Ipatinga, 20 de outubro de 1999.

Dr. Roberto Luiz de Barros Castro
TITULAR

AUTENTICAÇÃO
CARTÓRIO DE PAZ E NOTAS DE BARRA FERRAZ
IPATINGA - MG



Certifico, conforme estatui o artigo do Decreto nº 2149 de 25/04/94 que a copia foi feita em conformidade com o original e assinada pelo Oficial do Registro Civil.
Data: 22/03/04
[Signature]

República Federativa do Brasil

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fila 06
Rubrica



Maria Paula do Amaral
Escrivão do Juízo de Paz e Oficial do Registro Civil

Distrito de *Sapucaia*
Município de *Guanhaes*
Comarca de *Guanhaes*



CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, sob o N.º *1.510* fls. *154* do livro N.º *3* do Registro de nascimento, encontra-se assento de *Selma da Rocha* nascido aos *9* de *maio* de *1943*, às *130* horas e *-* minutos, na *Vila Sapucaia de Guanhaes* do sexo, *masculino* cor *branca* filho de *Romeno Quaberto* e de Dona *Maria Tereza da Rocha* sendo avós paternos *Otávio Otávio de Figueiredo Quaberto* e Dona *Semiramés de Figueiredo Pinto* sendo avós maternos *Josefina Rodrigues Rocha* e Dona *Ermelinda Josefina da Rocha* tendo sido declarante *o pai da registranda* e testemunhas *Jose Magalhães Barbalho* e *Autônio de Pinho Sobrinho*
Observações *Registro feito aos 18 de maio de 1943.*
A. Palar

O referido é verdade dou fé:
Sapucaia de Guanhaes, 28 de dezembro de 1970

D. B. e S. *[Signature]* O OFICIAL. *Sant.*

Maria Paula do Amaral



27 Maria 2004
MODELO 45
GRAFICAGÊS



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

E.M.I. nº 9 - CCIVIL/SEDH-PR

Em 24 de março de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência a minuta de medida provisória destinada a alterar as Leis nºs 9.140/95 e 10.536/2002 que estabelecem normas para o reconhecimento como mortas de pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação, em atividades políticas, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 até 5 de outubro de 1988.

Trata-se de proposta de medida provisória destinada a preencher lacuna gerada pelas leis vigentes.

Em 4 de dezembro de 1995, foi promulgada a Lei nº 9.140/95 que concedeu direitos aos familiares de pessoas desaparecidas ou mortas em dependências policiais ou assemelhadas, por motivação política, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 até 15 de agosto de 1979. Com base nessa lei, a Comissão Especial instituída no art. 4º recebeu 366 solicitações de indenizações. Foram pagas pelo governo brasileiro 280 indenizações.

Com a promulgação da Lei nº 10.536, em 14 de agosto de 2002, que alterou dispositivos da Lei nº 9.140/95, ampliou-se o limite para o reconhecimento de mortos e desaparecidos políticos até 5 de outubro de 1988. A nova lei estabeleceu ainda o prazo de 120 dias para apresentação de novos requerimentos, a contar de sua publicação.

Com o novo prazo para apresentação de requerimentos de indenização, disposto no art. 2º da Lei nº 10.536/02, foram apresentados 106 requerimentos. Porém, parte das solicitações envolve pessoas que foram mortas em razões de situações não abrangidas pela lei vigente. São pessoas que foram assassinadas em passeatas e manifestações de rua ou que cometeram suicídio fora das dependências policiais, após período de prisão e maus tratos. Há também casos de pessoas que faleceram em casa em decorrência dos ferimentos sofridos durante a prisão. Todas essas pessoas estão fora dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.140/95.

Assim, a presente proposição de medida provisória, que submetemos à Vossa Excelência, tem como objetivo amparar as últimas ocorrências de desaparecimentos ou mortes não enquadráveis nas hipóteses preexistentes nas Leis nºs 9.140/95 e 10.536/2002.

Com mais esse passo, o Brasil certamente poderá encerrar de uma vez por todas um capítulo triste de sua história e reconhecerá sua responsabilidade, atinente ao período do regime assinalado, pelas mortes de pessoas nas condições indigitadas.

Com a edição dessa medida provisória, é estimada a apresentação de aproximadamente 120 (cento e vinte) novos requerimentos.

Será necessário, na garantia de solução dos problemas ora apresentados, a suplementação de crédito orçamentário equivalente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo R\$ 9.000.000,00 (nove milhões) para pagamento de indenizações deferidas e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para busca de restos mortais, diligências em geral e procedimento de identificação dos despojos porventura encontrados (exame de DNA). Essas indenizações serão efetivadas na medida em que o crédito for suplementado

Essas novas iniciativas decorrem do dever do Estado na reparação de danos causados por seus agentes públicos às pessoas. Trata-se de direito imprescritível e fundamental pertencente aos familiares das vítimas do regime de exceção, conforme preceitua diversos diplomas internacionais ratificados pelo Brasil assim como pela Constituição Federal.

A edição das novas disposições, por meio de medida provisória, torna-se necessário para que se agilize o novo ordenamento e para que não se prolonguem os debates no Congresso Nacional sobre a questão. Os dispositivos previstos no art. 62 da Constituição Federal que franqueia ao Presidente da República a emissão de medidas provisórias em casos de relevância e urgência estão atendidos uma vez que a reparação já tarda e deve ser feita com a maior celeridade possível.

Desta forma, Senhor Presidente, acreditamos que, com essa medida provisória conseguiremos reparar uma lacuna e efetivar o compromisso permanente do Estado com a garantia dos princípios éticos e legais independentemente e acima da temporalidade dos governos.

Respeitosamente,

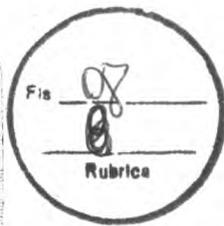
JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

NILMÁRIO MIRANDA

Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

ATO. 36.5, P 10/135



CIC

NASCIMENTO
09.05.43

INSCRIÇÃO NO CPF
336 841 896 34

CONTRIBUINTE

SELMA DA ROCHA GUALBERTO

[Signature]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Selma da Rocha Gualberto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Selma da Rocha Gualberto

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-10.244.012 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/06/1995

NOME
SELMA DA ROCHA GUALBERTO

FILIAÇÃO
ROMEU GUALBERTO
MARIA TEREZA DA ROCHA

NATURALIDADE
GUANHAES-MG DATA DE NASCIMENTO
9/5/1943

DOC ORIGEM NASC. LV-3 FL-154
GUANHAES-MG

CPF
BELO HORIZONTE, MG
P. II-1251

[Signature]
ASSINATURA DO DIRETOR DO DCM/MS 1. VIA

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



5



general da Rocha gualberto



RELATÓRIO DE DEPOIMENTO

MASSACRE DE IPATINGA - 7 DE OUTUBRO DE 1963

Em 7 de outubro de 1963 os moradores da cidade de Ipatinga vivenciaram um momento de confronto coletivo desencadeando um massacre na cidade, produto do processo de questionamentos e protestos dos funcionários da USIMINAS no contexto das relações de trabalho na empresa. As queixas giravam em torno das agressões que, segundo os mesmos foram efetuadas contra eles pelos policiais militares na noite anterior. Em um movimento promovido pelos funcionários que exibiam as marcas físicas das agressões citadas e protestavam contra os maus tratos, policiais armados, dão início a um tiroteio que por não ter um alvo certo, faz vítimas em vários pontos das áreas físicas próximas à empresa. Como consequência, um numero significativo da população foi atingido com ferimentos graves e mortos que deixaram familiares desprovidos de seus mantenedores.

Neste contexto se encontra a família do Sr. Geraldo Rocha Gualberto alfaiate recém chegado à região, que foi morto na manhã do dia 7 de outubro, quando saiu da Candangolândia (atual bairro Amaro Lanari) com destino ao centro da cidade de Ipatinga onde compraria material para uma encomenda.

Segundo familiares, Geraldo fazia o trajeto de ônibus quando foi impelido a descer deste veículo em detrimento de um bloqueio realizado pelos operários da empresa na estrada próximo ao bairro Horto, em frente à portaria da USIMINAS. Nesse momento, encontrou o primo João Bosco Gualberto, que levaria sua caminhonete para lavar no bairro Horto, mas por causa do bloqueio também ficou parado no local da mobilização operária.

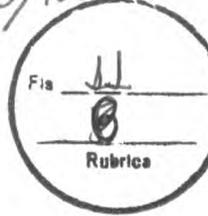
Os primos nunca haviam se encontrado em Ipatinga e aproveitaram o momento para conversar. Enquanto conversavam, inesperadamente, uma pedra atingiu um dos policiais que se encontrava próximo aos dois homens. E a partir daí outros tiros foram emitidos pela polícia que atirava para cima tentando assustar e o pessoal e intimidar o movimento que se instalava. Com a tentativa de impedimento frustrada, os tiros continuaram e os dois primos começam a correr e tentaram se esconder atrás de um monte de terra. Antes que conseguissem, uma bala acertou o alfaiate que anuncia sua morte ao primo dizendo: "já estou morto"! Recebeu um tiro nas costas e caiu sobre o primo João Bosco". Com o primo no colo, João Bosco esperou que o caminhão com os policiais se afasse e foi chamar uma ambulância. Geraldo Rocha foi levado para o ambulatório da Usiminas aonde chegou sem vida.

As informações contidas neste relatório foram adquiridas em entrevista com familiares a irmã Magna Gualberto e o primo João Bosco Gualbert , realizada por Eva Maria dos Reis Gomes no dia 01 de Junho de 2004.

Ipatinga, 01 de Junho de 2004


Eva Maria dos Reis Gomes
Psicóloga

ATO. 36.5, P. 13/135



SELMA DA ROCHA GUALBERTO
R. VIENA
BETHANIA
35164-125
IPATINGA 35 CA A MG

PARA CONTATO COM A COPASA
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA
0 010 376 519 1

Vencimento
12/02/2004

Identificador do Hidrômetro A01A 050239	Produto Água Esgoto	Quantidade de Economias por Categoria Residencial Comercial Industrial Pública 1 1	Número da fatura: 001.04.05094776-1
Leitura Atual 125 30/01/2004	Leitura Anterior 121 02/01/2004	Dias de Consumo 28	Emissão da fatura: 03/02/2004
		Próxima Leitura 02/03/2004	Mês/Referência: 02/2004

Volume Faturado m3	Dias entre Medições	Média Diária m3	
Fev/2004	10	28	0,36
Jan/2004	10	31	0,32
Dez/2003	10	29	0,34
Nov/2003	10	32	0,31
Out/2003	10	30	0,33
Set/2003	10	32	0,31
Ago/2003	10	30	0,33
Jul/2003	10	30	0,33
Jun/2003	10	31	0,32
Mai/2003	10	31	0,32
Abr/2003	10	32	0,31
Mar/2003	10	29	0,34

Descrição de Lançamentos		
AGUA/ESGOTO		19,560
AGUA/ESGOTO - DESCONTO POR CONSUMO MINIMO		2,74-
MULTA P/ATRASSO /MES 01/2004 FATURA: 00104005414767		0,38
JUROS DE MORA /MES 01/2004 FATURA: 00104005414767		0,02

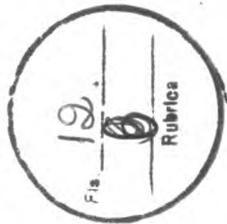
Total a Pagar
*****R\$19,56

Mensagens relativas à fatura:	Agência mais próxima: RUA TIRADENTES 96 CIDADE NOBRE Tel: 195 de 08:00 as 17:00
Informações gerais:	Pagando até o vencimento, você evita

CONCURSO COPASA: INSCRICOES 09 A 20/02/04 - INFORME-SE 3375-6000; EDITAL WWW.FUMARC.COM.BR;WWW.COPASA.COM.BR

COBRANCA DE MULTA DE 2%, JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA.
SUSPENSAO DA PRESTACAO DE SERVICOS, A PARTIR DE 15 DIAS DO VENCIMENTO

0197 310940704 2004



A.T.O. 36.5, P. 14/135

I MASSACRE DE IPATINGA

UM DOS 78 NOMES DA LISTA DE PESSOAS ATINGIDAS PELOS DISPAROS NA MANHÃ DE 7 DE OUTUBRO DE 1963, NA USIMINAS, JOSÉ ELIAS DOS SANTOS FOI APOSENTADO POR INVALIDEZ, MAS EM QUASE 40 ANOS DE SOFRIMENTO EVITOU RECLAMAR DA TRAGÉDIA QUE O ATINGIU

Vítima prefere sofrer em silêncio

MARCELO FREITAS

A lista oficial de feridos do Massacre de Ipatinga, divulgada na tarde de 7 de outubro de 1963, é composta por 78 nomes. José Elias dos Santos é um deles. Naquela manhã, ele bateu o cartão e foi liberado do trabalho, porque a usina estava parada. Por isso, decidiu voltar para casa.

Estava a 50 metros dos policiais no momento em que foram disparados os primeiros tiros. Atingido, José dos Santos ficou uns 40 minutos no chão, até ser socorrido. Junto com outros feridos, foi levado para a Casa de Saúde Santa Terezi- nha, em Coronel Fabriciano,

onde permaneceu internado por três meses.

Ao sair, estava inválido. O tiro fraturou sua perna esquerda, que ficou menor do que a direita depois que o osso se colou. José dos Santos ficou manco. Durante seis meses, recebeu o salário normalmente. Depois, foi dispensado. A empreiteira Fichet, onde trabalhava, alegou que a obra - montagem das estruturas metálicas da Usiminas - havia terminado.

A partir daí, nunca mais conseguiu emprego. Foi aposentado por invalidez. Para criar os sete filhos, aprendeu a trabalhar como pedreiro. Aos 69 anos, mora hoje no mesmo local - Grota do

"NINGUÉM PROCUROU AJUDAR, FAZER ALGUMA COISA"

■ José Elias dos Santos, sobrevivente do massacre

IAPI, um bairro da periferia de Ipatinga - em que residia naquele 7 de outubro.

José dos Santos nunca pensou em entrar na Justiça para reivindicar indenização por sua invalidez. Ainda hoje, tem medo de que alguma represália possa ocorrer aos filhos. Um deles, o mais velho, é funcioná-

rio da Usiminas há 20 anos.

José dos Santos não se arrepende da opção pelo silêncio, mas acha que algum tipo de ajuda deveria ter sido dada a quem foi ferido ou perdeu parentes na tragédia. Ele conta que, algumas vezes, chegou a pensar em participar de atos de solidariedade em favor dos parentes dos mortos e dos feridos, mas acabou desistindo. "Sempre pensava em ir, mas nunca fui. Pensava assim: se eu subir lá no palanque, vou ser criticado. Pode não ser na minha presença, mas vou ser criticado. A gente é pobre e de cor. Vão falar: é preto doído. Não vou aborrecer ninguém. Então, deixa o meu aborrecimento comigo."

Aposentado narra o seu pesadelo



Onofre Santiago de Carvalho: "Não sei por que eu parei ali"

Embora também estivesse no mesmo local dos tiros, o metalúrgico da Usiminas Onofre Santiago de Carvalho teve destino menos trágico do que José dos Santos. O tiro disparado pela polícia passou a meio palmo de sua cabeça. "Na confusão, eu caí no chão, escorreguei, rastejei e saí fora. Não foi brincadeira, não. Foi um pesadelo."

Depois de escapar do tiro, ele ainda pôde presenciar o instante em que os operários levaram o corpo de um colega morto e o colocaram em cima da mesa do diretor de Relações Industriais da Usiminas, Gil Guatimosin. "Você matou, você enterra!", disseram os operários a ele.

Onofre de Carvalho se apo-

sentou como metalúrgico da Usiminas, em 1988, após trabalhar na empresa por 25 anos e oito meses. Hoje, mora em um bairro de classe média de Ipatinga, onde tem uma oficina "para passar o tempo". Há algumas semanas, recuperou-se de uma cirurgia no coração. Por isso, acha que agora chegou a hora de aposentar-se de vez. "Agora, vou parar mesmo", diz.

João Bosco Gualberto, outro sobrevivente do 7 de outubro, não pensa em parar tão cedo. Ele é dono de um movimentado bar no bairro Novo Cruzeiro, próximo ao centro de Ipatinga. Na época, vendia "capado" (carne de porco). No dia, parou seu caminhão próximo à concentração dos operários da Usi-

minas, onde se encontrou com o primo **Geraldo Rocha**. Ao receber o tiro, Geraldo caiu morto, com a cabeça encostada em sua perna. Hoje, João Bosco diz que se salvou por um milagre.

Depois daquele dia, viveu uma vida itinerante. Veio para Belo Horizonte e, em seguida, voltou para Braúnas, onde nasceu. Depois, mudou-se de novo para Ipatinga, onde montou um pequeno comércio na zona boêmia. Em 1968, entrou para a Cemig, onde trabalhou como eletricitista até 1994, quando se aposentou. Ao relembrar o episódio de 1963, até hoje se pergunta: "Não sei por que eu parei ali. Em momento algum eu imaginava que aquilo ia acontecer comigo".



FOTOS MARCELO SANT'ANNA

DRAMA

José Elias dos Santos: "Deixa o meu aborrecimento comigo"

I MASSACRE DE IPATINGA

PADRE QUE DEFENDEU OS OPERÁRIOS AFIRMA QUE, DIANTE DA TENSÃO PROVOCADA POR PROTESTOS DOS TRABALHADORES, POLICIAIS E OPERÁRIOS SE APAVORARAM. PARA ELE, CONFRONTO ACONTECEU POR CAUSA DO DESPREPARO DA PM PARA ABRIR AS NEGOCIAÇÕES E SOLUCIONAR O IMPASSE

Caos foi a causa da tragédia

Na véspera do Massacre de Ipatinga, um domingo, o padre Vidigal, vigário da cidade tentou, a todo custo, evitar o pior. Foi ele quem intercedeu em favor dos trabalhadores enfileirados no alojamento Santa Mônica. Lá moravam cerca de 2 mil funcionários da Usiminas. Sua intermediação também foi decisiva para que os presos do alojamento Chicago, localizado próximo dali, fossem libertados, já na madrugada de segunda-feira.

Na manhã daquele fatídico dia, padre Avelino fez vários apelos ao tenente Jurandir Gomes de Carvalho a fim de que evitasse o uso da força para dispersar a concentração dos trabalhadores em frente ao portão da Usiminas. Foi ele também que, ao perceber o agravamento da situação, dirigiu-se ao escritório central da Usiminas em busca de uma solução para o conflito que se avizinhava. "Havia disposição para negociar. O que não houve foi tempo", afirma padre Avelino.

Quarenta anos depois, ele prefere não usar a expressão "massacre" para definir o que ocorreu em frente à Usiminas naquele 7 de outubro de 1963. Para ele, o episódio foi resultado de um despreparo geral por parte de todos os que estavam ali presentes. A começar dos próprios policiais. "Eles ficaram apavorados e doidos. Estavam salvando a própria pele". Padre Avelino também culpa a Usiminas. "A empresa



ARQUIVO ESTADO DE MINAS

CONFRONTO

Operários da Usiminas se rebelaram contra o tratamento que recebiam nos alojamentos da Usiminas e enfrentaram a polícia

não estava preparada para um acontecimento daqueles. Não estava preparada para uma convulsão social".

No dia seguinte ao do conflito de 7 de outubro, os trabalhadores destruíram a picareta e queimaram o caminhão que le-

vou os soldados da PM para acompanhar a concentração em frente ao portão de entrada da Usiminas e lhes deu fuga. Du-

rante várias semanas, Ipatinga permaneceu sem policiamento, já que o clima de hostilidade em relação à PM era muito grande.

"A EMPRESA NÃO ESTAVA PREPARADA PARA UM ACONTECIMENTO DAQUELES. NÃO ESTAVA PREPARADA PARA UMA CONVULSÃO SOCIAL"

■ Padre Avelino

Para pôr fim ao impasse, a solução foi, novamente, o padre Avelino. O vigário de Ipatinga foi procurado por representantes do alto comando da PM à paisana, que pretendiam retomar o policiamento na cidade. Na ocasião, padre Avelino ponderou a eles que o retorno da tropa de uma hora para outra talvez não fosse prudente.

Para amenizar a situação, ele sugeriu que, em vez dos policiais, fosse enviada a banda de música da corporação, que chegou à cidade, fez sua apresentação e, imediatamente, entrou no ônibus e retornou para Belo Horizonte. "Todo mundo ficou olhando de longe", lembra padre Avelino. Passados alguns dias, os primeiros policiais desembarcaram em Ipatinga. Aos poucos, o policiamento foi retomado. (MF)

LEIA AMANHÃ SOBRE AS DÚVIDAS ACERCA DO MASSACRE



410.36.5.P. 15/135

ciano, no Vale do Aço.

A novidade é que, quase 40 anos depois, os familiares dos mortos de 7 de outubro de 1963 poderão ter direito a indenização em dinheiro. A medida está sendo estudada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

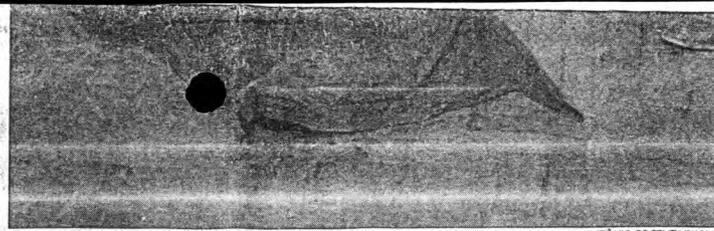
Segundo o secretário Nilmar Miranda, deverão ser contemplados os familiares dos cidadãos que perderam a vida em confrontos de rua com a polícia ocorridos entre 1961 e 1988, quando o Brasil ganhou sua atual Constituição. O Massacre de Ipatinga foi um desses casos. A Usiminas informou que não fará qualquer pronunciamento sobre o caso. Alegou que o conflito ocorreu

panhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a usina de Ipatinga integra o Sistema Usiminas, maior conglomerado siderúrgico brasileiro.

apenas meio palmo de sua cabeça. A bala que atingiu José Elias dos Santos não tirou sua vida,

mas o deixou inválido. José Isabel, Geraldo Rocha e Antônio Reis não tiveram a mesma sorte de Onofre. Os três não resistiram aos tiros e morreram. Geraldo e Antônio morreram na hora. José Isabel penou por dez dias no hospital. Os três compõem a relação das pessoas que perderam a vida num dos mais obscuros episódios da história de Minas Gerais.

A lista oficial foi divulgada na tarde do dia 7. Dela, não consta, por exemplo, o nome de José Isabel do Nascimento, o fotógrafo. Nem de pessoas que teriam morrido dias de-



ANTÔNIO COCENZA/8/10/1963

SALDO TRÁGICO

Metalúrgicos observam o corpo de colega morto no confronto. No chão, outra vítima; um mendigo cego

pois nos hospitais da região ou nos morros que circundam a usina. Feridas, as vítimas não chegaram a ser socorridas. Os corpos somente foram localizados dias depois. Conta-se em Ipatinga que pessoas fugiram para o mato e lá morreram. Só foram descobertas quando

urubus passaram a sobrevoar o local onde caíram.

Em 31 de março de 1964, cinco meses depois do conflito de 7 de outubro, o golpe militar silenciou o Vale do Aço. Ninguém se atreveu a continuar falando sobre o caso. Tampouco a reivindicar qual-

quer tipo de indenização.

Três anos depois, os policiais foram absolvidos pela Justiça Militar. Como, em determinado momento, eles foram cercados pelos manifestantes, os jurados acataram a tese de que agiram em legítima defesa.

Alfaiate morre por observar confronto

A notícia de que Geraldo Rocha morreria em frente à Usiminas chegou ao pequeno município de Braúnas na tarde do mesmo dia da tragédia, 7 de outubro de 1963. Pouco tempo depois, a casa onde moravam seus pais já estava cheia. A notícia correu logo. O corpo foi levado para Braúnas numa camionete. Estava sujo e cheirava mal. Por isso, foi enterrado na madrugada do dia seguinte, no pequeno cemitério da cidade, localizada a pouco mais de 50 quilômetros de Ipatinga.

Como ainda era noite, o sepultamento foi iluminado por faróis de carros. Algumas semanas depois, o corpo foi desenterrado e submetido a autópsia, que não foi feita quando de sua liberação para o sepultamento.

No cemitério de Braúnas, de muro branco e grades azuis, não há qualquer placa indicando o local onde Geraldo Rocha está enterrado, mas Rubens Fortunato sabe muito bem onde descansa o amigo de infância. "Fica mais ou menos na entrada do cemitério, uns cinco ou seis metros à esquerda da passarela do cruzeiro", diz ele, apontando para o local.

A morte de Geraldo Rocha

foi uma fatalidade. Em 7 de outubro, o alfaiate foi a Ipatinga fazer compras. Com a estrada bloqueada, não pôde dar prosseguimento à viagem. Ao descer do ônibus, encontrou o primo João Bosco Gualberto. Juntos, ficaram observando a movimentação dos trabalhadores e dos policiais.

Assim que foram disparados os primeiros tiros, os dois correram. No momento em que ia deitar-se no chão, atrás de um monte de terra batida, Geraldo recebeu o tiro que lhe tirou a vida. A bala o atingiu nas costas. Antes de morrer, teve tempo de pronunciar suas duas últimas palavras: "Estou morto!"

O corpo foi retirado do local meia hora depois e levado para o ambulatório da Usiminas, localizada a poucos metros dali. João Bosco lamenta até hoje a perda do primo. "Era um moreno alto. Tranquilo, só vivia alegre. Não bebia nem fumava. Era igual a uma moça." Geraldo Rocha era o filho mais velho de uma família de 11 irmãos.

Magna e Helena Gualberto, suas irmãs, tinham 11 e 15 anos quando Geraldo morreu. Ainda hoje, o sentimento que carregam é de muita tristeza. "Pelo



MARCELO SANT'ANNA

COBRANÇA

Magna Maria Rocha e Helena Gualberto, irmãs de Geraldo Rocha, estão dispostas a exigir indenização

tempo, era para a gente esquecer, mas a gente não esquece."

PREMONIÇÃO

Quando saiu de casa para ir trabalhar, ainda na madrugada de 7 de outubro, Antônio José dos Reis pediu à mulher, Tereza Gomes, que não se preocupasse, porque não pretendia se envolver no movimento dos operários da Usiminas. Queria voltar para casa o mais rapidamente possível. Não voltou. Por volta das 10h, Tereza recebeu a

notícia de que o marido havia morrido. O corpo foi entregue no final da tarde e sepultado na manhã do dia seguinte.

A exemplo dos familiares de Geraldo Rocha, Tereza também acha que a morte do marido foi uma fatalidade. "Ele morreu inocentemente. Já vinha embora, até que a polícia passou atirando em quem achasse pela frente. Tinha que acontecer. As pessoas, quando nascem, Deus escreve o destino."

Após a morte de Antônio,

Tereza recebeu, durante dois anos e meio, uma cesta básica mensal da Usiminas. Com a inauguração do Hospital Márcio Cunha, construído pela empresa, ganhou um emprego na lavanderia, onde trabalhou até se aposentar, em 1992. Quando completaram 18 anos, seus filhos chegaram a pensar na possibilidade de reivindicar indenização pela morte do pai. Receberam como resposta a formação de que o prazo "havia caducado".

militar, ela temia que algo pudesse acontecer aos filhos, se passasse a reivindicar qualquer tipo de reparação pela morte do marido.

Dona Geralda mora até hoje na mesma casa em que se despediu do marido, há 40 anos. Rossi do Nascimento guarda todas as fotos feitas pelo pai metalúrgico e fotógrafo. Espera um dia publicá-las. Outros vestígios físicos da existência de José Isabel do Nascimento não existem mais. O cemitério onde estava sepultado foi transferido de lugar. Hoje, Rossi não sabe dizer onde estão os restos mortais do pai.

Irmãs vão reivindicar indenização

Magna e Helena Rocha Gualberto, irmãs de Geraldo Rocha, pretendem reivindicar indenização, caso a medida seja posta em prática pelo governo federal. Como Geraldo, na época, era arrimo de família, elas acreditam que o dinheiro será empregado para que problemas financeiros de alguns de seus irmãos possam ser solucionados.

Idêntico procedimento será adotado também por Tereza Gomes, viúva de Antônio José Reis. "Se tiver direito, é claro que eu quero", afirma. Se vier a receber a indenização, ela pretende utilizar o dinheiro para que seus dois filhos façam mestrado. "Se meu marido estivesse vivo, ele teria propiciado essa condição para eles. O Antônio não tinha muita cultura, mas era uma pessoa muito trabalhadora. Eu sei que a gente ia crescer", afirma.

Mais cauteloso, Rossi do Nascimento, filho do fotógrafo José Isabel do Nascimento, não sabe se a família solicitará indenização. Segundo ele, o assunto não chegou a ser discutido entre os irmãos. "Dinheiro nenhum no mundo vai pagar a dor pela qual a gente passou esses anos todos." De qualquer forma, ele considera merecida a indenização.

Arq. 36.5.p.16/135



O Massacre de Ipatinga

Caixão levou notícia da morte de alfaiate

Magna Gualberto, irmã do alfaiate Geraldo Rocha



PAULO ASSIS

▶ A notícia da morte do alfaiate Geraldo Rocha Gualberto chegou ao pequeno município de Braúnas, cerca de 80 quilômetros de Ipatinga, na noite do dia 7 de outubro de 1963. Eram quase 20h quando a caminhonete que levava o corpo do alfaiate parou em frente à casa de sua família. “Ele chegou em um caixão quase indigente, feito de última hora”, reclamou a irmã do alfaiate, Magna Gualberto, que na época tinha 12 anos.

Durante o dia, a família de Geraldo Rocha ouvia pelo rádio notícias das mortes de operários da Usiminas. Em nenhum momento pensaram que o alfaiate fosse um dos mortos. “Ninguém imaginava que aquilo pudesse acontecer com ele. Era um alfaiate, não tinha ligação com a Usiminas”, comentou Magna. Com a morte do mais velho dos onze filhos, o pai de Geraldo Rocha chamou um farmacêutico para aplicar um calmante na esposa e mandou buscar os filhos que estudavam em Guanhães. O velório aconteceu durante a madrugada e o corpo foi enterrado às 4h no cemitério de Braúnas.

ENCONTRO

Uma coincidência colocou a morte no caminho de Geraldo Rocha. Na manhã daquele dia 7 de outubro, o alfaiate saiu da Candangolândia (atual bairro Amaro Lanari) como destino ao centro de Ipatinga onde compraria material para uma encomenda. Próximo ao bairro Horto, em frente à portaria da Usiminas, a estrada estava bloqueada pelos operários. Como o ônibus não podia passar pelo local, Geraldo Rocha desceu do veículo. Nesse momento, encontrou o primo João Bosco Gualberto, que levaria sua caminhonete para

lavar no bairro Horto, mas por causa do bloqueio também ficou parado no local da mobilização operária.

Os primos nunca haviam se encontrado em Ipatinga e aproveitaram o momento para conversar. “A gente não tinha maldade. Meu prazer era conversar com ele, vendo o movimento”, lembrou João Bosco, hoje com 66 anos. De repente, uma pedra atingiu um dos policiais. Começaram os tiros. “A polícia atirou para cima, para espantar o pessoal. Não se importaram com aquilo. Atirou para o chão. Continuou do mesmo jeito. Falei com meu primo: Vamos correr!”. Geraldo Rocha e João Bosco tentaram se esconder atrás de um monte de terra. Antes que conseguissem, uma bala acertou o alfaiate. “Quando fomos deitar, ele falou: ‘Já estou morto!’ Recebeu um tiro nas costas e caiu sobre mim”, recordou João Bosco.

Com o primo no colo, João Bosco esperou o caminhão com os policiais afastar para chamar uma ambulância. Geraldo Rocha foi levado para o ambulatório da Usiminas aonde chegou sem vida.

AVISO

Quando saiu de casa para trabalhar, às 4h do dia 7 de outubro, o metalúrgico Antônio José dos Reis já sabia da greve dos trabalhadores. Pediu à esposa, Tereza Gomes, para não se preocupar. Não pretendia participar do movimento. Quando chegou para trabalhar, Antônio dos Reis não conseguiu entrar na Usiminas. Ele voltava para casa quando foi metralhado. Assim como Geraldo Rocha, o metalúrgico também tentou esconder atrás de um monte de terra.

O corpo de Antônio dos Reis foi entregue à mulher na tarde do dia 7 de outubro e enterrado no outro dia, no cemitério do bairro

Bom Jardim, onde morava. Casado há oito anos, o operário deixou um casal de filhos pequenos que ajudaram a mãe, Tereza Gomes, a manter as despesas da casa.

INDENIZAÇÃO

A viúva de Antônio José dos Reis irá reivindicar indenização pela morte do marido caso a Secretaria Especial de Direitos Humanos reabra o prazo para pedir o benefício que atingiria familiares dos mortos no “Massacre de Ipatinga”. “Isso não vai voltá-lo. Mas vai compensar muitas dificuldades que passamos”, comentou.

Após a morte do marido, Tereza recebeu durante dois anos e meio uma cesta básica mensal da Usiminas. Nesse período, a empresa também pagou o aluguel da casa onde morou. Quando a Usiminas inaugurou o Hospital Márcio Cunha, Tereza Gomes conseguiu um emprego em sua lavanderia, onde trabalhou até 1992, quando aposentou.

Tereza e sua filha Eva Maria dos Reis preferem não contar com o dinheiro antes de uma definição do governo federal. Se a indenização for paga, Tereza pretende investir na educação dos dois filhos e dos sete netos. Segundo Eva Maria, a família já tentou conseguir uma indenização, mas receberam como resposta que o prazo já havia terminado. Não insistiram. Tereza tinha medo de perder o emprego no hospital. “Se eu perdesse o emprego como iria criar meus filhos”, explicou.

A família de Geraldo Rocha Gualberto também vai reivindicar a indenização. Magna Gualberto conta que dinheiro será usado para ajudar os demais irmãos. “Se esse benefício sair, tenho certeza que onde meu irmão estiver, vai ficar muito feliz de saber que, mesmo depois de morto, está ajudando os irmãos, coisa que foi interrompida na época.”

Aqui

Medida provisória editada pelo presidente estende benefício para familiares de pessoas mortas em manifestações e confrontos com a polícia durante o período de 1961 a 1988

3825 8595 (Imaz)

Lula amplia indenização

RICARDO BANDEIRA

O governo federal passará a indenizar os parentes de pessoas mortas ou desaparecidas em manifestações políticas, confronto com a polícia ou que foram forçadas a cometer suicídio entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988. É o que prevê medida provisória editada ontem. Até agora, só tinham direito a indenização os parentes de mortos em dependências do estado, como delegacias e quartéis. Entre outros casos, a medida permitirá que o benefício seja estendido às famílias das vítimas do Massacre de Ipatinga, o conflito entre trabalhadores da Usiminas e soldados da Polícia Militar, em 1963, em frente a um dos portões da empresa, no Vale do Aço. Para que a indenização seja paga, as famílias precisam apresentar requerimento à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, além de provas e testemunhas de que as pessoas foram mortas em virtude da ação do estado (leia texto nesta página).

Essa medida provisória fortaleceu a Comissão Especial e é uma importante conquista, porque vai possibilitar a apreciação de muitos casos", afirmou ontem, por meio de sua assessoria, o ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, à qual é vinculada a comissão. Nilmário citou, como exemplo, o caso da mineira Mariana Auxiliadora Barcelos, militante da Vanguarda Armada Re-

volucionária Palmares (VAR-Palmares), presa e banida do País pelo regime militar, em 1969. Ela se matou em 1974, ao se jogar nos trilhos do metrô de Colônia, na então Alemanha Ocidental, onde vivia como exilada. O ministro lembrou, também, o Massacre de Ipatinga.

Os números oficiais indicam sete mortos no conflito no Vale do Aço, em 7 de outubro de 1963. Entretanto, há informações extra-oficiais de que o número seria maior, já que a lista oficial, divulgada no dia do massacre, não foi atualizada com os nomes das pessoas que morreram nos dias seguintes, em hospitais da região. Cartórios e igrejas do Vale do Aço trabalham no levantamento do número exato de vítimas. Até hoje, nenhuma das famílias dos trabalhadores de Ipatinga recebeu qualquer tipo de indenização.

Também poderão ser beneficiados os parentes do tratorista Orocílio Martins Ferreira, que

morreu atingido por tiro disparado por policiais, durante a greve dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, em julho de 1979.

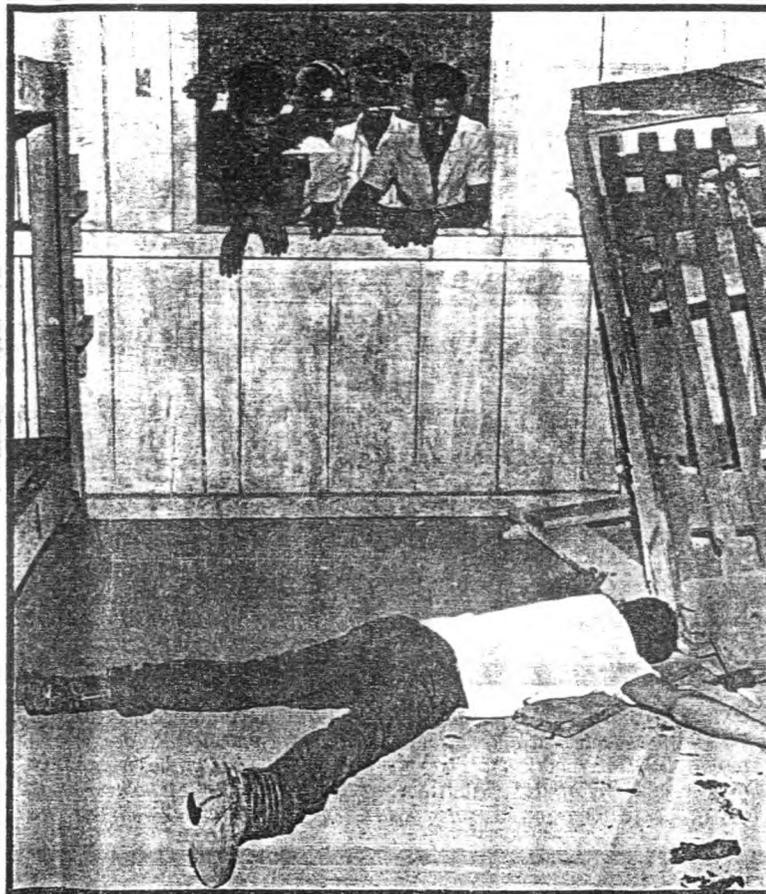
COMPANHEIRA DE LAMARCA

Um dos casos célebres de vítima da ditadura militar (1964-1985) cujos familiares não receberam indenização é o de Lara Lavelberg, companheira do capitão do Exército Carlos Lamarca, famoso por deixar as Forças Armadas e se integrar à guerrilha contra o regime. Há três versões diferentes para a morte de Lara, em agosto de 1971. Segundo presos políticos, ela foi morta nas dependências da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), em Salvador (BA). Vizinhos do prédio onde morava afirmam que ela foi assassinada por agentes da Polícia Federal, dentro de um apartamento. A versão oficial, do Ministério da Aeronáutica, informava que ela cometeu suicídio. Lara foi militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A família dela tentou em vão obter a indenização, por causa das limitações da legislação atual. Com a medida provisória, o pedido de pagamento do benefício poderá ser reenviado à Comissão Especial.

COMO PEDIR

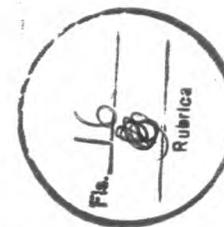
Os parentes de mortos e desaparecidos têm 120 dias para dar entrada com os pedidos de indenização na Comissão Especial. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 429.3484.

LEIA SOBRE O GOLPE DE 64
PÁGINA 6



Parentes de mortos no Massacre de Ipatinga estão entre os beneficiados pela medida provisória

ANTONIO CONSENZA 8/10/83



A10, 36, 6, P. 18/135

Em Dia

A primeira vez

Massacre de Ipatinga ainda é tabu

Houve pelo menos uma cidade que sentiu com a mesma intensidade o desespero e o drama dos moradores de Volta Redonda durante a invasão do Exército na Companhia Siderúrgica Nacional, no mês passado, quando foram mortos três operários: Ipatinga, cidade mineira a 300 quilômetros de Belo Horizonte, passou por uma situação semelhante há 25 anos. A Polícia Militar matou um número até hoje não esclarecido de pessoas durante um conflito dentro da Siderúrgica Usiminas. A versão oficial diz que foram sete mortos. O sindicato dos metalúrgicos fala em mais de trinta. "Só eu contei 32 corpos e 117 feridos",

do. Um outro foi preso e a Cavalaria da Polícia Militar foi chamada. Para piorar a situação, um policial foi baleado não se sabe por quem. A determinada altura, uma metralhadora instalada em cima de um caminhão começou a funcionar e atingiu inúmeras pessoas. Uma criança, atingida quando passava em frente da usina, no entanto, foi morta por tiro de revólver calibre 38. "A maioria dos feridos por tiros de metralhadora foi atingida dos joelhos para baixo", lembra-se Geraldo Ribeiro.

José Vilas Novas, acertado no pé esquerdo e por vários estilhaços, chegou a ser incluído na primeira lista de mortos. Submetido a quatro cirurgias, acabou sobrevivendo e ainda hoje sofre os efeitos físicos da tragédia. "Meu marido era um atleta", conta sua mulher, Maria Auxiliadora. Depois do massacre sua vida mudou radicalmente. "Eu vi-



Operários durante o conflito, em 1963, e Vilas, hoje: mais de trinta mortos



contabiliza o ex-sindicalista Geraldo Ribeiro. Os inquéritos abertos depois do que ficou conhecido como "massacre de Ipatinga" não deram nenhum resultado e alguns dos operários que participaram do conflito tiveram suas vidas prejudicadas por bastante tempo. "Sofri muitas humilhações e minha família foi bastante penalizada", queixa-se o mecânico José Vilas Novas.

O conflito de Ipatinga não começou com greve ou piquetes, como na CSN. Tudo aconteceu por causa da truculência dos vigilantes da usina, que, na saída dos operários, pediam documentos, despiciam alguns para ver se não estavam roubando algo e chegavam até a agredir os que reagiam. No dia 6 de outubro de 1963, a irritação dos operários chegou ao máximo quando alguns vigilantes confiscaram o leite que cada um deles tem direito na saída do turno, por trabalhar em local insalubre. Um dos trabalhadores recusou-se a entregar seu leite e, agredido, revi-

via bêbado, mexia com drogas e só queria vingança", afirma o próprio Vilas. Nos anos seguintes, ele conseguiu tratamento em Belo Horizonte, trabalhou como mecânico da Volkswagen, foi taxista e hoje é dono de uma pequena oficina mecânica em Coronel Fabriciano, cidade vizinha de Ipatinga. Convertido em fervoroso membro da Igreja Batista do Calvário, Vilas não fala mais em vingança e se orgulha de seu passado. Em Ipatinga, o massacre de 25 anos atrás ainda é tabu para a população. "Até hoje as pessoas têm medo de perseguições", acredita Vilas. Os dois inquéritos abertos acabaram não responsabilizando ninguém. Dos dezenove policiais envolvidos, dois deles, mais tarde, foram condecorados e hoje estão na reserva. Sindicalistas como Geraldo Ribeiro foram cassados. Mas, este ano, os metalúrgicos de Ipatinga ganharam um representante na cidade: Chico Ferramenta, que se elegeu pelo PT.

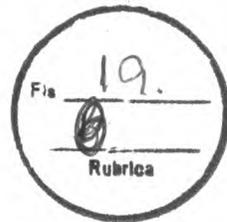
Fig. 18.
Rubrica

CARLINDO MARQUES PEREIRA

O MASSACRE



DE IPATINGA



APRESENTAÇÃO

O "Massacre de Ipatinga" pode ser considerado sem exagero o episódio mais sangrento da história do movimento operário brasileiro. Uma greve pacífica dos metalúrgicos da USIMINAS, reprimida pela Polícia Militar em 7 de outubro de 1963 com brutalidade estarrecedora, redundou em dezenas de vítimas fatais (o número exato de mortos nunca pode ser precisado). A apuração das responsabilidades por esse crime foi interrompida pelo Golpe de 64, e o episódio deliberadamente sepultado na vala comum que as elites dominantes sempre reservaram para a memória da luta dos oprimidos.

Mas o ressurgimento da organização popular no Vale do Aço, como de resto em todo o país, recolocou na ordem do dia a elucidação e o resgate desse capítulo recente mas tão ocultado. A história nos mostra que os trabalhadores, cedo ou tarde, cobram seus mortos. De início surgiram alguns artigos na imprensa de resistência; em seguida, referências em teses e ensaios de pesquisadores vinculados às classes trabalhadoras. No 7 de outubro de 1983, vinte anos depois do "Massacre", uma comovente concentração reuniu em Ipatinga sindicatos, militantes pastorais, associações comunitárias e — com a presença de Lula — pela primeira vez, os companheiros assassinados foram publicamente homenageados.

Doravante, todos os anos esse dia será lembrado. Nasceu, em Ipatinga, a Sociedade Cultural 7 de Outubro, para homenagear a memória dos mortos no melhor estilo operário: conscientizando, ensinando, incentivando a organização dos trabalhadores.

Finalmente, com este livro de Carlindo Marques, jovem jornalista engajado nas lutas populares do Vale do Aço, fica definitivamente gravada esta página de horror e opróbrio para os responsáveis pela matança de operários desarmados.

Fui testemunha das dificuldades de Carlindo Marques para trazer à luz este livro. Desempregado, sem recursos e com pouca experiência de pesquisa, ele enfrentou e superou, com muito denôdo e perseverança, todos os obstáculos. Eis aqui o seu livro.

A Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária — SEGRAC — orgulha-se de ter colaborado, ainda que modestamente, para tornar possível a edição dessa obra, que contribui como valioso documento para o debate e a história política da classe trabalhadora.

Nilmário de Miranda

OS MORTOS

Eis a lista dos mortos, fornecida pela Usiminas, constando um número de 7:

- Aides Dias Carvalho – Usiminas – filho de João Dias de Carvalho e Maria Motta – natural de Aimorés, MG.
- Sebastião Tomé da Silva – Usiminas – filho de Geralda Cristina da Silva – natural de Guanhães, MG.
- Geraldo Rocha – Usiminas.
Antonio José Reis – CONVAP.
- Alvio Ferreira Felipe – A. B. Cavalcanti.
Gilson Miranda – da EBSE.
- Uma criancinha de três meses não identificada⁶.

OS FERIDOS

INTERNADOS NO AMBULATÓRIO DA USIMINAS:

Antonio Dilson Sales – Usiminas – chapa 10.814;
Austeno Manoel Coelho – Usiminas – chapa 5.801;
Cícero Alves – Usiminas – chapa 10.786;
Dilton da Silva – Usiminas – chapa 10.522;
Devenir Gomes Silva – Usiminas – chapa 10.756;
Edson Generoso Coelho – Usiminas – chapa 10.807;
Irineu Melo Almeida – Usiminas – chapa 10.709;
Isolino Salvador Rosa – Usiminas – chapa 10.630;
José Moreira Gomes – Usiminas – chapa 10.628;
João Nascimento – Usiminas – chapa 11.019;
João Elias Souza – Usiminas – chapa 2.703;
José Oliveira Mendes – Usiminas – chapa 10.560;
José Fabiano Cordeiro – Usiminas – chapa 10.499;
José Raimundo Mafra – Usiminas – chapa 10.638;
Joaquim do Carmo Siqueira – Usiminas – chapa 10.787;
José Ribeiro Guimarães – Usiminas – chapa 9.787;
João Batista de Resende – Usiminas – chapa 10.622;
José Esteves da Silva – Usiminas – chapa 10.567;
José Eugênio Almeida – Usiminas – chapa 10.708;
José Martins Silva – Usiminas – chapa 10.438;
Jésus Bitencourt Braga – Usiminas – chapa 10.406;
Luis Carlos – Usiminas – chapa 10.556;
Mário Lúcio Costa – Usiminas – chapa 10.972;
Manuel Queirós Neto – Usiminas – chapa 9.921;
Manuel R. de Oliveira – Usiminas – chapa 10.624;
Onofre Santiago Carvalho – Usiminas – chapa 10.548;

6. Eliane Martins, que foi metralhada nos braços da mãe, quando saía de um ambulatório médico, junto ao escritório central da Usiminas.

Paulo Cláudio – Usiminas – chapa 10.994;
Pedro Nogueira Souza – Usiminas – chapa 10.256;
Pedro Paulo Castro – Usiminas – chapa 10.254;
Raimundo Nonato Vitoriano – Usiminas – chapa 10.973;
Ricardo Resende Rocha – Usiminas – chapa 10.711;
Roberto Barros – Usiminas – chapa 11.018;
Sebastião Barbosa Coutinho – Usiminas – chapa 10.673;
Sebastião Mariano – Usiminas – chapa 10.995;
Salomão Freitas – Usiminas – chapa 10.632.

AINDA NO AMBULATÓRIO DA USIMINAS:

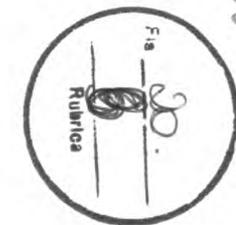
Walter Arci – Usiminas – chapa 19.674;
José Rodrigues Santos – A. B. Cavalcanti – chapa 9.970;
Ivan Ferreira da Costa – Usiminas – chapa 9.719;
José Maria de Almeida – Usiminas – chapa 4.610;
João Ferreira da Silva – A. B. Cavalcanti – chapa 9.866;
José das Graças Oliveira – A. B. Cavalcanti – chapa 9.478;
José Silveira do Couto – Usiminas;
Josias Mariano – Usiminas;
José Pereira Filho – Usiminas;
Jurandir Macário – Fichet;
Romualdo Mendes Silva – Nacional;
Misaque Bernardino Ribeiro – Usiminas;
Misande Oliveira Souza – Ecisa – chapa sem número.

INTERNADOS NA CASA DE SAÚDE SANTA TERESINHA, DE IPATINGA:

José Rodrigues dos Santos – A. B. Cavalcanti;
José Isabel Nascimento – Fichet;
José Vila Nova – Usiminas – chapa 3.041;
Sra. Julieta – esposa de um funcionário da Convap.

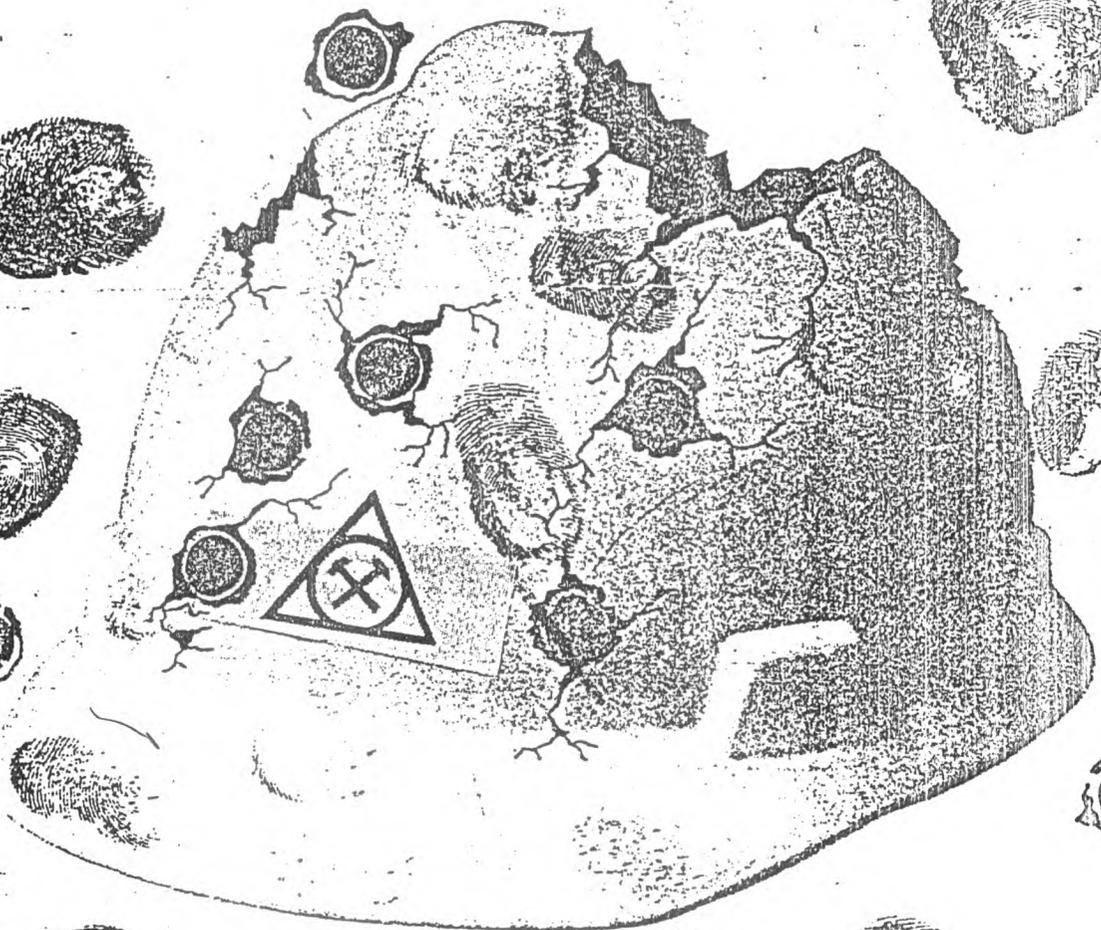
INTERNADOS NA CASA DE SAÚDE DE CORONEL FABRICIANO:

Antônio Venâncio de Araújo,
Alípio Siqueira,
Agenor Napoleão Oliveira,
Antonio Favato,
Elias Silvino de Souza,
Francisco João Souza,
Ildé Ferreira dos Santos,
Hélio Gomes,
Yokio Kashakar,
José João de Souza,
Jair Rosa,
José Elias dos Santos,
José Silvino,
José Apinhão da Silva,
José das Gracas,

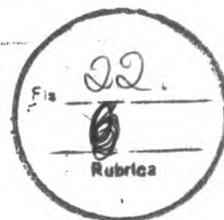


A10.36.5, P. 22/135

IPATINGA



MEMÓRIA DE
UMA LUTA



PONTIFÍCIA UNIVERCIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PROFESSOR: MAURÍCIO

COMPONENTES :

EDNA

HELENIR

OZANI

HELIA

A DIVISÃO DA CIDADE E AS CONDIÇÕES DE VIDA

A empresa pretendia isolar os menos remunerados dos que ganham mais, dos chefes, engenheiros, dos técnicos, até aos desqualificados, assim o complexo de superioridade passava a influenciar.

Por outro lado, os retirantes do campo, expulsos pelo latifúndio, dão uma outra forma visual e social à periferia da cidade construindo favelas com as belas mansões dos chefes, a pobreza com a riqueza produzida pela Usiminas.

O plano da cidade na verdade é um projeto "funcional" e "hierárquico" e adaptado às exigências da fábrica, prevendo inclusive os planos de expansão da usina e respectivo aumento populacional da cidade (150 mil pessoas em 1975). A usina e estenderia num plano de 7 Km² e, em volta dela, entre os morros e, bem afastados um do outro, se localizariam os bairros. A empresa construiu 9 bairros inicialmente (concluídos até meados da década de 60) e com áreas de extensão urbana entre eles; e seriam para funcionários especializados, os outros para operários não especializados e 6 tipos de residências. Assim os bairros obedeceriam a uma hierarquia de funções profissionais. Na mais alta escala, o bairro Castelo (em cima de um morro) teria residências para chefes (com área de 185m², 2 varandas, abrigo, sala de estar, sala de refeição, escritório, cozinha, serviço, quarto de empregada, 3 quartos e 2 banheiros) e engenheiros (área de 201,95 m², mesmo equipamentos com disposição diferente).. Casa para técnicos e operários nos bairros Cariru e Horto, e mais 3 tipos de casas para "empregados não especializados" nos outros bairros (área de 84,2 m², sala, 3 quartos, banheiro, cozinha, coberta). Nos bairros Horto e Cariru, em posição deiametralmente oposta em relação à usina, "as atividades comunitárias de maior porte" (shopping-center, atividades terciárias em geral) foram centralizados para evitar o excessivo aglomeramento que fatalmente se daria num único "centro de atração".

Este projeto se baseava nos seguintes dados, que se referem aos empregados da usina (que corresponderia à sua 1.ª fase):



a - Quanto à categoria de profissionais:

- Quadro de Superiores	0,13%
- Chefias	5,02%
- Especialista	16,07%
- Operadores	48,35%
- Mão de Obra não Especializada	30,43%

b - Quanto à composição familiar:

- Solteiros	29,90%
- Casais sem filhos	9,10%
- Casais com 1 ou 2 filhos	25,00%
- Casais com 3 ou 4 filhos	23,00%
- Casais com mais de 4 filhos	13,00%

" Os operários da Usiminas estão revoltados com as injustiças sociais de Ipatinga. Enquanto moram em barracões de caixotes nas favelas ou em alojamentos precários, os engenheiros e os japoneses vivem em casas vivem em casas luxuosas, como no bairro Cariru. A região, antes da construção da Usiminas, era pacífica, mas hoje respira-se um ar de intranquilidade, podendo ocorrer até massacre de operários, se o governo não tomar medidas preventivas."

A divisão do trabalho ao nível de fábrica se reflete ao nível espacial-urbano, de maneira direta e hierárquica, e tem como uma das consequências marcantes na formação da classe operária na região, o seu próprio fracionamento, atomização e/ou dispersão; indicando claramente o sentido de fragmentar e isolar os trabalhadores, evitando que se identifiquem em torno de caminhos comuns e universais à sua própria classe; controle maior quando se tem apenas uma atividade monopolista.

CONDIÇÕES DE VIDA

Em termos gerais o conflito é determinado pelo desenvolvimento de interesses antagônicos entre o capital (a empresa e o sistema que a envolve) e os trabalhadores: de um lado as necessidades da usina

são gerais (demanda nacional de aço requerida pelo capital) e particulares (a eficiência na produção, combinando todos os fatores envolvidos nas despesas, inclusive o controle sobre os produtores diretos) e de outro lado, os produtores, e os trabalhadores, peça fundamental na produção, cujas reivindicações entravam em choque com os interesses imediatos da empresa, sendo os seguintes: Salário, Alimentação, Habitação.

SALÁRIO

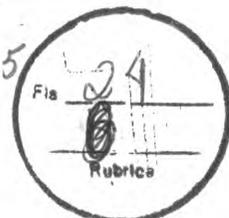
Dentro da previsão orçamentária para 63, a Usiminas podia conceder a partir de setembro, um aumento de 111%. Nenhum aumento foi dado e ainda há déficit na Usiminas: um desfalque de 1 bilhão de cruzeiros foi escondido apesar de constar em relatório de 200 páginas - existentes nos arquivos, elaborado pelo Grupo de Coordenação Geral. O gráfico salarial feito pelo grupo, mostra que os operários da empresa recebem menos que os da COSIPA, BNDE, CEMIG, FRIMISA, e outras mistas. Enquanto isso, a direção comercial da empresa continua sem chefe desde a demissão do jornalista Ney Otaviani Bernis - com 31 mil pedidos e compras e vendas acumulados nas gavetas.

ALIMENTAÇÃO

Fornecendo 11 mil refeições diárias, a Usiminas não tem um nutricionista e os quatro assistentes sociais que lá estiveram, não conseguiram ficar, alegando que "não aguentam a vida de Ipatinga". Por isso, a comida da Usiminas não chega a ter mil calorias diárias, quando o necessário para o trabalhador braçal é superior a 2.500.

A Cooperativa da companhia - embora não pagando impostos - vende mais caro que os outros armazéns particulares:

Gêneros	Cooperat.	Super. Maringã	Armazém Progresso
Açúcar cristal	90,00	85,00	85,00
Milho	30,00	25,00	25,00
Feijão Preto	125,00	110,00	110,00
Farinha de Trigo	145,00	120,00	120,00
Sopa Knorr Suíça	175,00	140,00	130,00
Arroz	150,00	125,00	130,00



HABITAÇÃO

Até a ida do ex-deputado José Raimundo (PTB) para a direção industrial - indicado pelas forças populares - somente chefes e dirigentes tinham casas. José Raimundo mandou construir mil e trezentas novas habitações, que ainda são muito poucas para oito mil funcionários. Por isso, 60% dos operários moram em barracos de madeira, onde se amontoam oito pessoas - camas tipo beliche - em cubículos de 3x3m, fazendo suas necessidades no mato.

TRANSPORTES.

53% dos empregados ganham uma hora para chegar ao serviço em caminhões nos ônibus da Viação M.Pires, que cobram 150, cruzeiros por KM de percurso.

DIVERSÕES

O clube Usipa - sede esportes, com futebol profissional não recebe operários, a quem está proibida a entrada, Até as mulheres de Ipatinga são mais caras, pois as "Casas suspeitas" pagam "impostos" a policia local

DESEMPREGOS

Por outro lado, a migração provocada pela propaganda que espalhou-se pelo país inteiro de que corria muito dinheiro na região, fez com que as três cidades vizinhas se tornassem cada vez mais receptores de retirantes das secas nordestinas do campo e de outras cidades pelo desemprego. Com esta inchação urbana, as indústrias que aqui se instalavam não atendiam à demanda de mão-de-obra e o desemprego tomava dimensões assustadoras e o desajuste social levava trabalhadores a se transformarem em ladrões, menores em trombadinhas, prostituição e a mendicância era crescente

OS MENORES ABANDONADOS - São outro problema na região da Usiminas. Os pais trabalham o dia todo, de operário e lavadeira. O menino perambula com fome pelas ruas, já que em casa não existe nada para comer.

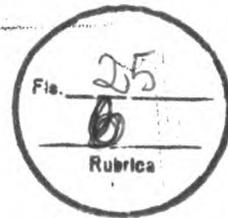
METAMORFOSE DO PELEGUISMO

O segundo maior sindicato do estado que nasceu e germinou por força do golpe militar de 1964, sempre foi controlado pela Usiminas. Para sua direção sempre foram "indicados" homens de confiança dos padrões e do governo. Além de "pelegos" vários diretores que passaram pela entidade teriam também dedo-duros, como é o caso latente do ex-secretário Ascy Castelo Mendonça, acusado pelos operários de ser informante do serviço Nacional de informações (SNI) e de ser responsável pela demissão de vários trabalhadores combativos. Como o golpe de 1964, Ipatinga sai de condição de Distrito de Coronel Fabriciano em abril do mesmo ano e transforma-se em cidade por força da lei nº 2.764, tendo como intendente Délio Baeta da Costa, nomeado então pelo governador Magalhães Pinto. O sindicato desmembrou-se. Foi criada uma Associação dos trabalhadores Metalúrgicos, transformada em seguida em sindicato.

Acontece que desde a sua criação os metalúrgicos de Ipatinga não confiam no seu sindicato, Já houve assembleia em que tinha mais vigilantes da Usiminas que operários, Foi assim que muitos trabalhadores, após fazer uso da palavra para defender os direitos da categoria, perderam o emprego por outro lado a própria diretoria da entidade sempre se encarregou de "entregar" para a chefia aquelas que sempre mais se destacaram nas reuniões e o sindicato aceita aquilo que a empresa oferece sem maiores discussões.

Além de controlar o sindicato, a Usiminas controla a vida dos trabalhadores tanto dentro como fora da empresa. Para a "Cultura Usiminas" seu operário só pode pensar o que lhe interessa a empresa: Trabalhar produzir e aceitar o que lhe é oferecido. Não é a toa que a vésperas das eleições de 1982, todos os militantes do partido dos trabalhadores que trabalhavam em sua área foram demitidos. Alegava o "Temor das greves do LULA." Também mantém sob seu controle as cooperativas de crédito e de consumo, os principais clubes sociais e recreativos, a prefeitura, e a imprensa local.

Em 1982 a Usiminas e o sindicato são transformados em comitês eleitorais do partido da ditadura. Depois de uma eleição sindical fraudulenta, como denunciaram alguns integrantes da única chapa que pela primeira vez concorreu como a oposição, a chapa 2, a diretoria do sindicato fez dobradinha com o então presidente da Empresa Rondon Pacheco e se declarou publicamente e moralmente contra os trabalhadores.



OS ESTRANHOS ROUBOS NA USIMINAS

Várias foram as questões que levaram à decretação da greve geral na Usiminas no dia 07 de outubro de 1963. A má alimentação servida no restaurante da empresa, o baixo salário, as más condições de vida e trabalho, moradia, transporte, foram fortes indícios que inevitavelmente mais cedo ou mais tarde causaríamos fortes reações na classe operária e levariam os explorados a reivindicar seus direitos.

Muitos operários não sabiam porque eram tratados com tanta brutalidade nos horários de entradas e saídas do trabalho. Alguns achavam que isso era normal pelo fato de serem "PEÕES"; boias frias! Mas ninguém concordava as revistas feitas pelos vigilantes nas portarias se davam finalmente com o mais alto grau de ignorância e violência. O corpo de vigilância foi organizado para revistar operários nas entradas e saídas da Usiminas. Isto os levou mais ainda porque a organização dos vigilantes é calcada em moldes fascistas.

"Muita coisa iria aparecer se o grupo japonês levar avante o inquerito para apurar responsabilidades nos descios de dinheiro e de materiais da Usiminas, Os japoneses alegam que mais de dois bilhões de cruzeiros já foram furtados. Além do empreguismo que impera na Usiminas, com protegidos dos diretores e chefes de seção ganhando verdadeiras fortunas em salários, os japoneses querem apurar como funciona o setor de concessões aos comerciantes, pois tem inclusive, casas comerciais vendendo aos servidores com desconto em folha". Os operários não podem ser acusados de ladrões, "Quando os verdadeiros ladrões são os outros".

Em Ipatinga, o terror da população era a Cavalaria montada com suas esporas barulhentas, No extenso alojamento Santa Mônica após várias buscas e práticas de violências, a policia já não ousava mais intimidar os trabalhadores, pois se organizaram tanto que logo criaram uma maneira de avisar entre si a chegada da PM. Então quando a cavalaria ia se aproximando nas entradas dos alojamentos um operário, com uma corneta, dava um toque de alerta, Ali a policia não ousava ficar por muito tempo, pois grande parte dos operários possuía armas em seus aposentos vários atritos entre a PM e os trabalhadores foram registrados naquela localidade.

06 DE OUTUBRO EXPLODE O ÓDIO DOS OPERÁRIOS

06 de outubro de 1963 , 22 horas, Quando a sirene da Usiminas apita por alguns segundos, anunciando o término de mais um turno.

Os operários se dirigem em correria em direção ao portão de saída cada um na esperança de chegar mais cedo em casa e descansar para a rotina do dia seguinte.

Alguns dobravam seus horários de trabalho para atender necessariamente as exigências pessoais e familiares.

De repente uma fila enorme é formada na portaria, O tratamento dos vigilantes; agora, é mais desumano que antes.

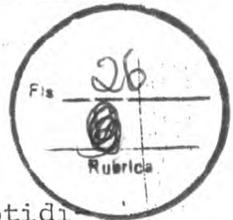
Ninguém podia sair sem que antes todos fossem revistados. Não se podia levar mais leite para casa, tinha que ser jogado nas latas de lixos da portaria.

Lá fora o caminhão se movimentava para sair, mas o vigilante impede a saída dos trabalhadores. Há tensão começa a tomar conta da massa. O vigilante que ficava num canto da gurita, com a mão direta sobre o coldre, saca da arma com uma velocidade incrível e dispara u tiro certeiro contra o litro de leite do trabalhador. Aquilo foi o bastante para transbordar a era da massa, O portão foi aberto à força. Os operários passaram em massa e até saltaram a cerca. Cerca de 20 vigilantes tentaram dominar os operários, mas agora impossível.

Quando os rudes policiais chegaram a maioria dos operários já haviam passado por cima dos vigilantes e ido para suas casas ou alojamentos nos desconfortáveis caminhões da empresa. Os que ainda se encontravam na portaria foram presos e ali mesmo começou a sessão de espancamentos.

A polícia não estava satisfeita com a ação dos operários, nem em ter levado presos apenas uns poucos. Era preciso buscar o restante nos alojamentos, O alojamento em peso fôï acordado e os policiais tiveram que recuar após espancar alguns operários. Armários, guarda-roupas e outros móveis foram arrastados para o meio das ruas para servir de barricada. Os operários que possuíam armas se preparavam para o enfrentamento com a polícia.

Depois de uma longa troca de tiros, os policiais reconhecem que suas forças são insuficientes e recuam mais uma vez, tendo com baixa um cavalo que morrera no enfrentamento e um soldado ferido. Como num campo de concentração os soldados armados de metralhadoras e fuzil, abri-gavam cerca de 300 homens ao deitar com as mãos na nuca no chão molhado pela chuva.



Os soldados riscavam os operários com as espadas que usavam cotidianamente em suas diligências. Ninguém podia correr.

O Estado de Minas do dia 08 explicou como os operários foram libertados: "As primeiras horas de hoje (07) o engenheiro Gil Guatimoin foi ao quartel do destacamento e conseguiu a libertação dos operários, que continuavam ditidos naquele local.

Após deixarem o quartel da cavalaria e depredarem o carro de Gil, já em alta madrugada, os operários se dirigiam para Santa Mônica, onde relataram os acontecimentos do quartel aos outros companheiros que já se encontravam reunidos na rua principal do acampamento. Agora as reivindicações não eram apenas econômica ou por melhores condições de moradia, mas pela retirada da polícia, a substituição do corpo de vigilância, vários discursos foram feitos madrugada afora acompanhados de várias propostas, e todos firmes numa só decisão:

GREVE GERAL.

Quando o dia começou a amanhecer todos se dirigiram para a portaria da Usiminas que ficava na ocasião, próximo ao escritório central, hoje, área da Usiminas Mecânica (USIMEC). O "Estado de Minas" assim descrevem esses momentos: "Pela Madrugada, os operários formaram vários piquetes de greve e passaram a percorrer as instalações externas da Usiminas".

Um continente passou a policiar a garagem a fim de impedir a retirada de viaturas que se destinavam a apanhar os trabalhadores da companhia.

O MASSACRE DO DIA 07

Por volta das 5 horas da manhã do dia 7, cerca de 2 mil "rapazes solteiros" dos alojamentos Santa Mônica e Chicago foram postar-se em frente ao portão de entrada principal da Usiminas perto da garagem. Ali foi explicado a cada grupo de operários que vinha chegando para o trabalho, os acontecimentos da noite anterior. Aproximadamente às oito horas, a multidão aglomerada na portaria da Usina era cerca de 10 mil pessoas, inclusive trabalhadores de empreiteiras.

Novamente a polícia entra em ação. O Tenente Jurandir Gomes de Carvalho ameaça atirar se a massa não entrar para o trabalho, como se nada tivesse acontecido na noite anterior e os trabalhadores fossem propriedade privada da Usiminas. Disse que tinha ordens de mandar seu pelotão abrir fogo se necessário, para obrigar todos a entrar em serviço. O relatório da própria polícia dizia que a ordem era para atirar para cima e para baixo, como aviso.

Quando os soldados tomaram posição de ataque, alguns trabalhadores tentaram formar um cordão de isolamento dando-se as mãos e alguns outros teriam atirado pedras em direção dos policiais, pois ao contrário do que a polícia afirma em seu relatório, os operários não estavam armados naquele momento. O ódio tomou conta da massa, os soldados berravam de cima do caminhão. Enquanto isso, o fotógrafo José Izabel Nascimento, registrava tudo produzindo inéditas fotos para a imprensa estadual e nacional.

Começa o tiroteio. A ordem é para atirar para cima, a princípio as balas cortam o ar e vão atingir o bairro Bom Retiro, que fica 2 km de distância, e as proximidades do Rio Piracicaba, após este bairro, mais outros disparos são ouvidos pelos operários, o matraqueador da metralhadora de tripê, agora, é incessante. O padre recomenda que todos se abaixem entre os trilhos da ferrovia para evitar o alcance das balas que cospem sem parar de cima do caminhão. Quando já se ouvia o apito do trem expresso Nova Era-Vitória, ainda distante, no bairro Maringá, as armas foram apontadas contra os operários que tentavam se proteger e atiram contra estes,. O trem parou antes do acontecimento, as balas agora atingem diretamente os corpos dos operários que ao serem perfurados vão subindo se deslocando no ar, rolando e gemendo de dor. Era a cena mais terrível que se podia presenciar, dizia mais tarde um operário. As armas continuam cuspidas balas sem cessar por mais de 15 minutos. Vários trabalhadores, enfurecidos lamentavam naquele momento, não dispor de armas equiparáveis com as da polícia.



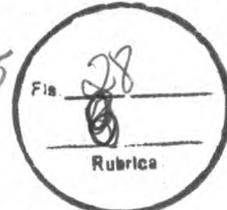
Talvez tivesse surgido ali mesmo o maior movimento guerrilheiro da história do país. Fazia 4 anos que os heróicos barbudos da "Sierra Maestra", comandados por Fidel Castro e "Che Guevara", davam uma demonstração de coragem ao mundo inteiro derrubando a ditadura fascista de Fulgêncio Batista e assumindo o poder em Cuba. Eram momentos que passavam pela cabeça de muitos, enquanto outros iam tombando feridos ou mortos. José Isabel, que se preparava para fazer novas fotos, foi atingido com vários balaços, caindo gravemente ferido, morrendo dez dias depois na Casa de Saúde Santa Terezinha. Um cego que pedia esmola à multidão de operários, também foi atingido por vários projéteis, morrendo no local. Eram 16 soldados, um cabo e o tenente, segundo a polícia, armados de revólveres, metralhadoras e fuzis. Durante quase 20 minutos parecia uma praça de guerra. Só se ouvia estrondos de fuzis e rajadas de metralhadoras, gritos, gemidos. Um trabalhador tentou pegar um policial por trás e tomá-lo a metralhadora. O outro policial, do outro extremo do caminhão, atirou-lhe com o fuzil. Foi uma morte horrível. Em seguida, os soldados foram se retirando e atirando pelos caminhos, em direção ao morro Vista Alegre, um bairro distante do centro da cidade. Na fuga os soldados metralharam a garotinha Eliane Martins, de três meses de idade, que estava nos braços da mãe, Antonieta Martins, quando saíam de um consultório médico, junto ao escritório central. Eliane morreu na hora e sua mãe foi internada em estado grave. Várias outras pessoas foram sendo metralhadas pelo caminho. A ambulância que socorria os feridos também foi metralhada. "Os soldados criminosos não respeitaram a ambulância de placa 41-34-58, da Usiminas, que estava empenhada no socorro dos feridos". Os soldados dispararam vários tiros contra o veículo, colocando em risco a vida do seu motorista Hélio Soares. Duas perfurações foram feitas na ambulância". Na ocasião, o trânsito havia sido paralisado em frente ao escritório central, devido aos acontecimentos. Operários e populares que rastejavam morro acima fugindo do tiroteio eram agora impiedosamente atingidos pelos soldados em fuga. Todas as viaturas da Usiminas foram mobilizadas para transportar os feridos. Ocuparam-se imediatamente todos os hospitais da região: Coronel Fabriciano, Acesita, Ipatinga, Antônio Dias, Nova Era, Monlevade e Governador Valadares. Daniela Miranda Soares, em seu trabalho relatou o número de mortos: "Foram mais de 3 mil feridos a bala e morreram 33 trabalhadores até o dia seguinte, em consequência dos ferimentos; embora as emissoras de rádio e os jornais dessem conta de 80 feridos e 7 mortos ...". Não se sabe ao certo o número de mor

tos, pois foram ocupados todos os hospitais da região e também fora da região muitos trabalhadores feridos que procuraram seus parentes em suas regiões de origem e foram enterrados por lá; mas é bem provável que se situe em torno de 100, o número de mortos pela chacina, seguindo os próprios trabalhadores.

O Jornal Em Tempo (20/31 de março de 1978) publicou o depoimento de um operário que pediu omissão de seu nome: "Foram mais de 80 mortos, Os hospitais, casas de saúde de Coronel Fabriciano, Belgo Mineira, Casa de Saúde Santa Terezinha de Ipatinga, ambulatório da Usiminas, ficaram todos cheios de mortos e feridos. Na cada de saúde de Fabriciano, por exemplo, chegaram de uma só vez, dez mortos, que foram empilhados e que os médicos nem tiveram o que fazer, porque os feridos eram muitos e precisavam de atendimento rápido. Nem os familiares dos mortos e feridos podiam entrar no hospital porque os policiais cercaram a entrada para que ninguém visse". O cartório de óbitos de Ipatinga, contudo, não acusa a ocorrência de mais que duas mortes entre os dias 7 e 10 de outubro de 1963. O cemitério da cidade não tem registro relativo a essa época, embora o administrador se recorde de ter recebido pelo menos 21 corpos "furados de bala". O padre Abdala Jorge contou recentemente que não sabe ao certo o número de mortos, mas ao chegar no hospital Nossa Senhora do Carmo na manhã do dia 7, viu 11 mortos. Várias outras versões dão conta de que morreram mais de 30 operários. Chega-se a dizer que vários corpos foram encontrados no meio do matc, que teriam sido atingidos pelos tiros quando fugiam rastejando nos morros ou no meio do euca-lipto.

Assim resultou a chacina.

Após a fuga da polícia, que entrincheirara-se nos morros ao redor da cidade, "com medo da reação dos operários", várias coisas aconteceram: um cadáver de um operário metralhado foi levado até ao escritório central por um grupo de companheiros e colocado em cima da mesa do engenheiro Gil Guatimosin e todos de uma só vez lhe disseram: "o senhor mandou matar, agora coma-o". Gil Guatimosin saiu pelos fundos e fugiu pelo matc, com medo de ser linchado. Se não o tivesse feito, o linchamento realmente poderia ter sido consumado, visto a disposição dos trabalhadores revoltados. De volta, os operários quebraram e incendiaram a guarita onde a confusão começou na noite anterior. Os vigilantes também desapareceram. A cidade agora estava por conta da massa. Então, uma multidão revoltada deixou o local da chacina e partiu para o centro da cidade, por onde quebraram a mureta da cadeia pública, após soltarem os presos que lá estavam, e



queimaram, ateando fogo também em várias casas na dona do Juã, como veremos mais à frente. Durante três dias seguidos, os operários des carregariam suas sagradas revoltas...

Enquanto isso, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, Geraldo Ribeiro, foi avisado pelo Padre Abdala, que viajara a Ipatinga de manhã para verificar os acontecimentos, de que a situação na Usiminas era grave e que o sindicato teria que intervir. Foi então, segundo o padre, que o presidente do Metasita, acompanhado de outros diretores se dirigiram para Ipatinga, para dialogar com os outros trabalhadores e negociar com a empresa.

AS NEGOCIAÇÕES

Por volta das 14:30 horas o secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Caio Mário da Silva Pereira, o comandante geral da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira, o diretor da Usiminas, José Raimundo e o assistente militar da Segurança Pública tenente coronel Pedro Nazareth, que viajaram em um avião da Líder Taxi Aéreo, chegaram aos escritórios da Usiminas para um entendimento com os representantes dos operários da empresa e firmas que estavam operando nesta localidade. O ambiente era tenso. Os trabalhadores consideravam os soldados como bandidos e queriam o afastamento da PM de Ipatinga. O "Estado de Minas" de terça, 08 de outubro, assim publicou sobre a reunião:

"Os srs. Caio Mário da Silva Pereira e José Geraldo de Oliveira foram convidados a participarem de uma reunião entre líderes sindicais e diretores da Usiminas. O secretário de Segurança pediu que deixassem as janelas abertas, pois desejava que todos os operários ouvissem os detalhes para uma solução da greve de protesto".

"O engenheiro Gil Guatimosin Júnior, da Usiminas, iniciou uma exposição dos fatos que culminaram com os atos de selvageria dos soldados dizendo que havia pedido policiamento para a garagem, pois temia que os veículos fossem retirados dali pelos grevistas. O sr. Geraldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, representando os sete mil operários da Usiminas, condenou a atitude dos militares, taxando-a de selvagem e sem precedentes em nosso estado. Pediu punição dos culpados e a retirada da Polícia Militar de Ipatinga. Declarou que os seus colegas de Coronel Fabriciano e Acesita estavam solidários com os trabalhadores de Ipatinga e dispostos a parar todas as usinas da região. Exibiu cápsulas de balas de metralhadoras e revólveres de calibre 38, usados contra os seus companheiros

ros de trabalho. Terminada a exposição do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, enérgica mas em termos decentes, o ser. Caio Mário da Silva leu o memorando do governador Magalhães Pinto, que lhe foi entregue na manhã de hoje e que é do seguinte teor:

"Recomendo providências urgentes no sentido de restabelecer a ordem em Ipatinga, mediante ação direta do secretário de Segurança junto aos grupos em dissídio, a fim de que cessem os desentendimentos que provocaram os acidentes. Recomendo, ainda, a abertura de rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades". O sr. Geraldo Ribeiro pediu o documento ao secretário e leu-o para dezenas de trabalhadores que estavam na parte externa do edifício, tendo sido recebido com palmas.

"O coronel José Geraldo de Oliveira, comandante geral da PM, pediu a palavra e disse que sentia os lutosos acontecimentos daquela manhã, pois era filho de operário e em operário não se atira. Disse que iria prender o capitão Robson Zamprognó, delegado de Ipatinga, por ter sido acusado de omissão no desempenho de sua missão. Prometeu expulsar os soldados criminosos e entregá-los ao juiz de direito Massilon Resende e ao promotor Orlando Milanês, presente à reunião. Lamentou a atitude dos seus subordinados e disse que tudo tem feito para melhorar o nível de disciplina e respeito na corporação.

"O coronel José Geraldo de Oliveira, dirigindo-se aos representantes dos metalúrgicos, pediu um crédito de confiança para a Polícia Militar, pois pretendia ficar na cidade a fim de presidir o inquérito para apurar os crimes de seus subordinados.

"O sr. Geraldo Ribeiro, antes de dar a sua palavra sobre a volta ao trabalho, pediu permissão para se reunir com outros líderes sindicais em sala separada, sob a presidência do sr. Ciro Cota Poggiali, que estava na aludida reunião. Decorridos alguns minutos, o presidente do sindicato voltou ao recinto onde se achavam as autoridades e diretores da Usiminas, para conceder um crédito de confiança à Polícia Militar e ao coronel José Geraldo de Oliveira. Pediram a punição do tenente Jurandir, que estaria envolvido nos sangrentos episódios daquela manhã.

"O coronel atendeu ao pedido dos metalúrgicos e comunicou ao sr. Caio Mário da Silva Pereira que iria ficar em Ipatinga, pois estava satisfeito com a compreensão dos grevistas, que lhe deram um voto de confiança e à sua corporação".

Na tarde do dia sete, conforme divulgou o Binômio, de 14.10.63, os trabalhadores apresentaram suas reivindicações, na reunião com o secretário de Segurança, o coronel José Geraldo e o diretor da Usi-



minas José Raimundo:

- 1- Afastamento da Polícia Militar e a ida de tropas federais para policiar a cidade;
- 2- Acabar com o corpo de vigilância e criar um outro, como o existente na Petrobrás, retirando os próprios elementos da Usiminas;
- 3- Pensão para as viúvas dos operários mortos na chacina da PM;
- 4- Expulsão dos autores da chacina e um inquérito rigoroso para punir os assassinos.

"O secretário Caio Mário da Silva não concordou com o primeiro item dizendo que os operários deviam dar um crédito de confiança ao coronel José Geraldo, que ali se encontrava para a apuração dos fatos. Depois de muitos debates, os representantes dos trabalhadores concordaram com o secretário de Segurança Pública.

- Os trabalhadores de Ipatinga vão erguer um monumento para lembrar os mortos do dia 7: "para que nossos filhos jamais esqueçam aquela triste manhã de outubro".
- Para que Minas conheça os culpados da matança de Ipatinga, o deputado Geraldo Quintão pediu a constituição de inquérito, que deverá ser votada pela Assembléia Legislativa nesta semana", concluiu o Binômio.

A VERSÃO OFICIAL

Na mesma tarde em Belo Horizonte, o governo do estado distribuía a seguinte nota à imprensa, dando a versão oficial do ocorrido em Ipatinga:

"Incidentes ocorridos entre operários da Usiminas e vigilantes que constituem um policiamento particular da empresa vinham, já há vários dias, provocando clima de tensão e desentendimentos naquela localidade.

"Ontem, estes pequenos incidentes tomaram proporção de maior gravidade, com o espancamento de um daqueles vigilantes por empregados, da empresa. Convocada a polícia para garantir os vigilantes, efetuou numerosas prisões, recolhendo os operários a seus alojamentos, onde passaram a noite. Na madrugada de hoje, como protesto contra estas prisões, os operários resolveram não comparecer ao trabalho, e interceptar os veículos usados para o transporte de empregados. Enquanto que um outro grupo, também numeroso, postou-se defronte os portões de entrada para a usina. Novamente convocada a polícia, colocou-se um contingente do lado fronteiro aos portões, separando-se os operários pela faixa da estrada. Foram feitas tentativas de

retirada dos policiais, que declararam não poder sair senão com ordem de seu comandante, o capitão Robson Zamprogno.

"Procurando o capitão, relutou este, a princípio, mas, finalmente, concordou, exigindo, entretanto, comportamento disciplinado por parte dos operários. No momento em que começava a tropa a ser retirada, houve por parte dos operários, vaia e apedrejamento dos policiais, que revidaram, detonando suas armas contra os operários agrupados. Imediatamente depois, tomaram um caminhão e partiram em direção à delegacia. Mas, no caminho, novamente fizeram uso de suas armas atingindo outras pessoas e fugiram para os morros próximos, onde se postaram dispersos vários pontos.

"Efetivamente, foram feridos operários e populares, daí resultando sete mortos.

"Tão logo o governador Magalhães Pinto tomou conhecimento dos incidentes ocorridos, recomendou ao secretário de Segurança Pública, todas as medidas no sentido de restabelecer a ordem, mediante ação direta do titular da pasta junto aos grupos em dissídio, bem como a abertura de rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades.

"O prof. Caio Mário da Silva Pereira, que naquele momento se encontrava em reunião com o comandante geral da Polícia Militar e outros oficiais superiores da corporação, seguiu para Ipatinga, tão logo as condições de tempo o permitiram.

"Chegando a Ipatinga, o secretário, juntamente com o comandante geral da polícia e um dos diretores da Usiminas dirigiram-se imediatamente ao escritório da companhia, onde manifestaram o desejo de uma reunião a portas abertas com todas as pessoas conhecedoras dos fatos. Nessa ocasião, foram feitas exposições por um representante da direção da empresa e por um dos líderes sindicais - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Usiminas.

"Após essas narrativas, o secretário deu conhecimento a todos os presentes, inclusive operários que se postavam nas imediações da sala em que se verificava a reunião, do teor da recomendação recebida do governador Magalhães Pinto. Por seu lado, o coronel José Geraldo de Oliveira, declarando que a corporação por ele comandada não toleraria ações como aquela que acaba de ser narrada, proclamou a prisão do oficial e de seus comandados envolvidos nos acontecimentos e anunciou a abertura do inquérito rigoroso, a fim de que fossem cumpridas, fielmente, as recomendações do governador do Estado.

"Ouidas estas declarações, retiraram-se os líderes sindicais para uma outra sala, a fim de, com liberdade, discutirem o assunto. Decorridos alguns minutos, o secretário de Segurança retirou-se da

em que a assembléia se realizava e procurou os líderes a fim de com eles ter uma conversa informal, acompanhando-os a uma visita aos locais em que os incidentes se desenrolaram e às vítimas.

"De retorno ao escritório central, reabriu os trabalhos, ocasião em que o presidente do sindicato, sr. Geraldo Ribeiro, proclamou que os operários da Usiminas votavam uma moção de confiança ao governo do Estado e à Polícia Militar, através de seu comandante geral, cuja permanência em Ipatinga foi solicitada. Na sua exposição, fez questão de deixar bem patente que os operários consideravam não ser necessária a presença de forças federais, porque sentiam e compreendiam a sinceridade da conduta do governo do Estado, através de suas autoridades. Encerrando os trabalhos, o secretário de Segurança agradeceu, em nome do governo, e, especialmente do governador Magalhães Pinto aquela manifestação de confiança e o elevado espírito de compreensão dos operários e dos líderes sindicais e anunciou que dois inquéritos seriam imediatamente instaurados: o inquérito policial militar, promovido por determinação do comandante geral da polícia e o inquérito civil por delegado da corregedoria geral da polícia, que imediatamente seguirá para Ipatinga. Agradeceu ainda a compreensão dos líderes operários, relativamente à desnecessidade de serem solicitadas tropas do Exército nacional, porque bem compreendiam todos que o governo do Estado, por intermédio das forças e elas subordinadas, achava-se, como efetivamente se acha, em perfeitas condições de assegurar tranquilidade, respeito e paz em todo o território do Estado.

"A par de todos os acontecimentos e de todas as providências tomadas, pode o governador do Estado verificar o caráter absolutamente acidental e o sentido estritamente local do lamentável episódio", concluiu a nota.

Tirando a máscara, como fez o governo estadual, que mostra claramente verdadeiro caráter fascista, ao afirmar que foi um acontecimento absolutamente acidental e de sentido absolutamente local. como se no país inteiro não estivesse acontecendo nada naquele momento, a Usiminas também dá sua versão, como veremos a seguir, uma nota distribuída pela direção da empresa em seus escritórios em Belo Horizonte na tarde do dia 7. Também é fornecida na ocasião, a lista oficial de mortos e feridos, dando conta de 7 mortos e 79 feridos. Eis a nota: "A diretoria da Usiminas lamenta comunicar que houve, na manhã de hoje, grave atrito entre seus operadores, operários de firmas empreiteiras e elementos do destacamento local da Polícia Militar, com alguns mortos e vários feridos.

"O incidente teve início ontem, com desentendimentos entre alguns operadores, o serviço de segurança da empresa e a polícia, resultando a prisão de várias pessoas. Em consequência houve paralização até o momento parcial, das atividades da Usina e do tráfego ferroviário da E.F.V.M.

"O secretário de Segurança, o comandante da Polícia Militar e um diretor da Usiminas estão se dirigindo a Ipatinga para as providências necessárias ao apaziguamento dos ânimos e restabelecimento da tranquilidade.

"A Usiminas vem prestando assistência às vítimas, estando os feridos sendo medicados nos hospitais do município de Coronel Fabriciano.

"Ao ensejo, a Usiminas comunica que as suas relações com os empregados e operários estão em perfeita harmonia, inclusive tendo sido anteriormente em assembléia do respectivo sindicato, o aumento salarial pretendido pelo pessoal".

OS MORTOS

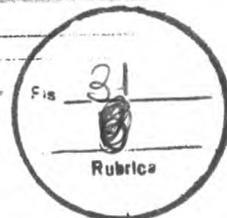
Eis a lista dos mortos, fornecida pela Usiminas, constando um número de 7:

- . Aides Dias Carvalho - Usiminas
Filho de João Dias de Carvalho e Maria Motta
Natural de Aimorés - MG
 - × Sebastião Tomé da Silva - Usiminas
Filho de Geralda Cristina da Silva
Natural de Guanhães - MG
 - × Geraldo Rocha - Usiminas
 - × Antônio José Reis - CONVAF
 - × Alvío Ferreira Felipe - A. E. Cavalcanti
. Gilson Miranda - EBSE
- Uma criancinha de três meses não identificada

OS FERIDOS

Internados no Ambulatório da Usiminas

- . Antônio Dilson Sales - Usiminas - Chapa 10.814
- . Austeno Manoel Coelho - Usiminas - Chapa 5.801
- . Cícero Alves - Usiminas - Chapa - 10.786
- . Dilton da Silva - Usiminas - Chapa 10.522
- . Devenir Gomes da Silva - Usiminas - Chapa 10.756



- . Edson Generoso Coelho - Usiminas - Chapa 10.807
- . Irineu Melo Almeida - Usiminas - Chapa 10.709
- . Isolino Salvador Rosa - Usiminas - Chapa 10.630
- . José Moreira Gomes - Usiminas - Chapa 10.628
- . João Nascimento - Usiminas - Chapa 11.019
- . João Elias Souza - Usiminas - Chapa 2.703
- . José Oliveira Mendes - Usiminas - Chapa 10.499
- . José Raimundo Mafra - Usiminas - Chapa 10.638
- . Joaquim do Carmo Siqueira - Usiminas - Chapa 10.787
- . José Ribeiro Guimarães - Usiminas - Chapa 9.787
- . João Batista de Resende - Usiminas - Chapa 10.622
- . José Esteves da Silva - Usiminas - Chapa 10.567
- . José Eugênio Almeida - Usiminas - Chapa 10.708
- . José Martins Silva - Usiminas - Chapa 10.438
- . Jêsus Bitencourt Braga - Usiminas - Chapa 10.406
- . Luís Carlos - Usiminas - Chapa 10.556
- . Mário Lúcio Costa - Usiminas - Chapa 10.972
- . Manuel Queiros Neto - Usiminas - Chapa 9.921
- . Manuel R. de Oliveira - Usiminas - Chapa 10.624
- . Onofre Santiago Carvalho - Usiminas - Chapa 10.548

Eliane Martins, que foi metralhada nos braços da mãe, quando saiu de um ambulatório médico, junto ao escritório central da Usiminas.

AS NEGOCIAÇÕES

- 1- Afastamento da polícia militar e a ida de tropas federais para policiar a cidade;
- 2- Acabar com o corpo de vigência e criar um outro, como o existente na petrobrás, retirando os próprios elementos da Usiminas.
- 3- Pensão para as viúvas dos operários mortos na chacina da PM.
- 4- Expulsão dos autores da chacina e um inquérito rigoroso para punir os assassinos.

Estas foram as reivindicações que os trabalhadores apresentaram na reunião da tarde do dia 07 com o comandante geral da PMMG, coronel José Geraldo, ao diretor da Usiminas José Raimundo e o secretário de segurança pública do Estado de Minas Gerais; Caio Mário da Silva Pereira que não concordou com o primeiro item, pois os operários deviam dar crédito de confiança ao coronel José Geraldo, que ali se encontrava para a apuração dos fatos. Depois de muitos debates, o Sr. Geraldo Ribeiro, presidente do sindicato dos metalúrgicos e diversos líderes sindicais que era o representante dos trabalhadores concordaram com o secretário de segurança pública.

Ao mesmo tempo em que se realizava a reunião no escritório da Usiminas do lado de fora, vários trabalhadores gritavam: Fora o Dr. Gil Guatemosin que também estava presente. Ele é o responsável pelos assassinatos de nossos colegas, varias foram as denúncias feitas e polícia particular da Usiminas. Terminada esta reunião do dia 7 o Sr. secretário de segurança pública Caio Mário da Silva Pereira e o comandante José Geraldo, dirigiram-se para Belo Horizonte para conversar com o Governador Magalhães Pinto. Retornaram no dia 08, com o Sr. Amaro Lanirí Junior, Presidente da Usiminas e firmaram um acordo, com as seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Cel. Fabriciano, Sindicato dos condutores de veículos rodoviários do município, associação dos trabalhadores nas Indústrias de construção e do mobiliário, presidente da Usiminas, secretário da segurança pública, do trabalho e cultura popular. Comandante geral da PMMG, deputados Sinval Bombirro e José Pimenta, representante do comando estadual dos trabalhadores, Sr. João Firmino, o delegado regional do trabalho, Onésimo Viana Souza, do estudante Geraldo



pediu voto de confiança aos trabalhadores e eram cientificados, depois galpeavam a classe operária traindo os princípios dos compromissos assumidos em praça pública. O próprio, aprovou e estimulou um movimento de tantas insolidariedade aos seus colegas de deslocamento de cavalaria de Ipatinga, e sugeriu ainda que os soldados foram provocados pelos operários que haviam jogado pedras na polícia. O Inquerito aberto pela PM, simplesmente expulsou os soldados de corporação por manchar a farda do PM já o tenente da cavalaria montada, Jurandi Gomes de Carvalho não foi expulso e passou a major, e membro da diretoria do clube da diretoria da PMMG. Tudo isto sob causas canegados pela justiça militar e comum. Uma justiça corrompível, criada pela burocracia burguesa para beneficiar sempre a burguesia. É esta justiça que não julga e nunca julgará a causa dos povos como o massacre em Ipatinga. O inquerito de foto não teve conclusão a notícia repercutiu no país inteiro.

O massacre de Ipatinga, como a própria história nos mostra não é e nunca foi um movimento solado e estritamente local como queria crer o senhor Magalhães Pinto que mais tarde se vangloriou dizendo que foi o chefe civil da revolução que na verdade foi uma contra-revolução sangrenta e anti-popular, que massacrava e torturava milhares de brasileiros, Mas um movimento de caráter nacional, pois naquele instante os trabalhadores do país inteiro clamavam por problemas idênticos.

Assim podemos registrar mais um dos inúmeros partes da história de nossos povos, que sempre tiveram, torturas e chacinas de inúmeros trabalhadores, resultando na culpabilidade caindo sempre sobre as próprias vítimas.

REAÇÕES A CHACINA

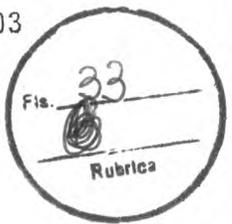
Centenas de operários incendiaram e destruíram a marreta e o caminhão de placa 96.27.76, de mantena, usado pelos soldados que mataram e feriram, no moncho de ontem, junto ao almoxarifado da Usiminas e da rodovia do aeroporto e que estão entricheirados no alto de um morro. O caminhão foi localizado ao lado do restaurante do SAPS quando se preparava para receber as latas com alimentação para os 200 homens do PM que estão aquartelados na câmara de cavalaria. O veículo foi tombado, os trabalhadores furaram o tanque de gasolina e colocaram fogo. O fato foi presenciado

ado por centenas de trabalhadores que destruíram o bloco de motor e acessórios em cima de protestos pela sua utilização na matança de anteontem, O motorista ainda não identificado, conseguiu fugir saindo após a destruição do veículo dos militares, populares começaram a perseguir o comerciante José Sales conhecido pelo "Forrô do Juã considerando como alcaguete da polícia passando a persegui-lo e só não foi linchado porque operários menos exaltados procuraram fazer os colegas que não se devia linchar. "Forrô do Juã que se entregou a um reporter e foi levado à presença do coronel José Geraldo de Oliveira como prisioneiro.

Estado de Minas 10.10.63.

Dezenas de trabalhadores encendiam depedram e promoviam desordens no bairro do Forró do Juã, ferindo populares, a tiros facadas. O prédio onde funcionava uma destrito policial, em Ipatinga, próximo a casa de saúde Santa Terezinha, e que durante muito tempo serviu de centro de tortura de trabalhadores e forasteiros, foi reduzidos a musculosos pedaços e montes de destroços, Terminada a destruição da cadeia, os desordeiros penetraram na zona alegre, à procura das mulheres que eram companheiras de soldados envolvidos na chacina da última segunda feira. Colchões, camas e móveis fora encendidos, janelas tiveram vidros quebrados e houve princípio de saque do bar instalado no prédio onde residem algumas meritrisas. Durante três dias seguidos os operários descarregaram suas sagradas revoltas.

IPATINGA, TERÇA-FEIRA 7 DE OUTUBRO DE 2003

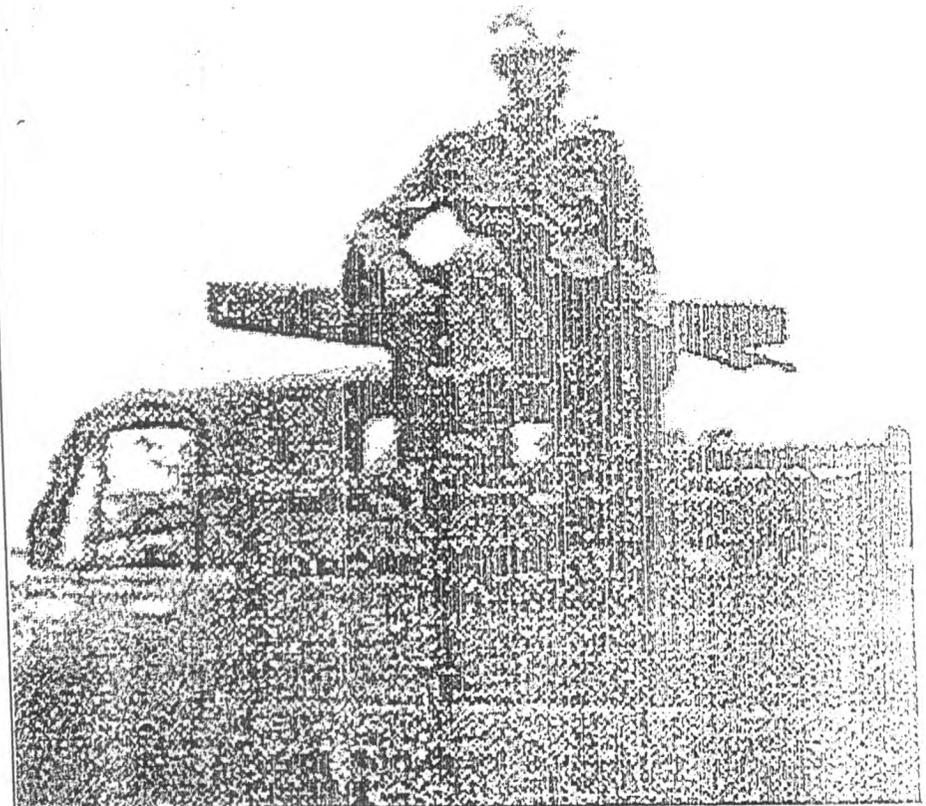


ESPECIAL
ESPECIAL

40

ANOS MASSACRE DE IPATINGA

POR PAULO ASSIS
estudante de jornalismo UFMG





AGRADECIMENTOS

Há dois anos e meio minha principal fonte sobre as histórias de Ipatinga se foi. Eram animadas e longas conversas sobre o início da construção de Ipatinga e região. Das dificuldades vividas por aqueles que ali buscavam prosperar junto com a implantação da siderúrgica Usiminas. Foram essas conversas, às vezes ao lado de uma cadeira de balanço, outras em uma cadeira comum, que me incentivaram a tentar resgatar um pouco da história da cidade onde não só eu, mas toda minha família cresceu. Essa reportagem é dedicada a ele, meu avô José Francisco de Assis, o popular Zé Calixto.

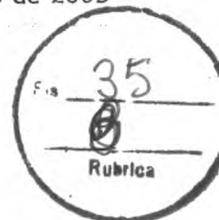
A meu pai que, mesmo reticente à idéia de eu ter feito o ensino médio científico para tentar o vestibular e escolhido uma área tão incerta quanto a de comunicação social, durante meus três anos em Belo Horizonte financiou minha estadia. O dinheiro nem sempre sobrava, mas a maioria das coisas na vida é conquistada com luta e sacrifícios. Não posso esquecer de minha mãe que sempre fazia comidas gostosas para levar de Ipatinga para Belo Horizonte. Do meu irmão que mesmo morando longe, em Brasília, me dava um apoio quando o dinheiro estava curto. Agradeço também o apoio da minha namorada Daniele que, distante 220 quilômetros, me acalmava nas horas de nervosismo.

Morar fora de casa foi uma experiência nova e de extrema importância. Agradeço a todos aqueles que dividiram o apartamento comigo e contribuíram para que eu aprendesse a conviver com as diferenças dos outros. Obrigado Filipe, Alisson, Renné e Luiz Gustavo. E a todos aqueles que não citei mas contribuíram para que eu cumprisse mais um estágio da minha vida, o meu muito obrigado.

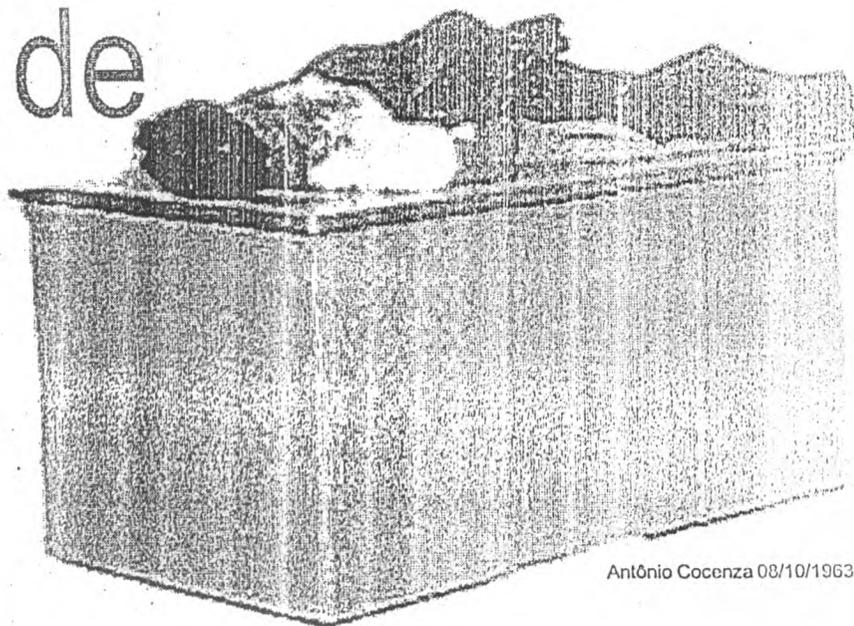
Paulo Sérgio Silva de Assis

Ipatinga, 07 de outubro de 2003

EPISÓDIO É UMA DAS MAIORES CHACINAS DE TRABALHADORES NO PAÍS. OPERÁRIOS DA USIMINAS FORAM MORTOS QUANDO PROTESTAVAM CONTRA AGRESSÕES DE VIGILANTES E POLICIAIS. VÍTIMAS SERÃO HOMENAGEADAS HOJE



Massacre de Ipatinga completa 40 anos



Antônio Cocenza 08/10/1963

PAULO ASSIS

7 de outubro de 1963. Uma manhã nublada de segunda-feira. Na portaria da Usiminas, um conflito. De um lado, operários exibem marcas de agressões feitas por policiais durante a noite anterior. O sentimento: a revolta. Do outro, 17 PMs sobre um caminhão, armados com fuzis, pistolas e uma metralhadora giratória, vigiam o tumulto.

São quase 10h. Uma pedra é lançada da multidão. Um policial é atingido. Começa o tiroteio. A metralhadora dispara para todos os lados. As rajadas não têm alvo. Trabalhadores correm. Pulam em buracos. Tentam se esconder. Nem todos têm sorte. Cessam os tiros. Mortos e feridos espalhados pelo chão.

Os PMs tentam fugir. O caminhão não funciona. É preciso empurrá-lo para dar a partida. Na fuga, os tiros retornam. Qualquer pessoa pode ser metralhada. Ingênuos, dois primos - um alfaiate, o outro ambulante -

observavam o conflito. Com os tiros, tentam se esconder atrás de um monte de terra. Não adianta. Nas costas, uma bala acerta o alfaiate. Cai morto sobre o primo.

Na rota da fuga, o ambulatório da empresa. Lá, uma criança de 3 meses era vacinada. Ao sair, o bebê, no colo da mãe, é metralhado. Pelo caminho, os PMs matam mais pessoas e fogem. Acaba o tiroteio. O saldo oficial: 7 mortos e 78 feridos.

Revoltados, metalúrgicos pegam corpos de colegas mortos. Na sala do diretor de Relações Industriais da Usiminas são jogados. Um sobre a mesa (foto). O outro no chão. Aos gritos, dizem: "Você matou, você come!"

A reportagem ouviu pessoas envolvidas no episódio para reconstruir aquele 7 de outubro de 1963 que marcou a história de Ipatinga. Gente como Maria Dias Martins, esposa do operário Alvino Ferreira Felipe, morto e tido como mendigo cego pelas publicações sobre o "Massacre de Ipatinga".

HOMENAGENS

A Câmara Municipal de Ipatinga recebe hoje o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Na audiência pública que ocorrerá às 15h, eles farão homenagens aos envolvidos no "Massacre de Ipatinga".

Durante a audiência, familiares de vítimas do 7 de outubro esperam obter informações sobre a reabertura do prazo para que parentes de mortos ou desaparecidos em manifestações políticas em vias públicas, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de outubro de 1988, peçam indenização. A proposta está sendo estudada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Já o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga prepara para às 19h30, no Centro Cultural Usiminas, no Shopping do Vale do Aço, a exibição do documentário "Outubro Vermelho", sobre o papel do metalúrgico no desenvolvimento de Ipatinga.

Véspera anunciou o massacre

VIOLÊNCIA DE VIGILANTES E POLICIAIS PROVOCOU MOBILIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 1963. EX-MORADOR DO ALOJAMENTO INVADIDO PELA PM AFIRMA QUE POLICIAIS CHEGARAM ATIRANDO



Reprodução Arquivo Estado de Minas

ESPANCAMENTOS - Constantes agressões de vigilantes da Usiminas e de policiais militares romperam o ponto máximo de tolerância na manhã de 7 de outubro de 1963

PAULO ASSIS

► Em 1963, os trabalhadores da Usiminas passavam por revistas nas portarias da empresa quando saíam do trabalho. Os vigilantes revistavam bolsos e objetos dos metalúrgicos. O objetivo: evitar furtos de pertences da empresa que completaria o primeiro ano de funcionamento no dia 26 de outubro. Essas atitudes minavam a relação entre operários e vigilantes e contribuíram para o conflito que culminou com a morte de trabalhadores na manhã do dia 7 de outubro de 1963.

Na noite do dia 6 de outubro, durante a saída dos metalúrgicos, a revista das marmitas dos metalúrgicos foi mais dura que o normal. Além de revirar as marmitas, os vigilantes

exigiram a apresentação da identificação. "Foi uma coisa para provocar", avaliou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época, o ex-deputado estadual Geraldo Ribeiro. Segundo ele, na manhã do dia 6, os operários realizaram uma assembléia no bairro Horto. Atitude que não teria agradado a direção da Usiminas em Ipatinga.

A revista e a exigência da identificação atrasaram a saída dos metalúrgicos. Como os caminhões que transportavam os trabalhadores esperavam apenas dez minutos, temendo perder o transporte, alguns operários forçaram o portão para sair. A atitude iniciou uma briga entre os vigilantes e os metalúrgicos. Em desvantagem na briga, o vigilante Augusto Pereira Braga decidiu pedir ajuda a quatro policiais da

Cavalaria que estavam em um quartel improvisado, hoje local da sede do Rotary's Club, no bairro Ferroviários.

A repressão dos vigilantes aumentaria com o apoio da Polícia Militar. Os operários decidiram aproveitar a vantagem na briga e fugiram para o bairro Santa Mônica, próximo à portaria da empresa. Os vigilantes da Usiminas, já com o reforço dos policiais militares, dirigiram-se para o bairro no encalço dos trabalhadores. Cerca de 100 operários que moravam no alojamento Chicago Bridge, que ficava no início do bairro, foram presos e levados em três caminhões para o quartel de Cavalaria. Durante a ação, armários, camas e guarda-roupas foram quebrados. O alojamento ficou cravado de balas.

Com medo da invasão policial em outros alojamentos do bairro, os demais moradores montaram barricadas com camas, cadeiras e armários. As luzes dos alojamentos foram apagadas e as lâmpadas dos postes da rua que dava acesso aos alojamentos quebradas. O local ficou às escuras. O cenário de guerra estava montado. Na parte baixa da rua, policiais armados com fuzis, revólveres calibre 45 e granadas. No alto, trabalhadores entrincheirados, armados com paus e pedras.

O comandante do destacamento da PM de Ipatinga na época, Robson Zamprogno afirmou que os operários possuíam garruchas. "Naquele tempo todo mundo andava armado. Já traziam armas de suas cidades", argumentou. Versão confirmada por José Martins da Silva, ex-morador do Chicago Bridge. "Naquela época era comum. Escondiam na pasta. Nos alojamentos quase todo mundo andava armado. Garruchas, essas armas antigas". Como foi preso no início da confusão, José Martins não sabe se os trabalhadores atiraram contra os policiais.

O PACIFICADOR

O confronto entre policiais e os amotinados no Santa Mônica era questão de tempo. Por volta das 23h30, capitão Robson Zamprogno ordenou a um cabo conhecido como "Baiano" que pedisse ajuda ao pároco da igreja do bairro Horto, padre Avelino Marques. "Ele era um padre muito popular entre os operários. Podia nos ajudar", recordou o oficial. Segundo

O Massacre de Ipatinga

Zamprogno, na primeira vez que foi chamado, o vigário não atendeu ao pedido. Não queria se envolver no confronto. Achava que era um pequeno atrito entre trabalhadores e policiais. "Fala com o padre que a situação é gravíssima", teria sido a ordem dada ao cabo para convercer o vigário a ir ao local do conflito.

Era quase 1h da madrugada. Iniciava o dia 7 de outubro. Com a insistência do militar, padre Avelino atendeu ao chamado. Ele só teve tempo de colocar a batina e calçar seus chinelos. O motivo de sua participação no conflito ficou sabendo no caminho. Ele seria o mediador. "Todo mundo é contrário à polícia. Chefe não agrada a ninguém. Padre dá uma conotação de pacificação", comentou Avelino Marques, hoje com 82 anos.

Ouvir as reivindicações dos operários e pôr fim à situação era a tarefa do pároco. Os faróis de um caminhão iluminaram a rua. Junto ao padre, subiu o chefe dos alojamentos. A luz dos faróis atrás dos dois homens dificultou a identificação. Pedras e paus foram jogados até que os operários identificaram o padre através da batina.

No alto da rua predominava a confusão. "Todo mundo falava junto. Até que alguém pediu que se calassem para que eu pudesse falar", lembrou o vigário. Avelino ouviu as reivindicações dos trabalhadores. Foram três: a PM deveria deixar o local e libertar os colegas do Chicago Bridge. Pediram também para conversar com o diretor de Relações Industriais da Usiminas, o engenheiro Gil Guatimosin.

As três reivindicações foram atendidas. As duas primeiras durante a madrugada. A terceira ficaria para a manhã do dia 7, quando, de acordo com padre Avelino, uma comissão de doze trabalhadores seria recebida por dirigentes da Usiminas. "Não foi isso que aconteceu", comentou. Enquanto o vigário foi para casa calçar os sapatos e trocar de roupas, uma multidão de trabalhadores se formou e caminhava para a portaria da Siderúrgica.

Enquanto os moradores do Chicago Bridge libertados pela PM voltavam para casa, exibiam ferimentos sofridos durante a madrugada. "Aquele clima de tortura mexeu com a moral dos trabalhadores", recordou o aposentado José Horta de Carvalho, morador do bairro Santa Mônica na época.



"Bateram na nossa porta e gritaram 'abre a porta senão a arrebentamos' e deram um tiro no portal"

José Martins da Silva
ex-morador do alojamento Chicago
Bridge

Comerciante narra o pesadelo

▶ Na noite do dia 6 de outubro de 1963, véspera do "Massacre de Ipatinga", José Martins da Silva era um dos moradores do alojamento Chicago Bridge presos pela Polícia Militar. O então operário havia saído do trabalho às 22h. Quando passou pela portaria, a confusão entre operários, vigilantes e policiais já havia terminado, mas deixara sinais de que algo havia acontecido. "Até me assustei quando sai, porque a Cavalaria estava na portaria. Mas não me aconteceu nada", recordou o ex-metalúrgico que na época tinha 26 anos.

Só quando chegou ao alojamento José Martins soube da briga na portaria da empresa. Alguns colegas montavam barricadas com medo de uma invasão da PM. Nos fundos do Chicago Bridge, ficava o quarto que José Martins dividia com outras sete pessoas. O metalúrgico se preparava para dormir quando começou a invasão policial. "Bateram na nossa porta e gritaram 'abre a porta senão a arrebentamos' e deram um tiro no portal."

Os policiais exigiram a formação de uma fila. Última da fila, José Martins ainda tentou olhar para o rosto de um policial. Tomou uma cacetada. Enquanto desciam para o pátio do alojamento, levavam rasteiras. Ainda de pijamas, os moradores do Chicago Bridge foram colocados em três caminhões e levados para o quartel da Cavalaria.

Segundo José Martins, os policiais fizeram terror psicológico. "Qualquer um que levantar a cabeça, toma um tiro. Vamos pegar

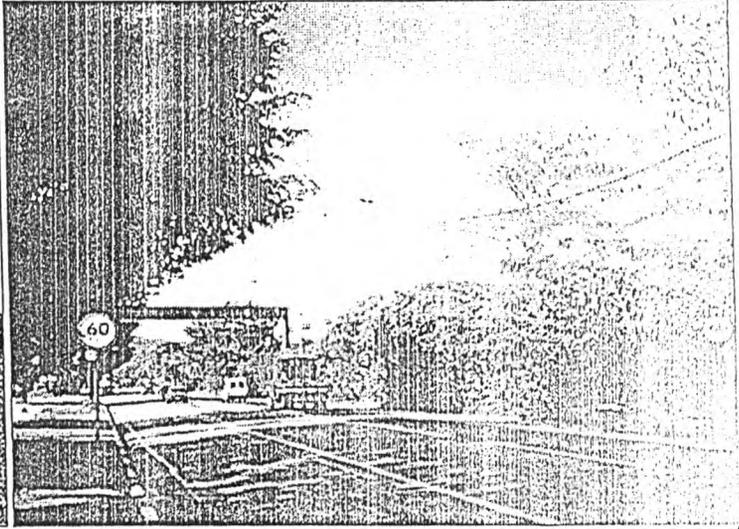
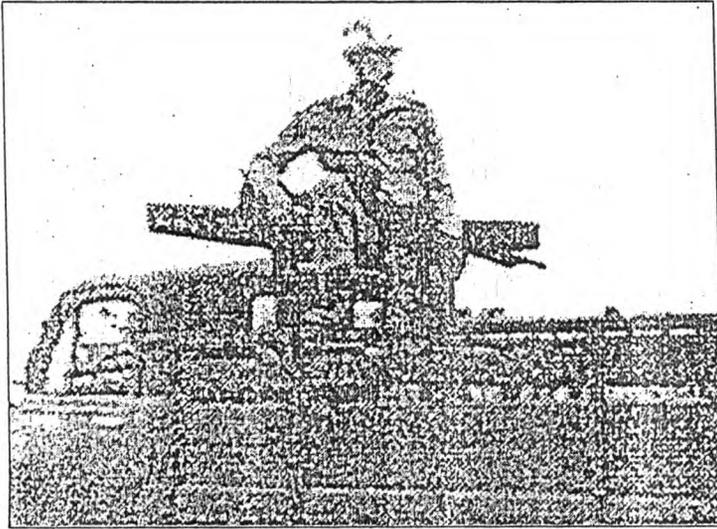
os tambores de gasolina e despejar sobre vocês." Ele afirma não ter visto maus-tratos, pois tinha que olhar para o chão. "Uma chuvinha fina caía. E a gente deitado naquele barro", recordou.

Os trabalhadores foram liberados depois da intervenção de um diretor da Usiminas. Até hoje José Martins não sabe qual. Quando voltou para o alojamento, ele nem chegou a entrar, pois acompanhou a multidão que caminhava em direção a portaria da Usina para protestar contra as agressões dos vigilantes e policiais. Apesar de ter seguido os colegas, José Martins não presenciou o tiroteio.

Quando os tiros começaram, o metalúrgico estava no ambulatório da Usiminas tratando os ferimentos da noite anterior. "Quando começaram a chegar ambulâncias com as vítimas, alguém gritou: 'Abaixa, abaixa, que estão atirando'. Uma bala quebrou o vidro do ambulatório", lembrou José Martins.

Temendo que a confusão aumentasse, José Martins foi para a casa de um tio, no bairro Vila Celeste, em Ipatinga. Somente à tarde voltou para o alojamento. "Tinha muita gente com mala na mão. Dizendo que nunca mais voltaria em Ipatinga", contou. A notícia do "Massacre de Ipatinga" espalhava-se pelo País. Para tranquilizar a família, José Martins foi para São Domingos do Prata, sua cidade natal, onde ficou menos de uma semana.

O metalúrgico aposentou em 1991, depois de trabalhar 27 anos e seis meses na Usiminas. Hoje é dono de uma loja de materiais de construção no bairro Vila Celeste. (PA)



Reprodução

Paulo Assis 23/09/2003

ROTA DA FUGA - Metralhadora girava para todos os laços, acertando pessoas pelo caminho. Local da chacina fica em frente ao Shopping

Tensão chega ao auge

PAULO ASSIS

▶ A tensão entre operários da Usiminas, policiais militares e vigilantes da empresa atingiu o ponto máximo na manhã do dia 7 de outubro de 1963. Ainda não havia amanhecido. Na portaria número 1 da Usiminas, próxima ao bairro Horto, trabalhadores que saíram do bairro Santa Mônica iniciavam um protesto contra agressões de vigilantes da empresa e policiais militares na noite anterior e na madrugada. Durante a mobilização nem todos operários entraram para trabalhar. Do lado de dentro da cerca de arame farpado que limitava a área da Usina, os trabalhadores que entravam não conseguiam sair. Uma multidão com cerca de cinco mil operários formou-se no local.

Temendo a depredação dos carros da Usiminas que ficavam na garagem próxima à portaria e também uma possível ação dos metalúrgicos contra os vigilantes, o diretor de Relações Industriais da Usiminas, Gil Guatimosin, pediu reforço policial.

Um grupo de 19 militares sobre um caminhão, armados com fuzis, pistolas calibre

OPERÁRIOS PROTESTAVAM NA PORTARIA DA USIMINAS CONTRA AGRESSÕES. POLICIAIS REVIDARAM PEDRADA DE OPERÁRIO COM TIROS DE METRALHADORA. PM FUGIU DA PORTARIA DA USIMINAS ATIRANDO. ELIANE MARTINS, UM BEBÊ DE TRÊS MESES, FOI METRALHADO NO COLO DA MÃE QUANDO SAÍA DO AMBULATÓRIO DA EMPRESA

45 e uma metralhadora sobre um tripé, chegou ao local. No comando estava o tenente Jurandyr Gomes de Carvalho. "Um homem disposto a acabar com aquela situação o mais rápido possível", nas palavras de padre Avelino Marques.

O comandante da PM de Ipatinga, Robson Zamprogno, não ficou com seus subordinados. O oficial separou-se do grupo e foi para o escritório central da Usiminas, 700 metros da portaria, participar da reunião com diretores da empresa e líderes trabalhistas, que havia sido reivindicada pelos amotinados no bairro Santa Mônica durante a madrugada.

Na portaria da Siderúrgica a situação ficava mais tensa. A multidão aumentava e as provocações aos policiais também. "Tá tinindo. Tá tinindo", diziam os trabalhadores, imitando o som das esporas dos policiais da Cavalaria. Padre Avelino diz ter pedido ao tenente Jurandyr que mantivesse a calma e retirasse os policiais do local. O pedido teria sido negado.

"Padre, eu vou acabar com esse negócio é agora mesmo", Avelino afirma que foi a resposta. Nesse momento, o vigário foi para o escritório central da Usiminas, onde uma reunião entre dirigentes da empresa e líderes trabalhistas discutia o fim da greve.

A reportagem procurou Jurandyr Gomes de Carvalho para comentar as declarações de Avelino Marques, mas o ex-tenente não pôde conceder entrevista por estar se recuperando de uma cirurgia.

DEMORA

Enquanto o conflito tornava-se iminente na portaria da Usiminas, a reunião no escritório central demorava mais do que todos esperavam. Muitos são os motivos apresentados. "Era muita gente falando. Muitas reivindicações", criticou Robson Zamprogno. Segundo o padre Avelino, tudo o que se falava na reunião era traduzido para o japonês, pois um dos diretores da Usiminas era japonês e não falava português. Já o ex-sindicalista Geraldo Ribeiro responsabilizou a polícia e a Usiminas pela demora já que "o Robson, que recebia ordens da Usiminas, endureceu a parada porque não aceitava tirar a tropa sobre vaia". Como a reunião não terminava, Robson Zamprogno escreveu um bilhete e pediu a um cabo que entregasse ao tenente Jurandyr. "Eu pedi calma lá fora, pois a reunião estava terminando." Foi esse o conteúdo do bilhete segundo o oficial. Algumas versões do "Massacre de Ipatinga" afirmam que o bilhete foi, na verdade, a ordem para atirar.

O Massacre de Ipatinga

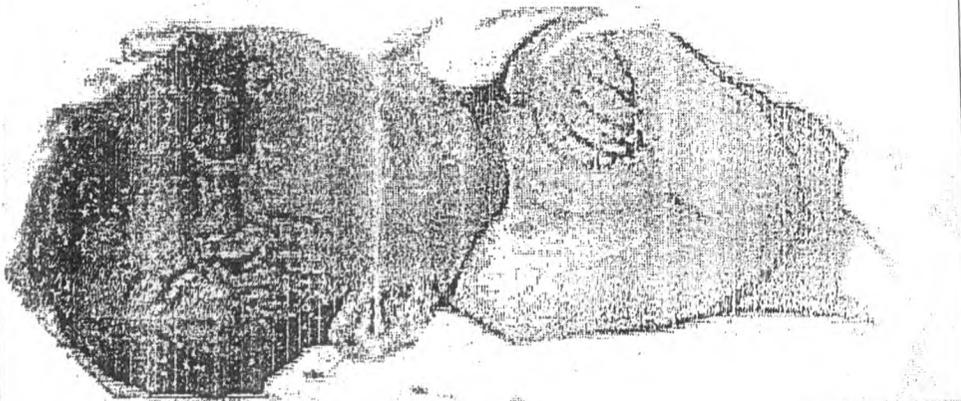
Pedrada iniciou o tiroteio

► Faltavam poucos minutos para as 10h quando uma pedra lançada da multidão de operários que protestava na portaria da Usiminas atingiu o soldado Sebastião Cândido dos Santos. Os policiais começaram a atirar. "Cada um agiu por iniciativa própria", contou o ex-soldado Joaquim Félix de Carvalho, em reportagem publicada pelo jornal "Estado de Minas" no dia 2 de junho deste ano. Nossa reportagem conversou, por telefone, com o ex-militar, mas ele afirmou não se lembrar do que aconteceu no dia do "Massacre de Ipatinga". Com uma morosidade na voz disse que um recente derrame cerebral teria afetado sua memória.

No início do tiroteio, os militares dispararam para o alto, na direção do bairro Bom Retiro. Tentaram dispersar a multidão. Os operários teriam feito um cordão de isolamento, mas se tornaram os alvos dos policiais. Em cima do caminhão, a metralhadora sobre o tripé começou a disparar para todos os lados.

Durante 15 minutos a portaria da Usiminas foi palco de uma guerra. Alguns trabalhadores corriam, outros se deitavam ou escondiam. Uma vala que seria usada para instalar uma rede de esgoto da Usina foi usada como abrigo. "Quando vi o clima tenso, fiquei perto de uma vala. Quando saiu o primeiro tiro, pulei", contou o aposentado José Horta de Carvalho. Para ele, a vala foi a salvação dos trabalhadores. "Muitos pularam dentro da vala junto comigo. Encheu mesmo. Os tiros batiam no chão e jogavam terra em cima da gente. E a gente rastejando." (PA)

Bebê foi metralhado



Hilton Rocha 08/10/1963

MORTE PRECOCE - Na fuga, os policiais disparavam para todos os lados. Um dos tiros matou a menina Eliane Martins, de apenas três meses, que havia sido levada pela mãe para ser vacinada no ambulatório da Usiminas

► Quando os tiros da metralhadora cessaram na portaria da Usiminas, parte da tragédia havia acontecido. Operários como José Elias dos Santos e José Vilas Novas Mendes, ouvidos pela reportagem, foram atingidos pelas rajadas de metralhadora e agonizavam no local do conflito.

Com medo de uma reação dos trabalhadores, os policiais militares tentaram fugir no caminhão, mas ele não funcionou. Alguns policiais desceram do veículo para empurrá-lo. Só assim o caminhão deu partida.

Na fuga, os disparos atingiram uma ambulância que, mesmo antes do tiroteio, transportava os feridos da noite anterior. O ambulatório da Siderúrgica também ficou cravado de balas. Um dos tiros atingiu Eliane Martins, um bebê de apenas três meses que morreu no colo da mãe que saía do ambulatório. Mesmo ferida, a mãe se salvou.

Os policiais disparavam para todos os lados. O alfaiate Geraldo Rocha Gualberto, que observava a mobilização dos operários

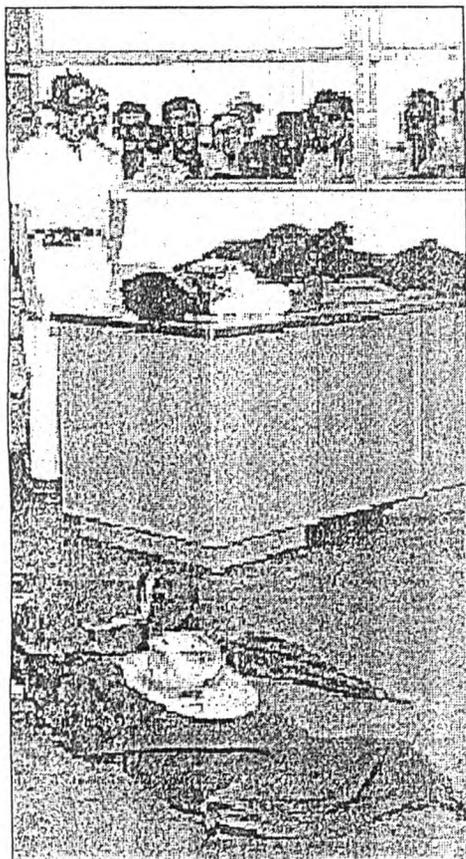
junto com o primo João Bosco Gualberto, ainda tentou se esconder atrás de uma barreira de terra. Não teve tempo. O tiro o atingiu nas costas. Caiu morto no colo do primo. Os operários Antônio José dos Reis e Alvinho Ferreira Felipe também foram baleados pelos policiais em fuga.

Um dos tiros dados a esmo pelos PMs durante a fuga passou próximo ao metalúrgico José Martins da Silva, mas não o atingiu. Pouco antes do tiroteio, ele foi ao ambulatório da empresa tratar os ferimentos que sofreu na noite anterior durante a invasão do alojamento Chicago Bridge pelos policiais militares.

Quando estavam próximo ao quartel da Cavalaria, onde hoje fica o bairro Ferroviários, os policiais militares pararam de atirar. No entanto, eles sabiam que um revide dos operários poderia acontecer a qualquer momento. Decidiram ficar escondidos nos morros próximos a Usina à espera de um possível ataque dos metalúrgicos. (PA)

Operário é confundido com mendigo cego

HISTÓRIA DO MASSACRE ESTÁ ERRADA. SUPOSTO MENDIGO CEGO, MORTO PELA PM, ERA OPERÁRIO DA EMPREITEIRA A.B. CAVALCANTI. ALVINO FERREIRA FELIPE CAMINHAVA PARA ACESITA QUANDO FOI BALEADO PELA PM



Antônio Cocenza 08/10/1963

ERRO - No chão, ao lado do corpo, chapéu e guarda-chuva de Alvin Ferreira Felipe. Durante 40 anos tido como mendigo

PAULO ASSIS

► Revoltados com a morte de colegas, alguns trabalhadores pegaram os corpos de dois mortos e os levaram para o escritório central da Usiminas. Lá, eles foram jogados na sala do diretor de Relações Industriais da Usiminas, Gil Guatimosin. Aos gritos, os

operários diziam: "Você matou, você come!" Um dos corpos ficou sobre uma mesa, o outro no chão.

O corpo no chão seria de um mendigo cego, como conta todas as publicações sobre a história do "Massacre de Ipatinga". O suposto mendigo era, na verdade, Alvin Ferreira Felipe, funcionário da empreiteira A. B. Cavalcanti. "Não tinha mendigo nenhum. Eles acharam que meu pai era um mendigo. Era meu pai mesmo", contesta Maria da Conceição, filha mais velha de Alvin.

O operário foi confundido com um mendigo por causa das roupas que usava. "Um paletó muito simples. Não era como os operários se vestiam", recorda o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época, Geraldo Ribeiro. O ex-sindicalista também afirma que o suposto mendigo aparentava quase 50 anos. Idade elevada para os operários. Em dezembro de 1963, Alvin, que sempre havia trabalhado como braçal, completaria 42 anos.

Um funcionário da Usiminas reconheceu o corpo do operário jogado na sala e avisou a família. No entanto, o boato que um mendigo fora baleado já havia se espalhado. O corpo de Alvin Ferreira foi levado para a família no final tarde do dia 7 de outubro e enterrado na manhã do outro dia, no cemitério do Barra Alegre.

Segundo a viúva de Alvin, Maria Dias Martins, na manhã daquele dia, o marido caminhava para Acesita, onde faria uma perícia médica para renovar o afastamento

do trabalho. Meses antes, um caminhão que transportava operários dentro da Usiminas passou sobre um dos pés de Alvin. Funcionário da empreiteira A.B. Cavalcanti desde 20 de fevereiro de 1961, o operário fazia a pé o trajeto de 15 quilômetros entre Barra Alegre e a Siderúrgica. Naquele dia não foi diferente. Pegou o guarda-chuva, despediu-se da esposa, colocou seu chapéu e partiu.

Sua filha mais velha conta que testemunhas disseram que o pai estava próximo onde hoje é o bairro Ideal quando foi avisado da greve na portaria da Usiminas, mas não acreditou e continuou a caminhada. Estava perto do escritório central quando foi atingido. "Ele morreu inocente, sem saber nem porque morreu", lamentou sua filha.

De acordo com a certidão de óbito, emitida pelo médico Hercílio da Costa Lage, um tiro atingiu o crânio do operário. Mesmo lugar onde foi atingido o suposto mendigo. O chapéu e o guarda-chuva ficaram sobre o corpo de Alvin. A viúva do operário guardou durante anos o chapéu perfurado. Um dia decidiu não guardar lembranças daquele trágico dia e o jogou fora.

PENSÃO

Com a morte do marido, Maria Martins tentou receber uma pensão para cuidar dos cinco filhos. Segundo a viúva, como era casada apenas no religioso, foi informada que não receberia o benefício. Para criar os filhos, trabalhou como costureira e contou com a ajuda da filha mais velha, Maria da Conceição, que largou os estudos e passou a vender verduras no centro de Ipatinga.

A renda da família era completada por uma pensão que o filho mais novo de Alvin recebeu até completar 18 anos. Ele era o único filho registrado até a morte do pai. Maria da Conceição conta que a família recebeu uma cesta básica da Usiminas durante dois anos. No final desse período, receberam uma quantia da Usiminas, mas não sabe dizer se foi uma indenização. O dinheiro foi usado para melhorar a casa que ficava no mesmo terreno onde moram até hoje.

A família não culpa a Usiminas. Eles dizem acreditar que a empresa chamou a PM para fazer a segurança. Os policiais é que teriam agido errado ao atirar contra os operários que protestavam na portaria.

O Massacre de Ipatinga

Caixão levou notícia da morte de alfaiate

Magna Gualberto, irmã do alfaiate Geraldo Rocha



PAULO ASSIS

A notícia da morte do alfaiate Geraldo Rocha Gualberto chegou ao pequeno município de Braúnas, cerca de 80 quilômetros de Ipatinga, na noite do dia 7 de outubro de 1963. Eram quase 20h quando a caminhonete que levava o corpo do alfaiate parou em frente à casa de sua família. "Ele chegou em um caixão quase indigente, feito de última hora", reclamou a irmã do alfaiate, Magna Gualberto, que na época tinha 12 anos.

Durante o dia, a família de Geraldo Rocha ouvia pelo rádio notícias das mortes de operários da Usiminas. Em nenhum momento pensaram que o alfaiate fosse um dos mortos. "Ninguém imaginava que aquilo pudesse acontecer com ele. Era um alfaiate, não tinha ligação com a Usiminas", comentou Magna. Com a morte do mais velho dos onze filhos, o pai de Geraldo Rocha chamou um farmacêutico para aplicar um calmante na esposa e mandou buscar os filhos que estudavam em Guanhães. O velório aconteceu durante a madrugada e o corpo foi enterrado às 4h no cemitério de Braúnas.

ENCONTRO

Uma coincidência colocou a morte no caminho de Geraldo Rocha. Na manhã daquele dia 7 de outubro, o alfaiate saiu da Candangolândia (atual bairro Amaro Lanari) como destino ao centro de Ipatinga onde compraria material para uma encomenda. Próximo ao bairro Horto, em frente à portaria da Usiminas, a estrada estava bloqueada pelos operários. Como o ônibus não podia passar pelo local, Geraldo Rocha desceu do veículo. Nesse momento, encontrou o primo João Bosco Gualberto, que levaria sua caminhonete para

lavar no bairro Horto, mas por causa do bloqueio também ficou parado no local da mobilização operária.

Os primos nunca haviam se encontrado em Ipatinga e aproveitaram o momento para conversar. "A gente não tinha maldade. Meu prazer era conversar com ele, vendo o movimento", lembrou João Bosco, hoje com 66 anos. De repente, uma pedra atingiu um dos policiais. Começaram os tiros. "A polícia atirou para cima, para espantar o pessoal. Não se importaram com aquilo. Atirou para o chão. Continuou do mesmo jeito. Falei com meu primo: Vamos correr!". Geraldo Rocha e João Bosco tentaram se esconder atrás de um monte de terra. Antes que conseguissem, uma bala acertou o alfaiate. "Quando fomos deitar, ele falou: 'Já estou morto'! Recebeu um tiro nas costas e caiu sobre mim", recordou João Bosco.

Com o primo no colo, João Bosco esperou o caminhão com os policiais afastar para chamar uma ambulância. Geraldo Rocha foi levado para o ambulatório da Usiminas aonde chegou sem vida.

AVISO

Quando saiu de casa para trabalhar, às 4h do dia 7 de outubro, o metalúrgico Antônio José dos Reis já sabia da greve dos trabalhadores. Pediu à esposa, Tereza Gomes, para não se preocupar. Não pretendia participar do movimento. Quando chegou para trabalhar, Antônio dos Reis não conseguiu entrar na Usiminas. Ele voltava para casa quando foi metralhado. Assim como Geraldo Rocha, o metalúrgico também tentou esconder atrás de um monte de terra.

O corpo de Antônio dos Reis foi entregue à mulher na tarde do dia 7 de outubro e enterrado no outro dia, no cemitério do bairro

Bom Jardim, onde morava. Casado há oito anos, o operário deixou um casal de filhos pequenos que ajudaram a mãe, Tereza Gomes, a manter as despesas da casa.

INDENIZAÇÃO

A viúva de Antônio José dos Reis irá reivindicar indenização pela morte do marido caso a Secretaria Especial de Direitos Humanos reabra o prazo para pedir o benefício que atingiria familiares dos mortos no "Massacre de Ipatinga". "Isso não vai voltá-lo. Mas vai compensar muitas dificuldades que passamos", comentou.

Após a morte do marido, Tereza recebeu durante dois anos e meio uma cesta básica mensal da Usiminas. Nesse período, a empresa também pagou o aluguel da casa onde morou. Quando a Usiminas inaugurou o Hospital Márcio Cunha, Tereza Gomes conseguiu um emprego em sua lavanderia, onde trabalhou até 1992, quando aposentou.

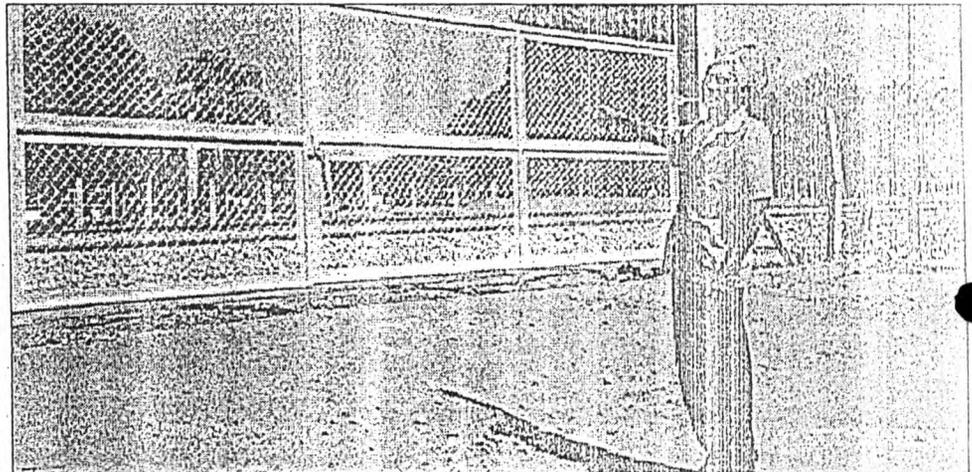
Tereza e sua filha Eva Maria dos Reis preferem não contar com o dinheiro antes de uma definição do governo federal. Se a indenização for paga, Tereza pretende investir na educação dos dois filhos e dos sete netos. Segundo Eva Maria, a família já tentou conseguir uma indenização, mas receberam como resposta que o prazo já havia terminado. Não insistiram. Tereza tinha medo de perder o emprego no hospital. "Se eu perdesse o emprego como iria criar meus filhos", explicou.

A família de Geraldo Rocha Gualberto também vai reivindicar a indenização. Magna Gualberto conta que dinheiro será usado para ajudar os demais irmãos. "Se esse benefício sair, tenho certeza que onde meu irmão estiver, vai ficar muito feliz de saber que, mesmo depois de morto, está ajudando os irmãos, coisa que foi interrompida na época."

Operários foram feridos dentro da Usiminas

DOIS FERIDOS OUVIDOS PELA REPORTAGEM - JOSÉ ELIAS E JOSÉ VILAS NOVAS - ESTAVAM DENTRO DA EMPRESA QUANDO FORAM METRALHADOS

PAULO ASSIS



Paulo Assis 24/09/2003

► A lista divulgada pela Usiminas na tarde do dia 7 de outubro de 1963 contém o nome de 78 feridos. Dois deles, ouvidos pela reportagem, afirmam que estavam dentro da empresa quando foram metralhados pela Polícia Militar. José Elias dos Santos e José Vilas Novas Mendes carregam até hoje as marcas daquele dia.

Na garagem de veículos da Usiminas, próximo ao local do "Massacre", trabalhava José Vilas Novas. Ele foi atingido na primeira descarga de tiros. Um deles acertou abaixo do joelho. O metalúrgico perdeu o equilíbrio. Ainda tentou ficar em pé. Mais tiros o atingiram. Caiu desacordado. José Vilas Novas foi levado para o hospital Nossa Senhora de Carmo, em Coronel Fabriciano. Segundo ele, o médico não acreditou que sobreviveria e o mandou para a Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga. Depois, ficou internado durante cinco meses em hospitais de Belo Horizonte.

Três das sete balas que atingiram sua perna esquerda não foram retiradas. José Vilas Novas, que era delegado sindical, foi demitido no dia 12 de dezembro de 1964, como "agitador" e "comunista". Apenas em 1979 foi aposentado por invalidez. O ex-metalúrgico guarda até hoje a carteira da Usiminas suja de sangue, mas pediu que não fosse fotografada.

DESAMPARO

O dia 7 de outubro de 1963 ficou marcado para sempre na vida de José Elias dos Santos, ou melhor, "seu" Juca Preto, como é conhecido na Grota do IAPI, local na periferia de Ipatinga, onde mora há 38 anos. No momento em que os policiais atiravam contra os operários reunidos na portaria da Usiminas, o então

LEMBRANÇA - "Seu" Juca mostra o local onde foi metralhado na manhã de 7 de outubro. Hoje, em frente ao Shopping do Vale do Aço

montador de estruturas metálicas da empreiteira Fichet ainda estava dentro da empresa. Como o expediente havia sido cancelado por causa da mobilização, ele caminhava para o portão da empresa quando foi metralhado. "Como a única saída que tínhamos era aquela, fui saindo. Quando ouvi os tiros, tentei me proteger. Mas tomei o tiro e cai. Não vi mais nada", lembrou o ex-operário aos 69 anos.

Naquele momento uma bala perfurou sua perna esquerda e ficou cravada no fêmur. Até hoje está lá. A vida do operário que morava em Ipatinga há apenas dois meses mudou para sempre. Sua perna esquerda ficou com os movimentos limitados. Passou dois anos usando muletas. Não podia mais trabalhar. "Isso acabou com minha vida. O que faz uma pessoa sem poder trabalhar? Ganhando um salário mínimo de aposentadoria?", questionou emocionado.

Da empresa onde trabalhava e da Usiminas, afirma ter recebido a assistência médica durante os 90 dias que ficou internado e salário durante seis meses. Nada mais. "Nem uma visita. Ninguém veio saber como eu estava", reclamou. Quando a empreiteira Fichet acabou a obra em Ipatinga, o salário foi cortado e "seu" Juca aposentado por invalidez.

O operário que desejava ser funcionário da Usiminas, viu seu sonho desmanchar. Trocou a casa de três cômodos na avenida das Flores, no bairro Bom Jardim, por uma área descampada no bairro Esperança, que se tornou a Grota do IAPI. "Se aquilo não tivesse acontecido, eu podia estar com uma boa aposentadoria", lamentou.

Com a aposentadoria de um salário mínimo, "seu" Juca montou uma pequena fábrica de tijolos de barro no quintal de casa, onde trabalhava com a ajuda da esposa. O que ganhava cobria as despesas com alimentação. Dos sete filhos, nenhum concluiu o ensino médio.

Mágoa, diz não guardar. Só lamenta que naquela manhã nenhum dirigente da Usiminas tenha ordenado que a PM se retirasse do portão. "Seu" Juca já pensou em pedir uma indenização, mas sempre lhe bateram a porta na cara. Quando foi informado que parentes de mortos do "Massacre de Ipatinga" poderiam receber indenização, agradeceu a Deus. Ele ainda tem esperança que as pessoas que ficaram inválidas também sejam beneficiadas. Só teme que o benefício venha tarde demais. "Como tem 40 anos e ninguém fez nada quando sair, e se sair, já estarei morto", critica o operário.

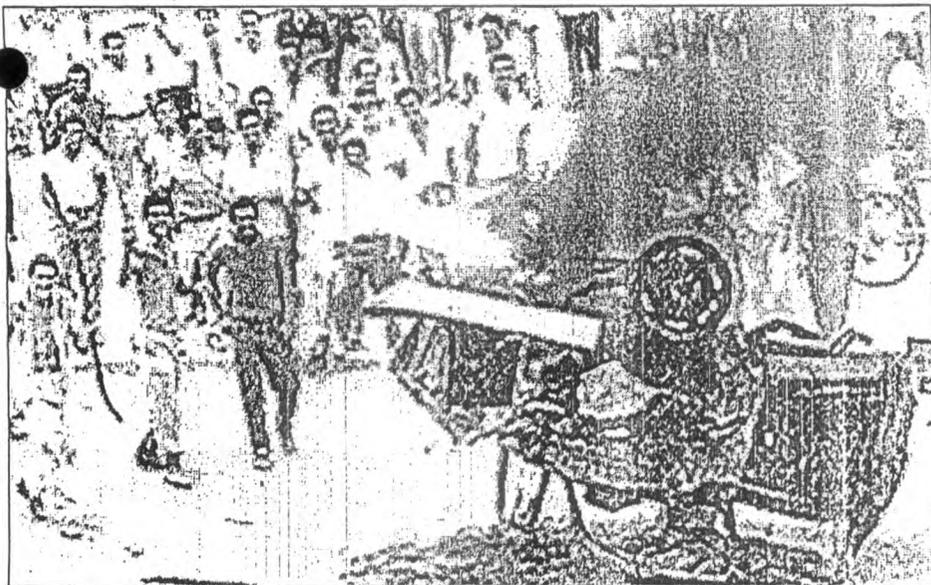
O Massacre de Ipatinga

Pânico atinge o distrito

Padre Avelino Marques
Apesar do esforço, o "pacificador" não conseguiu evitar o confronto e a revolta operária



APÓS MORTE DE COLEGAS, METALÚRGICOS REVOLTADOS ESPALHARAM PÂNICO POR IPATINGA. NA MADRUGADA DO DIA 8 DE OUTUBRO, OPERÁRIOS DESTRUÍRAM A CADEIA PÚBLICA. ALGUNS MORADORES DO CENTRO FUGIRAM DE CASA



Hilton Rocha 08/10/1963

REVOLTA - Operários destroem, no bairro Horto, caminhão usado pelos policiais militares que no dia anterior atiraram contra a multidão na portaria da Usiminas

PAULO ASSIS

► Ainda pela manhã do dia 7 de outubro de 1963 espalhavam-se pelo centro de Ipatinga boatos dizendo que os trabalhadores destruiriam a cadeia pública e a rede de gás da Siderúrgica. "Muita gente correu para longe, para o Canaã, para o Bethânia [antiga fazenda de Selim José de Sales] com medo de uma explosão. Alguns esqueceram até as casas abertas", recorda a pioneira de Ipatinga, Bernardina Sena de Assis.

O marido de Bernardina, o comerciante José Francisco de Assis, conhecido como *Zé Calixto*, enviou cinco de seus seis filhos para Antônio Dias, cidade 47 quilômetros de Ipatinga onde tinha parentes. A filha mais nova que ainda completaria três anos ficou em

Ipatinga. Zé Calixto tinha um bar na avenida 28 de abril, a cerca de 50 metros do prédio da cadeia. Como Ipatinga não possuía energia elétrica, a geladeira do bar funcionava à base de querosene. O comerciante temia que os operários revoltados colocassem fogo no latão de querosene em frente ao bar.

Na madrugada do dia 8 de outubro, o prédio da cadeia pública foi incendiado e destruído a picaretadas pelos metalúrgicos revoltados. Com medo que o fogo se alastrasse para os imóveis próximos ao prédio, moradores do quarteirão da cadeia, como o sapateiro Joaquim Santana, deixaram suas casas. O incêndio foi controlado e as pessoas voltaram para casa. A cadeia ficava no terreno onde hoje é o Colégio Adventista, na esquina das ruas Uberlândia e Ouro Preto, no Centro de Ipatinga.

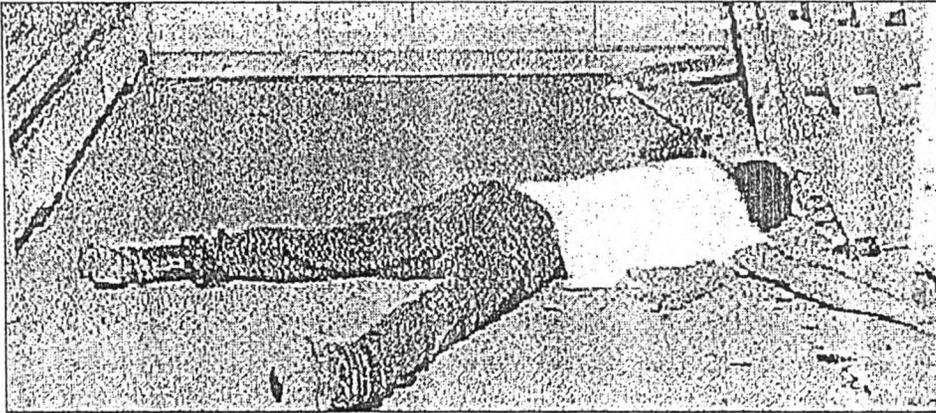
Depois de destruir parte do prédio da cadeia, os operários ainda invadiram a zona boêmia do distrito, o Juá. Eles procuravam prostitutas que trabalhavam para policiais. Móveis e janelas foram quebradas.

Pela manhã, os operários incendiaram, no bairro Horto, o caminhão que levaria alimentação para os PMs detidos no quartel da Cavalaria. Revoltados, os trabalhadores tombaram o veículo, furaram o tanque de gasolina e atearam fogo. No dia anterior, o mesmo caminhão havia sido usado para transportar os soldados que metralharam os metalúrgicos.

SUBSTITUIÇÃO

Todos os policiais militares envolvidos no "Massacre de Ipatinga" foram presos e levados ao Batalhão de Guardas, em Belo Horizonte, onde ficaram à disposição da Justiça Militar. O contingente policial de Ipatinga foi substituído por uma tropa de 150 militares do 6º Batalhão da Polícia Militar, de Governador Valadares. A ordem de prisão foi dada pelo comandante da PM de Minas Gerais, coronel José Geraldo de Oliveira, que chegou em Ipatinga na tarde do dia 7 de outubro. O oficial e membros do alto escalão do governo estadual, como o secretário estadual de Segurança Pública, Caio Mário da Silva Pereira, participaram de uma reunião com representantes dos trabalhadores e da Usiminas para colocar fim ao conflito.

Entre as reivindicações dos operários estava a retirada da PM de Ipatinga, que seria substituída por uma tropa federal. Também queriam a troca da equipe de vigilantes, a expulsão dos autores da chacina e a instauração de inquérito. O acordo foi firmado somente na noite de terça-feira. Porém, o coronel José Geraldo de Oliveira não aceitou a retirada da PM de Ipatinga. As outras reivindicações foram atendidas.



Antônio Cocenza 08/10/1963

CHACINA - Depois do massacre, corpos de operários teriam ficado espalhados por Ipatinga

Controvérsias sobre o número de mortos

LISTA OFICIAL DIVULGADA PELA USIMINAS NA TARDE DO DIA 7 DE OUTUBRO DE 1963 APONTA SETE MORTOS, MAS NÃO INCLUI O NOME DE JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, MORTO AO FOTOGRAFAR O CONFLITO. TESTEMUNHAS AFIRMAM QUE O NÚMERO DE MORTOS E FERIDOS É AINDA MAIOR. ENFERMEIRA CONTA QUE, APENAS EM SUAS MÃOS, MORRERAM CINCO PESSOAS

PAULO ASSIS

► Há 40 anos uma dúvida paira sobre Ipatinga. O número exato de mortos no "Massacre de Ipatinga" não é conhecido. A lista oficial, divulgada pela Usiminas na tarde do dia 7 de outubro de 1963, dá conta de sete mortos, por isso não inclui o nome do metalúrgico José Isabel do Nascimento, baleado enquanto fotografava o conflito na portaria da Usina e que morreu dez dias depois na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga.

A reportagem ouviu testemunhas do confronto entre policiais militares, vigilantes e operários. A maioria acredita em um número de mortos e feridos superior ao divulgado na época. Os corpos de alguns mortos teriam sido levados pelas famílias para suas cidades. Também conta-se na cidade que outros corpos ficaram espalhados nas matas próximas à portaria da Usina.

No dia do massacre, hospitais de toda região ficaram cheios. Houve vítimas levadas até para o hospital da Siderúrgica Belgo Mineira, em João Monlevade, cidade 104 quilômetros de Ipatinga. Alguns feridos teriam morrido nos hospitais dias depois da internação.

CAIXÕES

Na noite do dia 7, o marceneiro João Ferreira da Silva foi chamado para um trabalho extra: produzir caixões para os mortos do "Massacre de Ipatinga". "Foi uma correria medonha. Mandaram nos buscar durante a noite", lembrou aos 77 anos. A tarefa foi dividida com outros três colegas. "Não lembro o número exato, mas ficamos a noite inteira fazendo caixões", comentou João Ferreira, que na época trabalhava para Companhia Aços Especiais Itabira (Accsita).

O comerciante João Bosco Gualberto também não consegue precisar o número de

mortos. Na manhã do massacre, João Bosco foi ao ambulatório da Usiminas buscar o corpo do primo, o alfaiate Geraldo Rocha Gualberto, baleado nas costas quando fugia do tiroteio. No ambulatório João Bosco viu uma pilha de corpos. "Eles estavam enrolados em cobertas e lençóis. Não dava para identificá-los", explicou.

Padre Avelino não contou o número de mortos. O vigário que agiu como pacificador nos dias do conflito sugere um número superior aos sete da lista oficial. "Pode multiplicar esse número por quatro ou cinco", afirmou o pároco.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época, Geraldo Ribeiro, afirma que são 32 mortos. No dia do massacre, o sindicalista contou 30 mortos na portaria. "Outros dois morreram depois. Uma criança e um fotógrafo", explica. Ribeiro não consegue apontar o paradeiro dos corpos. "Eles sumiram depois", sustentou.

A equipe médica do ambulatório da Usiminas que atendeu parte das vítimas do "Massacre de Ipatinga" era chefiada pelo médico Hercílio da Costa Lage. Ele garante que foram oito mortos em todos hospitais da região. O médico trabalhou de 1960 a 1969 para a Usiminas. Depois foi para o Hospital Márcio Cunha, que pertence ao Sistema Usiminas. Há cinco anos se aposentou.

Apesar das especulações sobre o número de mortos, além dos oito mortos conhecidos, a reportagem não localizou familiares de pessoas mortas que não fizessem parte da lista divulgada. A única referência a um operário desaparecido após o conflito de 7 de outubro está no livro "O Massacre de Ipatinga", de Carlindo Marques. Segundo o livro, o operário Francisco Jorge Peixoto não voltou para casa depois do conflito na portaria da Usiminas. No entanto, a reportagem não encontrou Serafina Martins dos Santos, esposa do metalúrgico, que contou a história para Carlindo Marques. Caso seja reaberto o prazo para parentes dos mortos do "Massacre de Ipatinga" pedirem indenização, familiares de pessoas que não estão na lista poderão aparecer, caso o número de mortos seja superior aos oito conhecidos.

Procurada pela reportagem, a Usiminas prefere não se manifestar sobre o assunto. Ela alega que foi um conflito entre os operários e a Polícia Militar.

O Massacre de Ipatinga

Enfermeira contesta a história



"Isso é mental", sustenta a enfermeira que ajudou a socorrer as vítimas no dia 7 de outubro de 1963. Para ela, história oficial é bem diferente da história real

Maria Auxiliadora Vital Alves, ex-enfermeira Casa de Saúde Santa Terezinha

► Sobrinha de nomes importantes da história de Ipatinga, como o ex-prefeito João Lamego Neto e o ex-vereador José Orozimbo da Silva, a enfermeira Maria Auxiliadora Vital Alves, conhecida como *Dodora*, é taxativa ao discordar do número de mortos e feridos da lista oficial. Segurando uma revista com fatos marcantes dos 20 anos da história de Ipatinga, diz revoltada: "Isso é mentira!"

De acordo com a lista oficial, apenas quatro feridos foram atendidos na Casa de Saúde Santa Terezinha, onde Dodora trabalhava. No entanto, ela afirma que cinco pessoas morreram em seus braços. Segundo a enfermeira, não havia como contar a quantidade de feridos. Eles foram deitados no chão, emparelhados um ao lado do outro. O soro era dividido para três ou quatro pessoas.

"Era operação uma em cima da outra. Então eles [os médicos] vestiam aquela roupa esterilizada. E não a tiravam. Só trocavam de luva quando dava", descreve, tamanho era a quantidade de pessoas atendidas no hospital como resultado do conflito.

Para Dodora, hoje com 58 anos, a lista divulgada pela Usiminas mostra apenas os nomes das vítimas que não havia como omitir. Como o de Eliane Martins, enterrada em um caixão branco. "Chorei tanto quando a criança morreu. O pai ficou agachado na portaria, chorando", recordou. No final da tarde, os corpos teriam sido levados para Coronel Fabriciano, mas desapareceram.

Parentes de vítimas nunca conseguiram informações na Casa de Saúde Santa Terezinha. Dodora conta que, um dia, a recepcionista, após omitir informações sobre vítimas, foi para dentro do hospital e chorou. "Ela me chamou dentro do banheiro e disse: Dodora, eles jogaram os corpos todos fora." A enfermeira se emociona ao lembrar do destino das vítimas. "Gente que veio conquistar a vida em Ipatinga, perdeu a vida."

Para Dodora, a história sobre o "Massacre" nunca será esclarecida já que a maioria das pessoas envolvidas e que poderiam ajudar a esclarecer dúvidas sobre o episódio optaram pelo silêncio. "E assim ficou para a história", lamentou. (PA)

Metalúrgico morre ao registrar o conflito



Evandro Santiago 08/10/1963

► O nome de José Isabel do Nascimento não está entre os mortos da lista oficial. Ele morreu dez dias depois na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga. O mestre de montagem de estruturas metálicas da empreiteira Fichet tinha a fotografia como hobby. Não saía de

casa sem sua máquina fotográfica. Na manhã do dia 7 não foi diferente.

No meio da multidão que protestava na portaria da Usiminas contra as agressões dos vigilantes e policiais, José Isabel tirava fotos da greve. Para conseguir melhores ângulos subiu em uma cerca de arame farpado. O metalúrgico fotografava os policiais quando começou o tiroteio.

Tornou-se um alvo fácil. O prazer de registrar o mundo custou-lhe a vida.

As fotografias de José Isabel são os únicos registros do conflito na portaria da Siderúrgica. Elas foram publicadas em 2 de novembro de 1963 na revista "O Cruzeiro", publicação de maior circulação nacional na época do "Massacre de Ipatinga". (PA)

Caos motivou a revolta

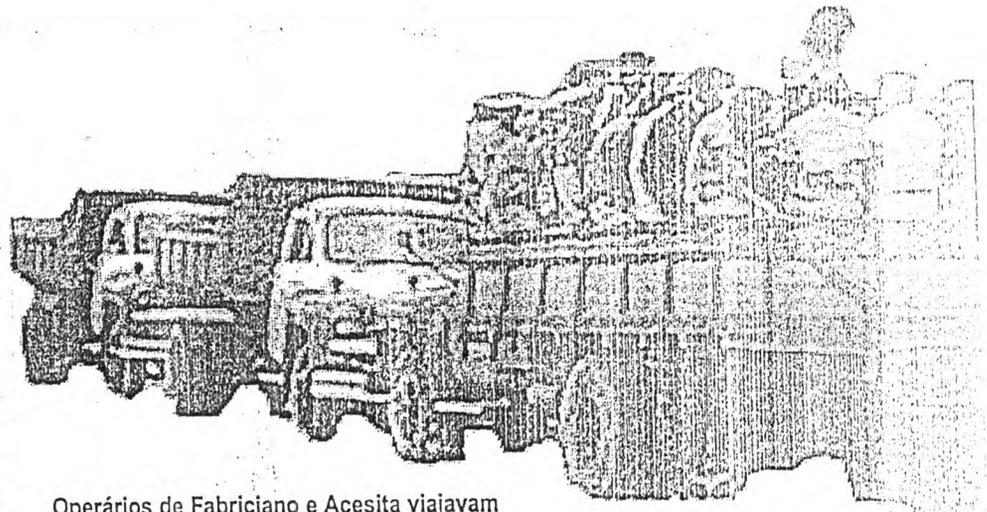
IPATINGA NÃO ESTAVA PRONTA PARA RECEBER OPERÁRIOS. PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE VIDA PROVOCAVAM INSATISFAÇÃO DOS METALÚRGICOS. CLIMA JÁ ERA TENSO NA REGIÃO ANTES DO DIA 7 DE OUTUBRO DE 1963

PAULO ASSIS

► A briga entre vigilantes da Usiminas, policiais militares e operários, na noite no dia 6 de outubro de 1963, foi apenas o estopim da revolta dos metalúrgicos. Há meses a situação em Ipatinga era tensa. Os quase dez mil trabalhadores que construíram a Siderúrgica moravam numa cidade inacabada. "Foi prometido muito conforto na cidade. Hoje há muita desilusão. A alimentação é deficiente. A habitação também. Há casos em que num pequeno cômodo dormem de seis a oito pessoas. O transporte também é péssimo, pois estão sempre lotados", descreveu o operário Oquibson Jenuíno da Costa, em depoimento à comissão de inquérito da Usiminas que apurou as causas do massacre.

Com a construção da Usiminas, iniciada em agosto de 1958, trabalhadores de todo o País se dirigiram para Ipatinga. A população aumentou 20% ao ano durante uma década. Em 1970, moravam quase 50 mil pessoas na cidade. Antes da construção da Siderúrgica, Ipatinga era um pequeno vilarejo, distrito de Coronel Fabriciano. As menos de quinhentas pessoas que moravam no local viviam da agropecuária, do pequeno comércio e da plantação do eucalipto vendido para a Siderúrgica Belgo Mincira, em João Monlevade.

A implantação da Usina provocou o surgimento de duas "ipatingas" separadas por uma "cortina de eucalipto", como recordou o padre Avelino Marques, primeiro pároco da



Operários de Fabriciano e Acesita viajavam mais de uma hora na carroceria de caminhões

Portal do Cidadão/PM

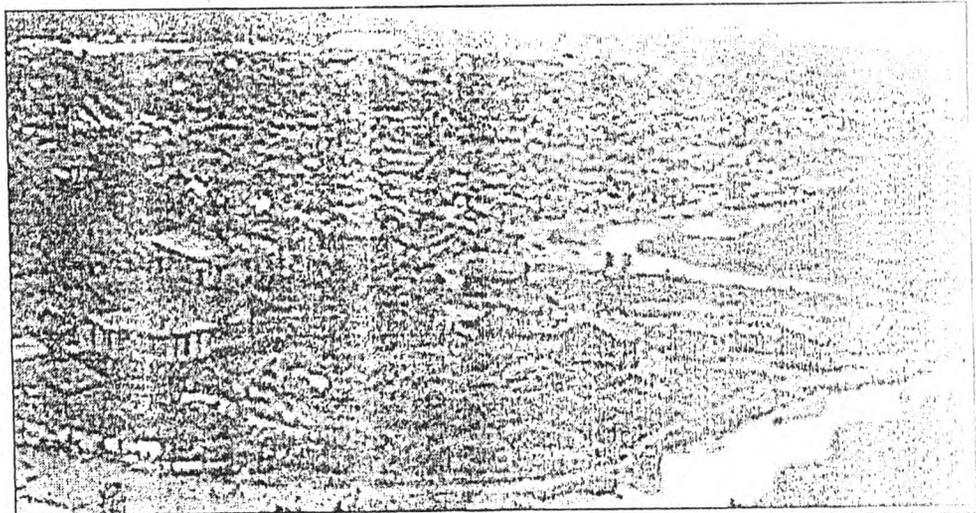
igreja do Horto. De um lado a área industrial e os bairros construídos para os funcionários da Usiminas. Do outro, o centro e a periferia do distrito.

Em 1963, o centro de Ipatinga não tinha água tratada, esgoto ou rede de energia elétrica. Um gerador do comerciante Raimundo Anício produzia a energia. "Matava-se até porcos no meio da rua", lembra Bernardina Sena de Assis, pioneira da cidade que mora desde janeiro de 1959 na avenida 28 de abril, principal centro comercial de Ipatinga. Barracos de madeira, onde moravam trabalhadores de empreiteiras, multiplicavam-se pelo distrito.

A área da Usiminas foi construída às pressas. Enquanto os trabalhadores chegavam,

a empresa construía a infra-estrutura para recebê-los. Os primeiros funcionários moravam em enormes alojamentos de madeira, com pequenos cômodos onde ficavam quatro beliches. Quando foram construídos os bairros da Usiminas, como Cariru e Castelo, os trabalhadores de hierarquia superior passaram a morar em casas. No entanto, cerca de 60% dos operários ficaram nos alojamentos dos bairros Santa Mônica, Maringá e Candangolândia (atual Amaro Lanari).

O presidente da Siderúrgica na época do massacre dos metalúrgicos, Amaro Lanari Júnior, justificou a correria na construção da Usina. "A minha preocupação era fazer aquilo o mais rápido possível, porque eu sabia que não bastava ter o recurso. É preciso fazer



Portal do Cidadão/PM

RUA DO BURACO - Durante quase 40 anos, o local no Centro de Ipatinga foi um dos mais pobres da cidade.

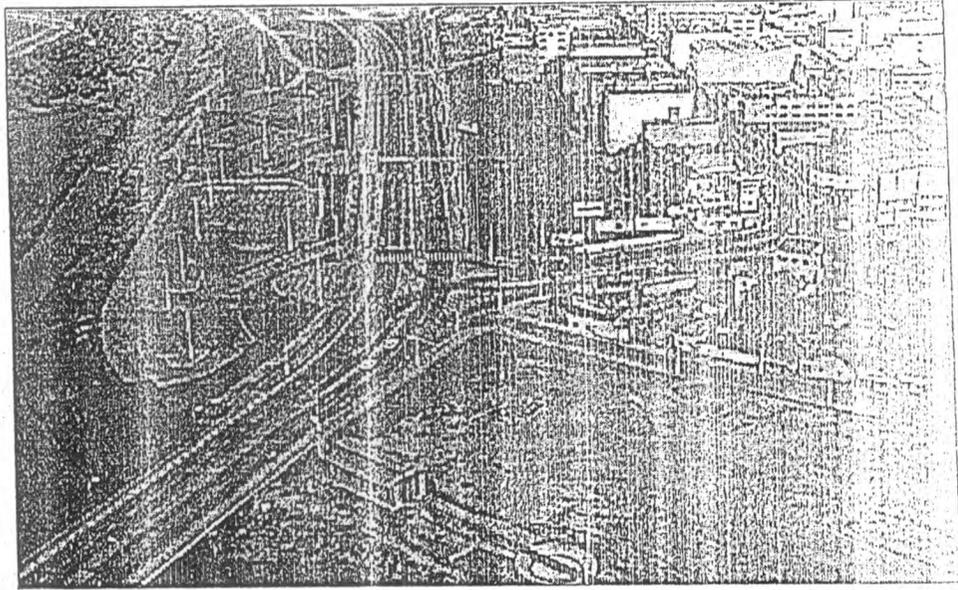
O Massacre de Ipatinga

depressa, porque juro durante a construção são um veneno”, disse em depoimento para a publicação “Usiminas conta sua história”.

QUEIXAS

Apesar de benefícios como alimentação e moradia, morar na área da Usiminas nem sempre era melhor. É o que afirma o metalúrgico aposentado Miguel Muniz de Assis, que morou na Candangolândia e no Santa Mônica. Para Miguel, o ambiente no Santa Mônica era mais aprazível, mas a vigilância era maior. “Os policiais ficavam rodeando os alojamentos. Tinha até toque de recolher”, comenta.

Não era apenas a vigilância dos policiais que revoltava os operários. Em maio de 1963, trabalhadores da Sinterização [setor da siderúrgica onde o pó de minério de ferro é aglomerado a quente] reclamaram à Seção de Higiene da Usiminas que o restaurante do setor forneceu carne estragada. Repórteres do jornal “O Binômio”, enviados a Ipatinga para cobrir o massacre dos metalúrgicos, constataram a inexistência de nutricionistas. “A comida da Usiminas não chega a ter mil calorias diárias, quando o necessário para o trabalhador braçal é superior a 2.500”, contaram na edição de 14



Portal do Cidadão/PMI

NOVO CENTRO - Obra acabou com a Rua do Buraco. Moradores foram transferidos para bairros construídos pela Prefeitura Municipal

de outubro de 1963. De acordo com a denúncia, os nutricionistas que trabalhavam na Usiminas desistiram do emprego, alegando precárias condições de vida em Ipatinga.

O ritmo frenético de trabalho na Usina não deixava tempo para o lazer dos operários. “Era trabalho dia e noite. Um rolo compressor”, comentou padre Avelino,

conhecido pela popularidade entre os trabalhadores. Até as prostitutas do Juá, zona boêmia de Ipatinga, seriam mais caras, pois as casas de prostituição eram acusadas de pagar propina aos policiais do distrito.

ERRO RECONHECIDO

Inquérito instaurado pela Polícia Militar para apurar as causas da chacina reconheceu as precárias condições de vida dos trabalhadores em Ipatinga. “A insuficiência salarial, a carência de moradias, a precariedade dos transportes, o alto custo de vida, o mal orientado serviço de vigilância da empresa e, sobretudo, a angustiante incerteza dos dias futuros, fizeram dos obreiros da Usiminas uma gente intranquilha, desgostosa e reacionária”, avaliou o inquérito da PM.

Já o inquérito aberto pela Usiminas sugeriu o desligamento de responsáveis pela alimentação e pela vigilância. Em depoimento a uma publicação comemorativa dos 25 anos da Usiminas, o então chefe-geral da construção da Usina, Luis Verano, admitiu o problema da moradia. “Houve um erro - que eu diria ser meu -, mas não havia outra maneira de fazer. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam cem pessoas em cada um deles. Como é que eu iria alojar 10 mil pessoas se não fosse através de um regime militar?”, justificou.



Portal do Cidadão/PMI

ESPERANÇA - Presidente Juscelino Kubitschek participa da solenidade da pedra fundamental da Usiminas que mudaria, para sempre, a vida na pacata Ipatinga

Metalúrgicos sob vigilância

USIMINAS PAGARIA POLICIAIS DE IPATINGA PARA VIGIAR TRABALHADORES FORA DA EMPRESA. METALÚRGICOS ALMOÇAVAM SOB O OLHAR DOS MILITARES



José Horta de Carvalho
"O trabalhador tinha que fazer e pensar tudo o que a empresa mandava"

► Trocar os vigilantes da Usiminas por pessoas capacitadas foi a principal reivindicação dos trabalhadores na reunião com membros da segurança pública do Estado, nos dias 7 e 8 de outubro de 1963. O pedido foi atendido. Os metalúrgicos também conseguiram a substituição do destacamento da Polícia Militar de Ipatinga. Uma tropa do 6º Batalhão da PM, de Governador Valadares, assumiu o policiamento do distrito. "Foi o período em que a empresa foi melhor para os trabalhadores. O tratamento era outra coisa. Mas como o que é bom dura pouco. No dia 31 de março de 1964 veio o Regime Militar", avaliou José Horta de Carvalho, ex-presidente da Sociedade Cultural 7 de Outubro, entidade

que dava apoio a movimentos sindicais e sociais de Ipatinga na década de 1980.

A vida dos metalúrgicos da Usiminas no início da década de 60 era semelhante à descrita por George Orwell, em seu clássico "1984". Havia uma vigilância constante. A empresa assumia o papel do "Big Brother". No trabalho, em casa ou no lazer, a vida dos operários era regulada. "O trabalhador tinha que fazer e pensar tudo o que a empresa mandava", afirmou José Horta, demitido pela Usiminas em 1985.

Duas vigilâncias controlavam a vida dos metalúrgicos. A oficial, formada por pessoas recrutadas dentro da empresa, fiscalizava a entrada e saída dos trabalhadores para evitar furtos dentro da Siderúrgica. "Os vigilantes eram a polícia dentro da empresa", comentou o comandante do destacamento da PM em Ipatinga na época do massacre, Robson Zamprogno.

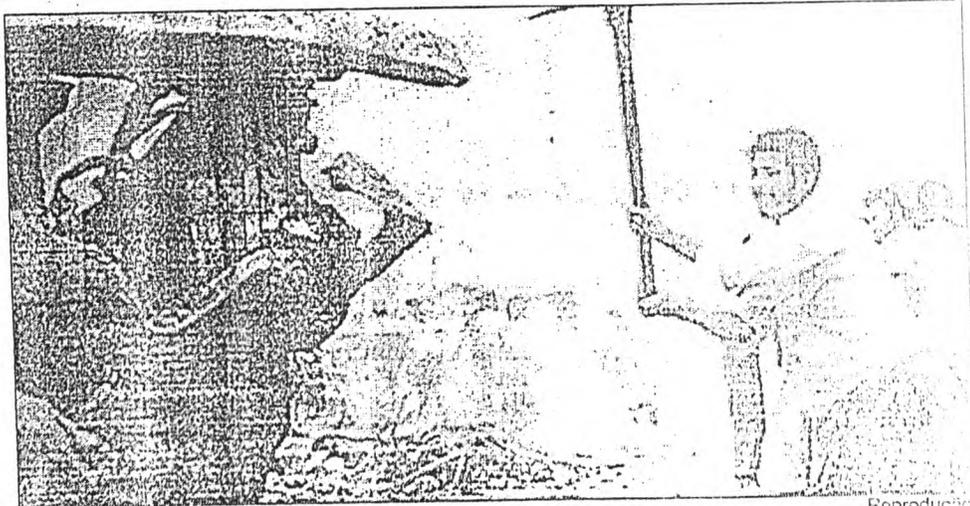
Um outro corpo de vigilantes patrulhava a área externa da empresa. Como denunciou

o jornal "O Binômio", na edição de 14 de outubro de 1963, a Usiminas empregava soldados do destacamento local que, à paisana e sem documentos, invadiam casas de funcionários, a qualquer hora do dia, para prender líderes sindicais.

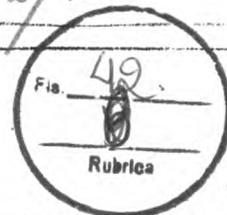
Segundo Miguel Muniz de Assis, metalúrgico da Usiminas na época do "Massacre de Ipatinga", a Cavalaria perseguia os trabalhadores. "Quando cismavam, corriam atrás. Não precisavam de motivo. Era tudo aberto. Corriam atrás e metiam a espada." Nem o horário de almoço era respeitado. "O trabalhador estava lá de macacão, todo sujo de graxa, almoçando, e o policial rondando a mesa dele e olhando de cara feia", recordou José Horta, que também acusa a PM de entrar na área interna da Usiminas para espancar trabalhadores. "Era entrada franca", afirmou.

Robson Zamprogno contesta a informação de José Horta e Miguel Muniz. O militar sustenta que a polícia era chamada todo dia pela direção da empresa para averiguar queixas de furtos de peças e ferramentas dentro da Usina. No entanto, sustenta que sempre precisava da autorização da Siderúrgica para entrar em sua área.

O lazer dos metalúrgicos também era vigiado. Segundo José Martins da Silva, morador do alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na noite do dia 6 de outubro os trabalhadores que buscavam diversão viajavam para cidades vizinhas a fim de fugir da vigilância da empresa. (PA)



Reprodução
PRESSÃO - Durante meses vigilância da empresa irritava os operários. Em outubro de 1963, tolerância dos metalúrgicos chegou ao limite



O Massacre de Ipatinga

Conseqüências do despreparo

PADRE QUE DEFENDEU METALÚRGICOS AFIRMA QUE POLÍCIA MILITAR NÃO ESTAVA PREPARADA PARA A SITUAÇÃO. COMANDANTE DA PM DE IPATINGA NA ÉPOCA RECLAMA DA FALTA DE INFRA-ESTRUTURA. OPERÁRIO FERIDO CRITICA FALTA DE PREPARO DA CATEGORIA PARA REIVINDICAR BENEFÍCIOS

PAULO ASSIS

▶ “A Polícia Militar, a Usiminas, a Igreja, operários, ninguém estava preparado para uma convulsão social.” A afirmação é de padre Avelino Marques. O vigário atuou como pacificador do conflito entre policiais militares e operários da Usiminas, em outubro de 1963, que culminou com a morte de oito pessoas, segundo dados oficiais. Da noite do dia 6 de outubro, quando foi chamado pelo comandante da PM em Ipatinga, capitão Robson Zamprogno, até momentos antes do tiroteio, na manhã do dia 7, padre Avelino afirma que tentou, a todo custo, evitar a tragédia. “Fiz o que devia fazer, até mais o que sabia fazer.”

Ao lembrar o “Massacre de Ipatinga”, padre Avelino Marques, hoje com 82 anos, preferiu não apontar um único culpado pela tragédia. “Alguém culpado não tem. Todo mundo ali estava despreparado”, afirmou. Na avaliação do vigário, a Usiminas errou ao se preocupar com a construção da Usina e deixar o lado social em segundo plano.

Situação que, segundo o pároco, provocava a revolta dos metalúrgicos. Avelino também diz acreditar que chamar a polícia foi um erro “não intencional” do diretor de Relações Industriais da Usiminas, Gil Guatimosin Júnior. “Ele, ingenuamente, chamou a polícia. Ela é que agiu mal”, critica Avelino, que hoje mora em Venda Nova.

Como padre Avelino, o ex-metalúrgico José Vilas Novas, ferido na perna esquerda por sete tiros de metralhadora, criticou o despreparo dos operários para agir naquela situação. Para ele, os colegas deveriam ter procurado órgãos da Justiça e do Trabalho para resolver a situação em Ipatinga. Mas diz que os operários não esperavam uma tragédia como a que aconteceu no dia 7 de outubro de 1963,

pois protestar na portaria da Usiminas para reivindicar melhores condições de trabalho não seria motivo para atirar contra os trabalhadores. “Jamais podíamos esperar que a polícia fizesse o que fez”, comentou Vilas Novas.

O aposentado José Martins da Silva também aponta o despreparo dos operários e da PM como causa do massacre. “Os operários, muitos do interior, não estavam acostumados com aquilo. A polícia não estava acostumada a mexer com operários, pois eram recrutados os mais bravos. Fazia carreira na PM aquele que matava ou prendia mais gente”, criticou o ex-morador do alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na véspera do “Massacre de Ipatinga”.

ERROS DA PM

Para padre Avelino Marques, a atuação da polícia no conflito provocou o massacre dos trabalhadores. “A polícia compareceu da pior forma possível. Para massacrar”, critica. Na manhã do dia 7 de outubro, o vigário afirma ter pedido ao tenente Jurandyr Gomes de Carvalho, oficial que comandava os militares no caminhão, para retirar o caminhão da frente do portão, mas o pedido não foi atendido. “Padre, vou acabar com esse negócio é agora mesmo”, seria a resposta segundo Avelino.

A reportagem tentou entrar em contato com Jurandyr Gomes de Carvalho. Ele não pôde conceder entrevista, pois se recupera de uma cirurgia.

A tropa da PM também teria cometido um erro estratégico. Essa possibilidade foi levantada pelo diretor de Relações Industriais da Usiminas na época do Massacre, engenheiro Gil Guatimosin Júnior. “Havia uma estrada de rodagem, a estrada de ferro, a cerca da Usina e o almoxarifado. A polícia foi chamada. Pensei que viesse por dentro. O capitão parou o



José Vilas Novas
Ferido por sete tiros na perna esquerda, ainda passa por cirurgias corretivas.

caminhão com os soldados entre a Usina e a multidão. Quer dizer, ele [o capitão e sua tropa] é que ficou cercado”, disse o engenheiro em depoimento a uma publicação que comemorou os 25 anos da Usiminas.

O comandante-geral da PM estadual em 1963, coronel José Geraldo de Oliveira, reconheceu, em entrevista ao jornal “Hoje em Dia”, em 1989, o erro da polícia. “Se você vai agir, vai agir com a tropa preparada em número suficiente”, comentou.

“Não sabíamos que tinha uma multidão no portão”, defende-se Robson Zamprogno, hoje com 72 anos. Segundo o militar, Gil Guatimosin chamou a PM para proteger os vigilantes contra os operários, mas os policiais só ficaram sabendo da gravidade da situação quando o caminhão chegou próximo à portaria. “Como os trabalhadores não deixaram o caminhão passar, os policiais acabaram ficando entre os operários”, alegou.

Zamprogno sustenta que os militares estavam preparados, mas a estrutura da PM em Ipatinga não era favorável ao trabalho. “Todos tinham competência. O que não tínhamos eram recursos. Quando fizeram a Usiminas, esqueceram da infra-estrutura”, reclamou o militar, acrescentando que foi necessário mandar uma mensagem de trem para pedir reforço ao 6º Batalhão da PM, em Governador Valadares, cidade 100 quilômetros de Ipatinga.

Capitão foi responsabilizado

► Quarenta anos depois do “Massacre de Ipatinga”, um peso ainda está sobre o hoje coronel Robson Zamprogno. Mesmo não sendo indiciado em nenhum inquérito, o comandante da PM de Ipatinga na época do massacre afirma que sempre foi responsabilizado. “Quando você é o comandante, sofre todas as conseqüências”, lamentou o oficial conhecido no meio militar, segundo ele, como o comandante do “Massacre de Ipatinga”.

Na manhã do dia 7 de outubro de 1963, Robson Zamprogno conta que não estava entre os policiais que atiraram contra os operários da Usiminas. No momento do tiroteio, ele saía do escritório central da

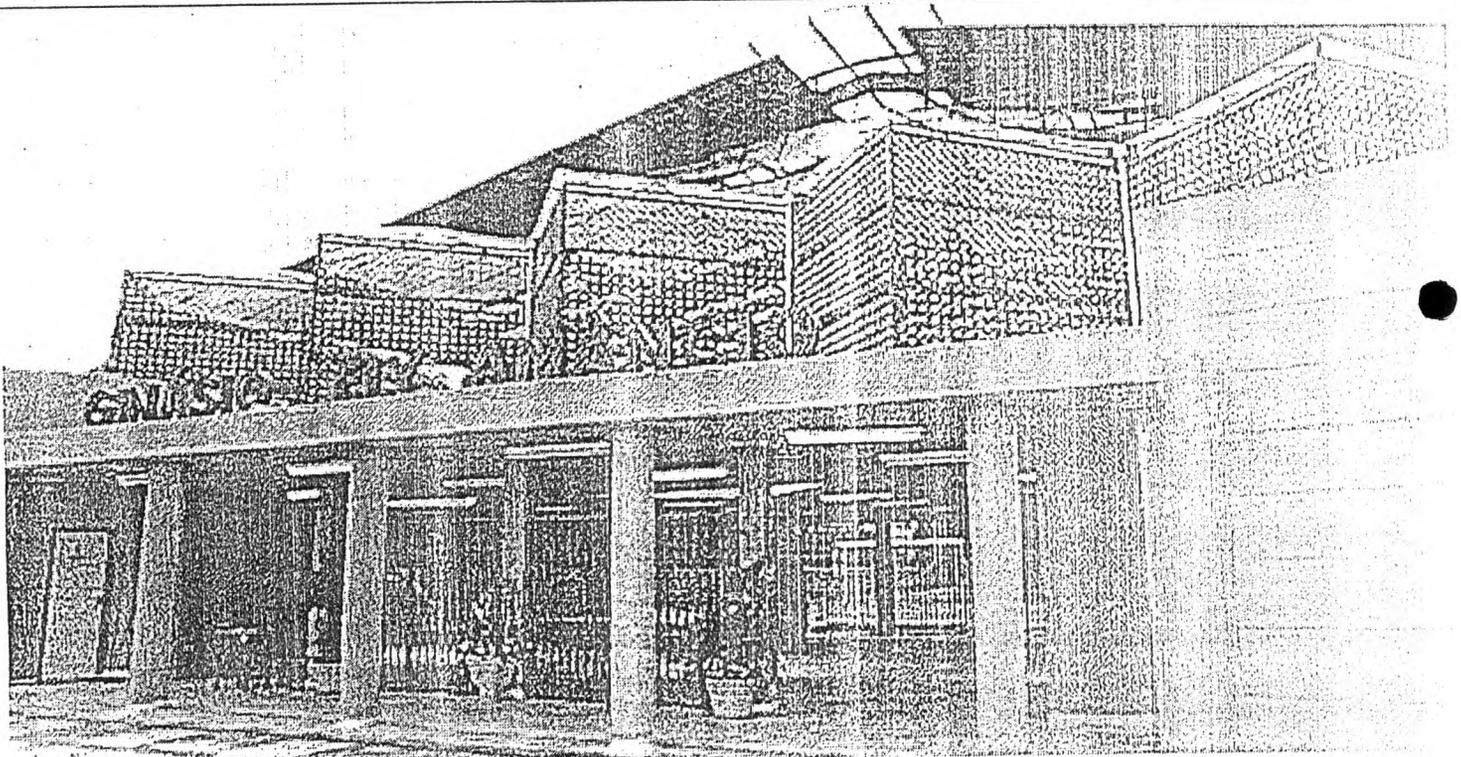
empresa, onde participava da reunião que negociava o término da mobilização operária. Com medo de um ataque dos trabalhadores, fugiu em um jipe.

Zamprogno recorda que no ano do massacre as comemorações do 132º aniversário da PM de Minas Gerais foram canceladas. “Minha vida acabou ali. Eu que tentei evitar o conflito. Que tinha um ideal de herói, vi tudo acabar”, emociona-se. O oficial foi levado preso para Belo Horizonte, junto com os demais policiais que participaram do tiroteio. Como não estava junto aos policiais que atiraram contra os metalúrgicos, Robson Zamprogno nunca foi indiciado e seguiu carreira até aposentar-se como coronel.

LEGÍTIMA DEFESA

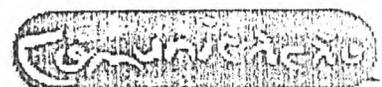
A morte de sete pessoas e outras 78 feridas, de acordo com dados oficiais, foi encarada como legítima defesa pela Justiça Militar. Os jurados acataram a tese dos advogados de defesa: os policiais estavam em desvantagem contra uma multidão estimada em mais de cinco mil pessoas e agiram num instinto de sobrevivência.

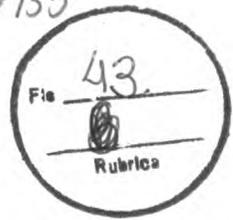
O Ministério Público chegou a recorrer da sentença e conseguiu que 17 soldados fossem condenados a um ano e seis meses de detenção, um cabo a dois anos e o tenente Jurandyr Gomes de Carvalho a três anos. Como a decisão não foi unânime, a defesa recorreu e ganhou. No dia 17 de setembro de 1965, a inocência dos policiais envolvidos no “Massacre de Ipatinga” foi determinada. Nessa época o Brasil vivia sob o Regime Militar, o que dificultou o questionamento da sentença. (PA)



HISTÓRIA ESQUECIDA - Centro Esportivo e Cultural 7 de Outubro: uma das poucas recordações sobre o massacre de operários que marcou a história de Ipatinga

PROJETO EXPERIMENTAL A - JORNALISMO
ALUNO: PAULO SÉRGIO SILVA DE ASSIS
ORIENTADOR: VALDIR DE CASTRO OLIVEIRA
COORDENADORA: CARMEM DULCE DINIZ VIEIRA





Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich)
Departamento de Comunicação Social (DCS)

Relatório Projeto Experimental A

Aluno: Paulo Sérgio Silva de Assis

Orientador: Valdir de Castro Oliveira

Coordenador: Carmen Dulce Diniz Vieira

Banca Examinadora: Marcelo Freitas (Política/Estado de Minas), Nilmário Miranda (Secretaria Especial de Direitos Humanos/Presidência da República) e Valdir de Casto Oliveira (Departamento de Comunicação Social/UFMG)

“Massacre de Ipatinga completa 40 anos”

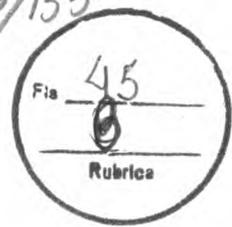
“São quase 10h. Uma pedra é lançada da multidão. Um policial é atingido. Começa o tiroteio. A metralhadora dispara para todos os lados. As rajadas não têm alvo. Trabalhadores correm. Pulam em buracos. Tentam se esconder. Nem todos têm sorte. Caem feridos ou mortos. Cessam os tiros. Mortos e feridos espalhados pelo chão.”

Trecho extraído da reportagem



Sumário

1. Resumo	03
2. Introdução	04
3. Objetivo	07
4. Reportagem	08
5. Perfil	10
6. Metodologia	11
6.1. Pesquisa	11
6.2. Pautas	13
6.3. Fontes	19
6.4. Entrevistas	25
6.5. Redação	26
6.6. Edição	27
6.7. Fotografias	28
6.8. Formato	29
7. Bibliografia	30



1. Resumo

O presente relatório descreve as etapas e as atividades realizadas, amparadas em conhecimentos adquiridos durante o curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo estudante Paulo Sérgio Silva de Assis para elaborar e desenvolver a reportagem “Massacre de Ipatinga completa 40 anos”. Essas atividades compreendem elaboração de pautas, escolha de fontes, pesquisa, trabalho em campo, redação, edição, diagramação e fotografia, visando abordar uma vasta gama de áreas aprendidas durante a graduação.

2. Introdução

2.1. Objeto do relatório

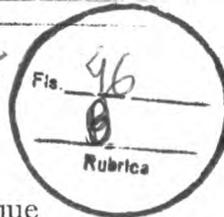
Grande reportagem sobre o Massacre de Ipatinga

2.2. Histórico do objeto

Na manhã do dia 7 de outubro de 1963, operários das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas), em Ipatinga, insatisfeitos com a arbitrariedade da vigilância da empresa e de policiais militares iniciaram uma mobilização operária na portaria número 1 da Siderúrgica. Cerca de 5 mil trabalhadores agruparam-se no local e impediram a entrada e saída dos colegas. Temendo que a ação dos operários chegasse ao interior da empresa, o diretor de Relações Industriais da empresa, Gil Guatimosin, chamou a Polícia Militar para conter o movimento. Um operário teria atirado uma pedra em um militar que, ferido, caiu. Os policiais começaram a atirar na multidão. Saldo: de acordo com dados oficiais 7 mortos e 78 feridos. Versão contestada por algumas testemunhas. Os policiais foram afastados de Ipatinga, então distrito de Coronel Fabriciano. Anos depois, já no regime militar, foram absolvidos pela Justiça Militar. Teriam agido em legítima defesa. O “Massacre de Ipatinga”, como foi denominado o conflito, é conhecido por poucas pessoas na cidade já que, em 1964, com a instauração da ditadura, poucos moradores ousaram comentar o assunto que incriminava os militares. Após a redemocratização do Brasil, a história continuou esquecida.

2.3. Análise do objeto

O primeiro contato, através da pesquisa bibliográfica, com o “Massacre de Ipatinga” revelou uma grande semelhança entre o movimento operário de Ipatinga e o filme “O encouraçado Potemkin” (1925), de Sergei Eisenstein, exibido na disciplina Mídia e Movimentos Sociais, ministrada pelo professor Valdir de Castro Oliveira. Quando são ordenados a comer carne infestada de larvas, os marinheiros do navio de guerra Potemkin rebelam-se.



No início da década de 1960, Ipatinga era um pobre distrito de Coronel Fabriciano que via na construção da Usiminas a promessa de prosperidade. Local conhecido pelas moléstias que matavam pessoas que por lá tentavam morar, o distrito cresceu. De um pequeno vilarejo com menos de 500 pessoas, o local passou a acomodar mais de 10 mil pessoas. A infra-estrutura para receber essas pessoas não foi feita na mesma velocidade em que Ipatinga crescia.

Comida ruim, moradia precária, somados às constantes agressões de vigilantes criava um ambiente hostil de vida. Contudo, como relatou o metalúrgico aposentado José Horta de Carvalho, a rebelião na portaria da Usiminas não teve organização. Foi fruto da revolta dos operários por causa das agressões sofridas por colegas na noite anterior. Apesar de não haver uma organização nos moldes dos movimentos sociais atuais, o “Massacre de Ipatinga” foi um movimento social.

Um dos princípios fundamentais da dialética marxista é que tudo se relaciona. Quando tomado como referência, o motivo da revolta operária deixa de ser apenas um conflito entre operários e vigilantes, durante a saída do turno da noite do dia 6 de outubro de 1963, como apontam algumas análises e registros.

De acordo com o jornal “O Binômio” de 14/10/1963, os operários da baixa hierarquia da Usiminas viviam em cômodos apertados, que dividiam com outras pessoas e realizavam um revezamento – enquanto um trabalhava, o outro usava a cama para dormir. Os operários eram sujeitos a abusos de autoridade dos vigilantes e, mesmo quando estavam certos, já que alguns funcionários da empresa esqueciam documentos de identificação ou tentavam sair da empresa com bens de propriedade da Usiminas, os vigilantes agiam com violência.

Se os trabalhadores possuíam a consciência de que aquela realidade precisava ser alterada, o relato dos envolvidos mostra que não. Porém, alguns conceitos ensinados nas aulas de Política Brasileira pela professora Vera Alice Cardoso foram fundamentais para apresentar o “Massacre de Ipatinga” como movimento social.

O conceito de desenvolvimento político, apresentado pelo cientista político Fábio Wanderley Reis, é usado para denotar mudanças na organização da política. Noção que se reporta ao processo de organização e de mudança das instituições que dão forma ao Estado e ao tipo de interação da sociedade à política. O conceito também se refere à estabilidade/instabilidade institucional e ao “mercado político” que caracterizaria o desenvolvimento político pleno.

Para o melhor entendimento do conceito, ele foi dividido em três fases: fase pré-ideológica, cujo principal objetivo é promover a solidariedade territorial entre as pessoas, e conseqüentemente, propiciar a institucionalização do poder. Entretanto é necessário esclarecer, como demonstra Fábio Wanderley Reis, que o termo "*solidariedade*" é usado para denotar o "*compartilhamento de objetivos ou interesses*". A segunda fase, chamada "ideológica", caracteriza-se pelo esforço em institucionalizar as formas de participação na esfera política. É a fase em que a sociedade está fragmentada em grupos politicamente ideológicos, que contestam a natureza das instituições e dos conteúdos normativos. Já a fase pós-ideológica é aquela na qual as instituições estão constituídas, fortalecidas e então predomina o "mercado político" pleno.

No início da década de 60, embora em alguns pontos do Brasil os movimentos sociais trabalhassem com uma certa organização, em Ipatinga, então distrito de Coronel Fabriciano, no interior de Minas Gerais, ainda não havia avançado na organização de movimentos sociais. É inútil pensar a realidade como algo estático, que não se move ou desenvolve. A participação política no Brasil também se desenvolveu nos últimos anos. É fruto da ignorância olhar para o passado com os olhos de hoje. O mundo mudou. Hoje movimento social possui *site* na internet e assessoria de comunicação.



3. Objetivo

Como a mídia ao publicar um evento amplia sua visibilidade e faz com que ouvintes, telespectadores e leitores tornam-se potenciais participantes do evento e do debate que ele gera, espera-se que muito das dúvidas e fatos não revelados sobre o “Massacre de Ipatinga” venham à tona a partir do momento em que mais pessoas participam do debate e conheçam o que aconteceu há 40 anos na cidade onde moram.

O jornalismo, meio de comunicação de massa, possui a função informativa, que lhe permite levar à sociedade parte daquilo que acontece e que seja de interesse público. Os meios de comunicação também têm a função de transmitir a herança social. No caso específico do trabalho, essa é a função privilegiada: permitir que a história do “Massacre de Ipatinga” não faça parte apenas dos livros de história, mas seja transmitido através de meio de comunicação com maior alcance.

Além da importância histórica, a reportagem possui grande apelo, devido a curiosidade despertada e também uma proximidade, pois é um fato que aconteceu no início do crescimento da região. A reportagem “Massacre de Ipatinga completa 40 anos”, apesar de não ter sido publicada para o público, foi trabalhada, e o presente relatório também, como tivesse sido publicado no dia 7 de outubro de 2003 em jornal de grande circulação do município. O material já estava pronto, ainda sem a edição final, mas não houve interesse na cidade em publicá-lo.

4. Reportagem

Como coloca Nilson Lage (MEDITSH, 1989) a definição de reportagem não é clara, pois “compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, conseqüentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente, como acontece com o relato da campanha de Canudos por Euclides da Cunha”.

Há, contudo, definições mais simples como a de Ana Arruda Calado, para quem a reportagem é “o levantamento de um problema ou o balanço de uma situação” (CALADO, 2002). A reportagem descreve, de uma maneira mais ampla que a notícia, o fato, seus efeitos e conseqüências.

“Massacre de Ipatinga completa 40 anos” é, seguindo esses conceitos, uma reportagem. A notícia foi, em 1963, o conflito entre policiais e operários e as mortes provocadas por ele. Mesmo 40 anos depois, o fato ainda tem conteúdos de interesse permanente, principalmente por ser pouco conhecido entre os moradores de Ipatinga. Como cabe à reportagem apurar não apenas as origens dos fatos, mas suas razões e efeitos, também foram trabalhados esses eixos a partir de textos principais e retrancas.

A reportagem “Massacre de Ipatinga completa 40 anos” conta os fatos anteriores ao episódio que provocaram a revolta operária, o dia do conflito e os efeitos. Tudo a partir da ótica de pessoas envolvidas naquele episódio. Seguindo uma das instruções fundamentais que todos os repórteres podem usar para que a reportagem agrade o leitor foi feita uma divisão quatro eixos:

1 – *Os três dias cruciais do “Massacre de Ipatinga”*: 6 a 8 de outubro de 1963 . Entre as páginas 1 e 5 são contados os eventos mais imediatos que provocaram o “Massacre de Ipatinga”, sempre mesclando com a história de pessoas que foram afetadas ou viveram o episódio. Isso foi feito para tornar mais humano e atraente o texto para o leitor. Nas cinco páginas são contados os acontecimentos mais conhecidos dos três principais dias do conflito. Trata-se de uma parte baseada na pesquisa bibliográfica intercalada com depoimentos de testemunhas.



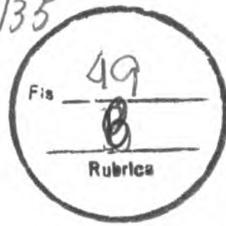
2 – *Desdobramentos e efeitos para envolvidos*: entre as páginas 6 e 9 são apresentadas as conseqüências do “Massacre” para pessoas que viveram ou foram afetadas pelo 7 de outubro. Algumas histórias das vidas dessas pessoas já foram publicadas, no entanto, procurei iniciar os textos com fatos novos ou que tenham passado despercebidos. Nessas quatro páginas está o maior apelo humano da reportagem. É a história de vida de pessoas afetadas pelo “Massacre”.

3 – *Polêmica sobre o número de mortos*: nas páginas 10 e 11 é apresentada a dúvida sobre o número exato de mortos no “Massacre de Ipatinga”. Solucionar essa dúvida é uma tarefa que ainda não foi conseguida por nenhum jornalista ou historiador. O número de mortos ainda é uma incógnita. Portanto, foi colocado o testemunho de algumas pessoas envolvidas no episódio. A maior parte das pessoas que falaram sobre o assunto já foi ouvida em outras publicações. Mas a novidade está na presença da enfermeira Maria Auxiliadora Vital Alves, que trabalhou no atendimento a mortos e feridos na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, e discorda da versão oficial da história. Alguns pontos de seu depoimento não fazem parte da reportagem devido o caráter de acusação, que levanta muitas suspeitas sobre vários envolvidos, mas não foi possível comprova-los.

4 – *Análise da revolta dos operários em outubro de 1963*: entre as páginas 12 e 16, ou seja, a última parte da reportagem, são apresentadas as origens do fato. Nesse grupo, o estudante tenta mostrar que o “Massacre de Ipatinga” não foi um movimento isolado de uma realidade vivida pelos operários, como algumas pessoas de Ipatinga persistem em afirmar. A rebelião na portaria da Usiminas não teve organização. Foi fruto da revolta dos operários por causa das agressões sofridas por colegas na noite anterior. Isso não é motivo para dizer que não houve conexão entre a mobilização e os problemas enfrentados pelos trabalhadores no dia-a-dia. Seria muito esperar que na precária e atrasada Ipatinga da década de 60 existisse um movimento social organizado e articulado com os operários da região.

5. Perfil

Antes de chegar ao conhecimento dos leitores, é necessário que a reportagem seja aprovada pelos editores. Por isso, a reportagem sobre os 40 anos do “Massacre de Ipatinga” foi trabalhada com uma linguagem mais sóbria, evitando acusações. Só assim, a matéria seria publicada e poderia levar ao conhecimento do público o fato que marcou Ipatinga em 1963. Como a todo o tempo foi trabalhado como se a reportagem fosse publicada, é sabido que nem tudo que o jornalista sabe, ele consegue que seja publicado. O “Massacre de Ipatinga” é um desses assuntos. Embora haja sobriedade e uma pretensa “neutralidade” na reportagem, o leitor de Ipatinga (público alvo da reportagem) que vive o cotidiano da maioria dos trabalhadores da cidade, provavelmente saberá relacionar muitos fatos do presente e do futuro.



6. Metodologia

Nesse tópico são apresentadas as etapas seguidas para o desenvolvimento da reportagem sobre o “Massacre de Ipatinga”. Todas realizadas pelo aluno Paulo Sérgio Silva de Assis.

6.1. Pesquisa

Definido o assunto a ser tratado, o principal passo a seguir é pesquisá-lo. A pesquisa é fundamental na atividade jornalística. É a partir dela que, muitas vezes, encontra-se o furo, o gancho e as fontes de informação. A pesquisa exige do jornalista investigação, seleção e interpretação. Ela é uma prática de levantamento de informação, que é a matéria-prima do jornalismo.

A pesquisa sobre o “Massacre de Ipatinga” foi feita em jornais, revistas, livros e dissertações que abordaram o assunto. Os locais de pesquisa: Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas, Hemeroteca do Estado, Biblioteca Pública de Ipatinga, Estação Memória de Ipatinga, Arquivo Jornal Diário do Aço, Biblioteca da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro.

6.1.2. Bibliografia básica

Relatório feito pela USIMINAS e apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigaria as causas do acidente. 30/10/63.

Recortes de publicações da região e fragmentos de documentos sobre o “Massacre” reunidos na Estação Memória de Ipatinga.

Jornal A VERDADE IMPRESSA. Coronel Fabriciano. 10/08/63, 08/04/63, 16/10/63 e 26/10/63.

Jornal ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 08/10/63, 01/06/2003 e 02/06/2003.

Jornal O BINÔMIO. Belo Horizonte. 14/10/1963.

Jornal O OUTRO LADO. Vale do Aço. 16 a 29/05/93 e 04 a 18/07/93.

Jornal VALE DO AÇO. Ipatinga. 13/10/96, 26/10/96

Jornal HOJE EM DIA. Belo Horizonte. 01/11/88

- Jornal SOCIEDADE CULTURAL 7 DE OUTUBRO. Ipatinga. Outubro de 1986.
- Jornal MINAS GERAIS. Belo Horizonte. 08/10/63.
- Revista O CRUZEIRO. 02/11/63
- Revista VEJA. 14/12/88
- Revista Ipatinga Ano 20. Editora Diário do Aço, 1984.
- Revista "Usiminas conta sua história". Fundação João Pinheiro, 1990.
- DINIZ, Lígia Garcia. *Viver em Ipatinga: olhares citadinos – cidadãos se fazendo na cidade (1958-1992)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Fafich/UFMG, 1998.
- RUEDA, Lenira. *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Volumes 1 e 2. Ipatinga.
- PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. Editora Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1985.
- O MASSACRE DE IPATINGA. Centro de Estudos do Trabalho – cadernos do CET, nº 17. Editora Vozes, Petrópolis, 1982.
- O MASSACRE DE IPATINGA. Cadernos do CEAS, nº 64. Novembro/Dezembro de 1999, Salvador.



6.2 – Pautas

São duas as principais definições de pauta: a) planejamento de uma edição ou parte da edição com a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados nas reportagens. B) a cada um dos itens desse planejamento, quando atribuído a um repórter. No caso da reportagem proposta sobre o “Massacre de Ipatinga”, consideraremos apenas o item B, já que o item A já estava definido.

A pauta é o roteiro de trabalho do repórter. Ela permite que o repórter familiarize-se com o tema a ser tratado antes de ir para a rua. Permite a gestão adequada dos recursos financeiros, como gastos com transporte. Não que seja uma “camisa de força”. No meio da apuração o furo pode aparecer ou não. A pauta pode “cair”.

O “Massacre de Ipatinga”, devido à sua complexidade, poderia ser focado de diversas formas. Contudo, foi feito um recorte no emaranhado de fatos relacionados e decidido trabalhar com os dias do “Massacre”, ou seja, aqueles três dias de outubro de 1963 que marcaram a história de Ipatinga. A reportagem, portanto, desenvolve-se a partir dos quatro eixos apresentados no item 4.

Esses eixos serviram como um roteiro para a definição das pautas. Afinal, antes dessa definição, o acontecimento é simplesmente uma rede amorfa de fatos. É através da pauta que os acontecimentos ganham o provável formato de uma notícia e tornam-se codificáveis ao leitor.

O processo de definição de pautas sobre o “Massacre de Ipatinga” não foi fácil. O jornalista, antes mesmo de ir a campo investigar, sabe os limites que podem ser quebrados ou não. Uma pauta interessante e que nunca foi realizada é investigar, através de documentos de óbito em cartórios de cidades do Vale do Aço e através dos registros da Usiminas, o número exato de mortos. Isso deve ser feito com a intervenção da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais que, em audiência pública realizada em Ipatinga, determinou o fornecimento de todos os dados.

As pautas definidas durante o planejamento do trabalho serviram apenas como “alavancas” do trabalho. Afinal, mesmo através de uma extensa pesquisa bibliográfica, pouco se sabia de verdadeiro sobre o episódio. A seguir serão expostas as pautas iniciais.

6.2.1. Pauta 1

Tema: A véspera das mortes dos trabalhadores

Gancho: A briga na portaria da empresa

Resumo: Segundo a bibliografia pesquisada, no dia 6 de outubro de 1963, um atrito entre policiais militares, vigilantes e operários da Usiminas desencadeou outras brigas que culminaram com o Massacre na manhã do dia 7 de outubro. O objetivo dessa matéria é contar o que aconteceu naquele dia 6, um domingo, que provocou a revolta dos metalúrgicos.

Fontes:

Robson Zamprogno

Capitão do destacamento da Polícia Militar de Ipatinga na época.

Avelino Marques

Pároco da igreja do bairro Horto na época do Massacre.

Geraldo Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época.

José Martins da Silva

Morador do alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na noite do dia 6.

José Horta de Carvalho

Morador do bairro Santa Mônica na época, onde existiam vários alojamentos, entre eles o Chicago Bridge.

Miguel Muniz de Assis

Companheiro de alojamento de José Horta.

4.2.2 – Pauta 2

Tema: Os dias do Massacre de Ipatinga

Gancho: Pedrada ou uma ordem do capitão Zamprogno iniciou o tiroteio

Resumo: Na manhã do dia 7 de outubro, os trabalhadores, revoltados com as agressões sofridas no dia anterior, dirigem-se para a portaria da Usiminas para protestar. A bibliografia apresenta dois motivos para o tiroteio: um bilhete enviado pelo capitão Robson Zamprogno, que participava de uma reunião no escritório central da Usiminas, seria a



ordem de atirar; a outra versão diz que uma pedra atingiu um militar, o que provocou a reação dos policiais.

O objetivo dessa matéria é apresentar, a partir da pesquisa bibliográfica e de entrevista com fontes, um relato do que aconteceu naquela manhã do dia 7 de outubro que culminou com a morte dos metalúrgicos. Essa matéria deve conter alguns desdobramentos, possivelmente a partir da conversa com parentes de vítimas, que contam os acontecimentos daquele dia e as conseqüências para a família. Também colocar os impactos da revolta que atingiu o centro do distrito.

Fontes:

Jurandyr Gomes de Carvalho

Tenente da PM na época, comandante da Cavalaria de Ipatinga. Seria um homem rude, apontado como culpado pelo tiroteio.

Joaquim Felix de Carvalho

Ex-soldado da PM, afirmou ao Estado de Minas que uma pedrada iniciou o tiroteio.

João Bosco Gualberto

Conversava com o primo, o alfaiate Geraldo Rocha quando começaram os tiros. O alfaiate morreu.

José Elias dos Santos

Operário ferido durante o tiroteio. Ficou inválido.

José Villas Novas Mendes

Operário ferido durante o tiroteio. Ficou inválido.

Família de Alvino Ferreira

Operário morto durante o tiroteio.

Família de Geraldo Rocha

Alfaiate morto durante o tiroteio.

Família de Antônio José dos Reis

Operário morto durante o tiroteio.

Bernardina Sena de Assis

Esposa do comerciante José Francisco de Assis, o Zé Calixto. Enviou os filhos para a cidade de Antônio Dias, temendo quebradeira no centro de Ipatinga.

José Geraldo de Assis

Filho de Bernardina e Zé Calixto.

Maria Helena Silva de Assis

Morava a duas casas do prédio da cadeia incendiada pelos operários.

Dona Alda

Moradora da avenida 28 de abril, no centro de Ipatinga. Fugiu de casa quando surgiram as notícias que a revolta atingiria o distrito.

Dona Fia

Moradora da beira do Ribeirão Ipanema, a cerca de 150 metros do prédio da cadeia. Também fugiu quando soube das notícias da revolta.

Robson Zamprogno

Capitão do destacamento da Polícia Militar de Ipatinga na época.

Avelino Marques

Pároco da igreja do bairro Horto na época do Massacre. Chamado por Robson Zamprogno para intermediar o conflito. Padre popular entre os operários.

Geraldo Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época. Promoveu uma assembléia no bairro Horto na manhã do dia 6 de outubro.

José Martins da Silva

Morador do alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na noite do dia 6. Martins foi preso junto com companheiros de alojamento.

José Horta de Carvalho

Morador do bairro Santa Mônica na época, onde existiam vários alojamentos, entre eles o Chicago Bridge.

Miguel Muniz de Assis

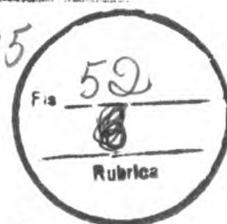
Companheiro de alojamento de José Horta.

4.2.3 – Pauta 3

Tema: O número de mortos

Gancho: Número de mortos é dúvida

Resumo: Nas histórias contadas pelos mais antigos de Ipatinga e também na bibliografia sobre o Massacre, o número de mortos é apresentado sempre como algo sem solução. Normalmente, o número de mortos varia entre 7 e 50. Porém, tirando os oito mortos conhecidos, não há conhecimento de outras vítimas. Apenas no livro do jornalista Carlindo Marques, é apresentada uma esposa de um desaparecido. O objetivo da matéria é



apresentar alguns relatos de pessoas que tiveram mais próximas dos mortos. A Usiminas também será procurada para se manifestar e, se possível, apresentar o paradeiro dos funcionários da lista de feridos.

Fontes:

João Ferreira da Silva

Marceneiro aposentado. Fez os caixões dos mortos do Massacre.

João Bosco Gualberto

Comerciante. Primo de Geraldo Rocha Gualberto, morto no dia do massacre.

Quando foi ao ambulatório da Usiminas viu corpos enrolados em lençóis.

Avelino Marques

Pároco da igreja do Horto na época. Viu corpos espalhados pelo chão.

Geraldo dos Reis Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época. Afirma ter contato o número de mortos.

Hercílio da Costa Lage

Médico da Usiminas na época. Em reportagens do jornal "Hoje em Dia", no final da década de 80, afirmou que foram apenas 8 mortos.

Maria Auxiliadora Vital Alves

Enfermeira. Não havia sido entrevistada. Localizada pelo acaso ou pela sorte.

4.2.4 - Pauta 4

Tema: As causas do Massacre

Resumo: Apresentar as condições de vida dos trabalhadores em Ipatinga antes do Massacre de Ipatinga e as condições dos militares para enfrentar uma mobilização social.

Fontes:

Avelino Marques

Pároco da igreja do Horto na época do Massacre.

Bernardina Sena de Assis

Pioneira da cidade. Reside na antiga Rua do Comércio, no centro da cidade.

Dona Alda e Dona Fia

Moradoras do centro da cidade.

José Horta de Carvalho

Metalúrgico da Usiminas na época do Massacre.

José Elias dos Santos

Metalúrgico ferido.

José Villas Novas Mendes

Metalúrgico ferido.

Miguel Muniz de Assis

Metalúrgico aposentado

Geraldo Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época.

Carlindo Marques

Autor do livro "O Massacre de Ipatinga"

Família de Alvino Ferreira Felipe

Morto no massacre.

Família de Antônio José dos Reis

Morto no massacre.

Robson Zamprogno

Comandante da PM de Ipatinga na época.



6.3. Fontes

“O homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são”.

Protágoras

O jornalista é um contador de histórias. A partir de relatos de outras pessoas, de fatos vistos ou ouvidos, ele “cria” a notícia. “Cada fonte possui um interesse específico e produz um discurso próprio. O código jornalístico, portanto, já se contamina de material interpretativo nas suas origens.” (HENN, 53) Ao criar, ele interage com os fatos para construir sua matéria. A reportagem é, pois, uma simulação da realidade.

Trabalhar com a versão dos outros é um dos grandes desafios do jornalista. Diariamente, fatos e mais fatos são relatados a jornalistas que os transformam em notícias. No outro dia, o mesmo tema tem abordagem diferente por diferentes jornais. O jornalismo é assim. “Na função de mediador, (...), o jornalismo apropria-se de uma realidade, devolvendo-a ao consumo social, delimitando fronteiras e colocando-se como instância suprema no sentido de definir para as sociedades o que é realidade relevante.” (HENN, 19)

Se há a dificuldade dos fatos diários, o que se dizer de fatos históricos. Reconstruir o que aconteceu há 40 anos. A memória mais lúcida ainda comete alguns tropeços. Como driblar as críticas de todo o momento. Algumas testemunhas questionam sua versão da história. E é assim mesmo, apenas uma versão. O fato tal como aconteceu, ficou lá, no 7 de outubro de 1963, 40 anos atrás.

No entanto, não basta dizer que como tudo é versão e acreditar em tudo o que dizem. O bom jornalista deve cruzar informações, pesquisar, confirmar dados. A perfeição não será alcançada, mas pode ser aproximada.

O Massacre de Ipatinga, como ficou conhecido o confronto entre Policiais Militares e metalúrgicos da Usiminas e de empreiteiras, é um fato com, no mínimo, cinco mil versões. Foi esse o menor número apresentado de pessoas no conflito. Toda pessoa aumenta uma vírgula, ou um ponto. Para “filtrar” as declarações das fontes, ou seja, saber qual o interesse que cada um possui já que representam um papel social.

Abdala Jorge

Padre da cidade de Timóteo. Na época do massacre presenciou o segundo dia da revolta dos metalúrgicos. Padre de extrema esquerda. A ligação com o operariado permitiria saber as condições de vida na região. Ainda reside em Timóteo. Selecionado a partir da pesquisa bibliográfica. Forma de contato conseguida a partir do catálogo.

Alda Assunção

Moradora do centro de Ipatinga desde meados de 1963. Fonte neutra. Selecionada para indicar quem era um morto que foi velado em sua propriedade. Dona Alda também relatou os desdobramentos da revolta dos metalúrgicos no centro do distrito. Pediu para não ser citada na reportagem. A entrevista também não foi gravada. Selecionado a partir de indicação de pioneiros da cidade.

Avelino Marques

Pároco da Igreja do bairro Horto na época do Massacre. Ligado aos operários. A entrevista com o padre foi o primeiro contato com uma testemunha do conflito entre policiais militares e metalúrgicos. Avelino contou toda a história. O principal objetivo era contar as condições de vida dos moradores do bairro Horto e Santa Mônica. Selecionado a partir da pesquisa bibliográfica. Localizado através da indicação de Bernardina Sena de Assis e telefone conseguido com a Arquidiocese de Belo Horizonte.

Bernardina Sena de Assis

Moradora do centro de Ipatinga desde janeiro de 1959. Auxiliou na reconstrução dos desdobramentos da revolta no centro do distrito e também nas condições de vida no local. Avó do autor da reportagem.

Capitão Gedir

Assessoria de Comunicação da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Contato feito para conseguir endereço ou telefone dos policiais envolvidos no Massacre. Também para conseguir os inquéritos policiais abertos. Nada foi fornecido.

Carlindo Marques



Autor do livro "O Massacre de Ipatinga". O contato com a fonte foi feito apenas para tirar algumas dúvidas e amparar a pesquisa. Telefone conseguido com o assessor parlamentar de um deputado estadual.

Cléria Lúcia Gomes dos Santos

Neta de Alvino Ferreira Filipe, morto pelos policiais. Não havia referência a família de Alvino na bibliografia. Ela foi localizada a partir de uma tia do autor da reportagem que, durante uma viagem com um grupo da Igreja Católica, conversou com Cléria. A partir de Cléria, foi conseguido contato com o resto da família de Alvino. O objetivo era saber quais as conseqüências para a família.

Eva Maria dos Reis

Filha de Antônio José dos Reis. O objetivo era saber quais as conseqüências para a família. Localizada a partir da própria mãe.

Geraldo Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano na época. Político de expressão na região. Selecionado a partir da pesquisa bibliográfica. Temas tratados com a fonte foram as condições de trabalho e vida dos operários, o dia do massacre e o número de mortos. Forma de contato foi conseguida através da lista telefônica.

Hercílio da Costa Lage

Médico da Usiminas na época. Supervisionou a autópsia dos corpos. Selecionado a partir do jornal "Hoje em Dia", de 1989. A fonte foi localizada através de sua filha, pois ele não mora mais em Ipatinga.

João Bosco Gualberto

Comerciante. Primo de Geraldo Rocha Gualberto, morto no dia do massacre. Quando foi ao ambulatório da Usiminas viu corpos enrolados em lençóis. Pessoa aparentemente neutra na história. Escolhido a partir de reportagens do "Estado de Minas".

João Ferreira da Silva

Marceneiro aposentado. Fez os caixões dos mortos do Massacre. Pessoa aparentemente neutra na história. Escolhido a partir de uma série de reportagens publicadas pelo jornal "Estado de Minas".

Joaquim Félix de Carvalho

Ex-policial militar. Um dos envolvidos no Massacre. Selecionado a partir de entrevista com o jornal "Estado de Minas". O ex-PM afirmou que não se lembrava de nada.

José Elias dos Santos

Ex-operário. Foi ferido no dia do massacre e ficou inválido. Localizado a partir de entrevista com jornal "Estado de Minas". Como não tinha telefone em seu nome, não foi localizado. A única referência era que morava num bairro chamado Grotta do IAPI, que mesmo morando há 22 em Ipatinga, eu não conhecia. O estudante foi ao bairro Esperança, onde lhe indicaram que ficava a Grotta, e com o jornal em mãos, perguntou para alguns comerciantes e pedestres onde moravam aquela pessoa. Depois de algumas tentativas, José Elias, ou melhor, Seu Juca, foi localizado.

José Geraldo de Assis

Morador do centro de Ipatinga na época. Contou a história de ser enviado para Antônio Dias para fugir do conflito. História que foi confirmada por Bernardina Sena de Assis, mãe do entrevistado.

José Horta de Carvalho

Ex-metalúrgico e sindicalista. Não foi ferido no dia. Selecionado para contar o que aconteceu nos dias do conflito e também as condições de vida. Foi localizado a partir de indicação do amigo Miguel Muniz de Assis.

José Martins da Silva

Ex-metalúrgico, morava no Alojamento Chicago Bridge, invadido pela PM na noite do dia 6 de outubro de 1963. Selecionado para contar o que aconteceu aos trabalhadores presos na véspera do Massacre. Localizado a partir de uma publicação sindical.

José Vilas Novas Mendes



Ferido, o ex-metalúrgico ficou inválido. Selecionado para relatar os momentos mais críticos do conflito na portaria, pois trabalhava próximo ao local. Seu nome foi selecionado a partir do jornal "Hoje em Dia", de 1989, mas não foi localizado. Quase no final do trabalho, por acaso, o autor da reportagem foi apresentado a seu irmão que o encaminhou a Vilas Novas.

Jurandyr Gomes de Carvalho

Comandante da Cavalaria na época. Homem tido como violento. Comandava os policiais no caminhão que se postou em frente à portaria. Localizado a partir da internet, mas não pôde conceder entrevistas pois se recupera de uma cirurgia.

Magna Maria da Rocha Gualberto

Irmã do alfaiate Geraldo Rocha, morto no dia 7 de outubro de 1963. Foi indicada pelo primo João Bosco Gualberto. As perguntas feita à Magna concentravam-se nos desdobramentos da morte do irmão.

Maria Auxiliadora Vital Alves

Enfermeira. Não havia sido entrevistada. Localizada pelo acaso ou pela sorte. Mãe de uma vizinha com quem o autor da reportagem conversava sobre o assunto. A entrevista com Maria Auxiliadora foi dirigida a apresentar motivos para o desaparecimento dos mortos e também para apresentar a versão de uma pessoa da área de saúde que fosse independente.

Maria da Conceição Gomes Filipe

Filha de Alvino Ferreira. Fonte selecionada para apresentar os desdobramentos da morte do pai.

Maria Helena Silva de Assis

Morava próximo à cadeia incendiada pelos metalúrgicos revoltados.

Maria Martins

Esposa de Alvino Ferreira.

Miguel Muniz de Assis

Ex-metalúrgico. Morava no bairro Santa Mônica. Ligado aos movimentos sociais da Igreja Católica.

Onofre Santiago de Carvalho

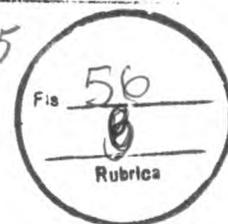
Ex-metalúrgico. Ouvido apenas para confirmar um dado. Selecionado a partir de reportagem do jornal "Estado de Minas".

Robson Zamprogno

Capitão da PM de Ipatinga na época. Ouvido para apresentar o lado da PM e também para contar a história. Selecionado a partir da bibliografia. Mora em Belo Horizonte.

Tereza Gomes

Esposa de Antonio José dos Reis, morto no dia do massacre. Localizada a partir do jornal "Estado de Minas".



6.4. Entrevistas

“A matéria é boa se o repórter vai ao palco do acontecimento. A questão é que o jornalista corre atrás da notícia, e não a notícia atrás do jornalista”

Percival de Souza; entrevista ao jornal ZERO, da UFSC, nº 4 Ano XVIII, Junho de 2003

A entrevista jornalística, procedimento básico de apuração de informações, é concebida em três aspectos:

- a) toda coleta de informações por meio do diálogo;
- b) procedimento formal com status de gênero jornalístico
- c) matéria veiculada

Para desenvolver a reportagem “Massacre de Ipatinga completa 40 anos” foram utilizados os itens a e b. Com as principais fontes foram marcadas entrevistas, sempre respeitando algumas dicas básicas como apresentar o assunto da entrevista e, claro, cumprir o horário. Nos casos que não foi possível marcar uma entrevista presencial, por causa da distância e dos recursos disponíveis para a realização da reportagem, a conversa ocorreu por telefone.

Quando começaram as entrevistas, a pesquisa bibliográfica já havia terminado. A história conhecida do Massacre de Ipatinga era conhecida pelo repórter, mas durante as entrevistas, o repórter deve deixar o entrevistado falar, intervindo apenas em momentos de grande importância. Assim, o entrevistado não se sente acuado. Durante as entrevistas também é fundamental conquistar a confiança do entrevistado. Dessa maneira, mais informações são reveladas. Esse foi o caso, principalmente, do coronel Robson Zamprogno, entrevistado por telefone.

6.5. Redação

“Não existe receita única para escrever bem. Não existe, sequer, uma receita.”

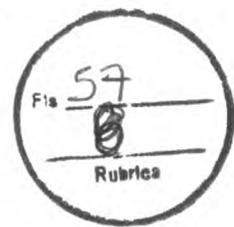
Ricardo Noblat, “A arte de fazer um jornal diário”. P.80

Depois da pesquisa, das pautas, de ouvir as fontes, é o momento de escrever. Surge o problema: qual linguagem utilizar. Aprendemos durante o curso de Jornalismo que a linguagem jornalística deve ser um misto entre o formal e o informal de maneira que o jornalista se faça entender pelo maior número de pessoas. No entanto, segundo Ricardo Noblat, escrever não tem receita. É prática.

Quando ele faz uma análise sobre o futuro dos jornais, mostra como a forte inserção da internet como meio de comunicação e, claro, do Rádio e TV fazem do jornal um meio cada vez mais precíval. A notícia é dada pela TV, pelo rádio ou internet. Ao jornal cabem os desdobramentos, os efeitos, ou seja, reportagens. O leitor tem que ser incentivado a comprar o jornal.

Para isso, durante todo o desenvolvimento da reportagem, buscou-se a humanização dos fatos relacionados ao Massacre de Ipatinga. Ao contar a história mesclada com história de vida dos envolvidos, o leitor envolve-se mais com a reportagem. Mesmo para envolver o leitor não se deve perder de vista alguns preceitos jornalísticos.

Portanto, foram seguidas algumas regras básicas, como a pirâmide invertida, ou seja, o foco principal de cada matéria foi colocado no início, a linguagem simples, intercalando o coloquial e o formal. Apesar de saber que a objetividade é um ritual no jornalismo, toda a reportagem foi trabalhada para manter a isenção ao tratar do assunto.



6.6. Edição

Durante grande parte do curso de Comunicação Social – Jornalismo ouvimos que o Jornalismo é a arte de cortar. A informação deve ser passada no menor espaço possível. O leitor deve se sentir informado sem se cansar com uma leitura longa e penosa. Porém, como cortar sem cortar informação? Esse foi o trabalho desenvolvido na fase da edição. Após a redigir o material sobre o “Massacre de Ipatinga”, o presente trabalho, que conta com 16 páginas, possuía 24 páginas sem fotografias. Poucas informações foram retiradas. Saíram frases mal-construídas, informações redundantes ou repetidas.

6.7. Fotografias

O curso de Comunicação Social – Jornalismo realizado ofereceu apenas uma disciplina relacionada à fotografia – Oficina de Fotografia. Este foi um ponto falho do curso. Portanto, a parte fotográfica do trabalho foi baseada em fotografias históricas sobre Ipatinga e o Massacre. As fotografias atuais serviram para mostrar a participação dos personagens na reconstrução dos episódios relacionados ao “Massacre de Ipatinga”. Na maioria são fotografias apenas ilustrativas. O conteúdo informativo, na parte fotográfica, está nas fotografias históricas.



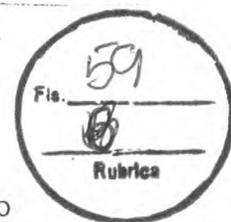
6.8. Formato

O formato de 16 páginas A4 foi determinado, sobretudo, por questões orçamentárias. A inexistência de patrocínio também não permitiu uma impressão de qualidade em papel A3. Não é um trabalho para se ler de uma vez só. Como exposto anteriormente, houve uma divisão da reportagem em quatro eixos. Cada um apresentando certa independência, o que permite ao leitor ler o trabalho de uma maneira pausada.

O leitor perceberá que as reportagens principais contam com a assinatura do autor. Nas retrancas, além de existir apenas as iniciais no final dos textos, optou-se por demarca-las com um quadro em volta. Afinal, não era este o formato desejado para a reportagem. Quanto à diagramação, estágios realizados durante o curso foram fundamentais, já que em jornais houve a oportunidade de ver e aprender “macetes” para agilizar a diagramação.

7. Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Manipulação Editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política*. In: BENTZ, Ione Maria Ghislene, PINTO, Milton José e RUBIM, Antônio Albino Canelas. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, 2ª edição.
- BLUMER, Herbert. *A natureza do interacionismo simbólico*. In: MORTENSEN, Charles (org.) Teoria da Comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras
- CALADO, Ana Arruda. *O texto em veículos impressos*. In: CALDAS, Álvaro. *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.
- CALDAS, Álvaro. *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.
- CANETI, Elias. *Massa e Poder*.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 3ª edição.
- HENN, Ronaldo. *Pauta e notícia: uma abordagem semiótica*. Canoas: Editora ULBRA, 1996.
- Jornal ZERO, da Universidade Federal de Santa Catarina, nº 4 Ano XVIII, Junho de 2003
- LAGE, Nilson. *A reportagem*.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Editora Ática, 2001. 7ª edição
- LASSWELL, Harold. *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*. In: COHN, Gabriel. *A comunicação social e a indústria cultural*. São Paulo, 1973. pp 105-117
- Manual de Redação: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001
- MATINO, Luiz C. *De qual comunicação estamos falando?* Brasília: UnB, 2000 (texto digitado/inédito)
- MEDITSCH, Eduardo. *Método científico e método jornalístico*". Revista Intercom, Ano XII, n.º 60: janeiro/junho de 1989. pp. 55-61
- NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Editora Contexto, 3ª edição, 2003.
- OSTROWER, Fayga. *A construção do olhar*.

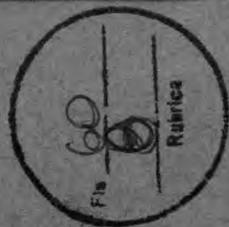


REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo, Edusp, 2000

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001

TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Veja, 1993.

ATO. 36.5, R. 95/135



REMETENTE

SELMA DA ROCHA GUALBERTO

R. VIENA, 36 BAIRRO BETHÂNIA

35.160.000. IPATINGA MG



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Rua Edgard Boy Rossi, 38 - Centro - Caixa Postal 685 - Fone: (31) 3829-8800
Fax: (31) 3829-8840 - CEP: 35160-015 - IPATINGA - MINAS GERAIS

735
1

ATO.365.1296/135

AO
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BLOCO T, ANEXO II DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SI 503
70.064.900 - BRASÍLIA DF

C. Especial
AR



7524 3023
CORREIOS

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR	PESO / WEIGHT (kg)	VALOR DECLARADO / INSURED VALUE
<input checked="" type="checkbox"/>	0.320	

RZ 0 9 9 3 6 5 5 2 5 BR

Comissão Especial Lei 9.140/95 - Desaparecidos Políticos

Processo: 121/2004

Interessada: Selma da Rocha Gualberto e outra

Falecido: Geraldo da Rocha Gualberto

Maria Tereza da Rocha, genitora de **Geraldo da Rocha Gualberto**, nascido Braúnas/MG, falecido em 7 de outubro de 1963, requer o reconhecimento de seu filho, como vítima da ditadura militar, para fins do previsto na Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995, já com as respectivas alterações.

A relação de parentesco encontra-se provada às fls. 10 dos autos.

O pedido foi apresentado a protocolo no dia 08 de julho de 2004, estando, portanto, em conformidade com o disposto no art. 2º da Lei 10.875, de 1º junho de 2004, que reabriu os prazos prescricionais no que tange às indenizações devidas às pessoas que tenham falecido nas situações previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso I do art. 4º da Lei 9.140/95, *verbis*:

“Art. 2º Para o fim de se proceder ao reconhecimento de pessoas que tenham falecido nas situações previstas nas alíneas c e d do inciso I do art. 4º da Lei nº 9.140, de 1995, os legitimados de que trata seu art. 10 poderão apresentar requerimento perante a Comissão Especial, instruído com informações e documentos que possam comprovar a pretensão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei”.

Alega a requerente, para tanto, “que na data de 07 de outubro de 1963, a cidade de Ipatinga foi palco de um evento sangrento, ocasionado por uma violenta repressão militar à greve dos trabalhadores da empresa Usinas Siderúrgicas intendente Câmara de Minas Gerais – USIMINAS – do Grupo Siderbrás”. (fls. 02)

Aduz que “Geraldo fazia um trajeto de ônibus quando foi impelido a descer deste veículo em detrimento de um bloqueio realizado pelos operários da empresa na estrada próxima ao bairro Horto, em frente à portaria da USIMINAS. Nesse momento, encontrou o primo João Bosco Gualberto, que levaria sua caminhonete para lavar no bairro Horto, mas por causa do bloqueio também ficou parado no local da mobilização operária.

(...)

Enquanto conversavam, inesperadamente, uma pedra atingiu um dos policiais que se encontrava próximo aos dois homens. E a partir daí outros tiros foram emitidos pela polícia que atirava para cima tentando assustar o pessoal e intimidar o movimento que se instalava. Com a tentativa de impedimento frustrada, os tiros continuaram e os dois primos começaram a correr e tentaram se esconder atrás de um monte de terra. Antes que conseguissem uma bala acertou o alfaiate que anuncia sua morte dizendo: “já estou morto”. Recebeu um tiro nas costas e ~~caiu~~ caiu sobre o primo João Bosco. (fls. 10)

Ao requerimento foram juntados apenas os documentos pessoais da requerente, cópia do livro “O massacre de Ipatinga”, de autoria de Carlindo Marques, recortes de jornais que noticiaram o fato e pesquisa de alunos da PUC e UFMG com enfoque dado ao assunto.

Extrai-se às folhas 14 dos autos, matéria jornalística sob o título “**Alfaiate Morre por Observar o Confronto**”, onde se destaca:

“A morte de Geraldo Rocha foi uma fatalidade. Em 7 de outubro o alfaiate foi a Ipatinga fazer compras. Com a estrada bloqueada não pôde dar



prosseguimento à viagem. Ao descer do ônibus, encontrou o primo João Bosco Gualberto. Juntos ficaram observando a movimentação dos trabalhadores e dos policiais.

Assim que foram disparados os primeiros tiros os dois correram. No momento em que ia deitar-se no chão, atrás de um monte de areia, Geraldo recebeu o tiro que lhe tirou a vida. A bala o atingiu nas costas.”

Vale destacar documento acostado aos autos às folhas 15, assinado pela irmã de Geraldo Rocha, Magda Gualberto, que aduz:

“Em nenhum momento pensaram que o alfaiate fosse um dos mortos. Ninguém imaginava que aquilo pudesse acontecer com ele. Era um alfaiate, não tinha ligação com a Usiminas...”

VOTO

Em 1995, a Lei 9.140 reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, nos seguintes termos:

"Art. 1º São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta Lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias”.

Ao dispor sobre a indenização decorrente dos abusos cometidos no regime militar, dispõe a referida legislação:

“Art. 11- A indenização, a título reparatório, consistirá no pagamento de valor único igual a R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido,

levando-se em consideração a idade à época do desaparecimento e os critérios e valores traduzidos na tabela constante do Anexo II desta Lei.

§ 1º- *Em nenhuma hipótese o valor da indenização será inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).*

§ 2º- *A indenização será concedida mediante decreto do Presidente da República, após parecer favorável da Comissão Especial criada por esta Lei”.*

Embora o fato seja lamentável, necessário que se comprove o nexo de causalidade entre a morte ocorrida e o contexto político social que imprimia à época atos de barbárie, praticados pelas forças repressoras, em que foram alvos os militantes políticos, operários, estudantes, sindicalistas, enfim, todos que se opuseram ao regime ditatorial.

Após o exame da documentação acostada aos autos observo que trata-se de uma fatalidade, não admitindo o pagamento da indenização pleiteada.

Desta forma, não restando comprovada a participação de Geraldo da Rocha Gualberto em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, conforme previsto na Lei 9.140/95, nem o nexo de causalidade entre sua morte e desempenho de atividades políticas, voto pelo indeferimento do pedido.

Maria Eliane Menezes de Farias

Maria Eliane Menezes de Farias
Comissão Especial Lei 9.140/95,
Em 25 de agosto de 2004

O EIXO POLÍTICO DO MASSACRE DE IPATINGA-1963

O episódio ocorrido em Ipatinga, denominado "Massacre de Ipatinga", deve ser inserido no contexto nacional como sendo uma das causas do Golpe Militar de 1964.

O Massacre de Ipatinga não pode ser considerado meramente como uma greve de trabalhadores, como um movimento espontâneo, sem líderes, sem vinculações políticas. Evidente que as péssimas condições de trabalho no momento da instalação da USIMINAS, os atritos entre operários e o corpo de vigilantes da empresa, as condições precárias de habitação e de alimentação, o desrespeito à legislação trabalhista. Pode-se citar como exemplo desse desrespeito a abertura de uma Comissão Especial-CPI, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para apurar denúncias da existência de um mercado de escravos em Ipatinga, praticada pela empresa AB Cavalcanti - colaboraram para o clima de tensão existente na cidade, no início dos anos 60.

Analisando as implicações políticas do episódio ocorrido em Ipatinga em 1963, é possível afirmar que:

1 - O Brasil, no início da década de 60, vivia um momento de grave crise político-institucional. Existia uma radicalização dos diferentes setores sociais; como dos camponeses no Nordeste, através das Ligas Camponesas, dos operários que faziam greves por melhores condições de salário e de trabalho, dos políticos de esquerda que formavam diversas organizações, como os Grupos dos Onze, liderados por Leonel Brizola.

Os Grupos dos Onze eram células comunistas que propunham um ativismo político radical. Existem sérios indícios de que havia, em Ipatinga, um deste grupo, conforme alguns depoimentos publicados no livro Homens em Série, dos quais servem como exemplos o depoimento do Sr. Pedro Linhares:

"Chegava muita gente forasteira em Ipatinga. Isso não acarretou nenhum conflito de terra?

Não, só teve o "Grupo dos Onze", mas isso é outra coisa.

Teve "Grupo do Onze" em Ipatinga?

Eles eram muito atuantes em todo o Vale do Aço.

E quem fazia parte?



O Zé Serrinha e o Gentil do Canaã. Zé Zerrinha era agitador, Gentil um inocente. Zé Zerrinha era instruído, porque tinha o curso científico, foi técnico da CEMIG de onde foi demitido, por questões políticas, agitação. Assim, veio para a região. Aqui também foi demitido, não sei por que e nem de qual firma. Aí, foi atuar na política. Era um agitador, mas não era politizado. Não tinha muita informação, até porque durante toda a sua vida morou na região e, aqui, jornal só chegava duas vezes por semana.

Mas tinha rádio, não tinha?

Tinha rádio de Belo Horizonte, mas se escutava também a Rádio Mayrink Veiga, do Brizola. Era através das informações da rádio que eles ficavam sabendo do Grupo dos Onze. Não tinha nenhum político de expressão envolvido. Rufino da Silva Neto entrou no dia da Revolução. Entrou de gaiato, por causa do PTB."

E o depoimento do Sr. Zé Serrinha, que afirma ter participado do referido grupo.

"Onde vocês faziam as reuniões?

Antes de golpe, chegamos a reunir o pessoal até mesmo em praça pública, ou dentro da usina, em pleno horário de trabalho. A gente chamava o pessoal e passava todas as informações e orientações em reuniões sobre a Supra e o Grupo dos Onze. Não havia muita perseguição política na época, porque João Goulart do PTB, era presidente da República."

A existência deste grupo em Ipatinga revela a presença de um certo nível de politização da classe operária, o que, durante muito tempo, foi negado pelos detentores do poder.

2 - O governador de Minas Gerais, na época, o Sr. Magalhães Pinto, era um dos líderes da oposição ao governo de João Goulart e necessitava demonstrar que o estado comandado por ele viva um clima de prosperidade e de tranqüilidade, conforme pode ser comprovado pela análise dos jornais do período. Na semana em que ocorreu o Massacre de Ipatinga, foi publicada, na primeira página do Jornal Última Hora, de 05 de outubro de 1963, a afirmação atribuída a Magalhães Pinto:

"Minas encontra-se em perfeita paz e o povo cuida apenas de seu trabalho.

As classes operárias vêm encontrando por via de conciliação em contato íntimo com o Governo, solução favorável às suas justas reivindicações."

No dia 07 de outubro de 1963, no dia em que ocorreu o episódio em Ipatinga, foi publicada, no Jornal Última Hora, a afirmativa do General Guedes, "situação em Minas é de absoluta calma; prontidão foi relaxada." É no mínimo

suspeita a tentativa de apresentar o estado de Minas Gerais com situação de calma, de tranquilidade.

No dia 08 de outubro de 1963, o Jornal O Globo, afirmava "Reina calma em todo território nacional, afirma Moura Andrade. (...) em Minas, a situação é idêntica, não se registrando, ali, qualquer perturbação que pudesse comprometer a paz social."

Usar de extrema violência para impedir uma manifestação de trabalhadores e, ao mesmo tempo, demonstrar força e prestígio da Polícia Militar de Minas Gerais serviu para fortalecer o poder de Magalhães Pinto diante dos líderes militares, num momento em que o Golpe de 1964 estava sendo arquitetado. Vale ressaltar que Magalhães Pinto passou para a história como o 'líder civil da Revolução de 1964'!

3 - Uma das reivindicações dos operários ipatinguenses era a substituição da Polícia Militar da cidade por tropas federais, o que não foi permitido pelo então governador Magalhães Pinto. Permitir a presença das tropas do Exército Brasileiro em Ipatinga significaria perda de prestígio para o governador do estado.

4 - A década de 60 no Brasil, foi um período conturbado devida a renúncia do presidente da República Jânio Quadros e aos problemas ligados à posse do vice João Goulart, inclusive com a implantação do parlamentarismo. A crise político-institucional do governo João Goulart foi marcada por tentativas de implementação das reformas de base. Essas reformas provocaram aumento da oposição dos setores conservadores da sociedade.

Este período também foi caracterizado pela radicalização da classe operária. Segundo a publicação História da Classe Operária no Brasil - 4º caderno no ano de 1961 ocorreram no país 148 greves; em 1962 ocorreram 148 greves e em 1963 este número subiu para 162. É inconcebível não reconhecer que o episódio de Ipatinga, um massacre em que oficialmente morreram sete pessoas (este número pode ser bem maior), não faça parte deste contexto político nacional. Afinal, Ipatinga também faz parte de um Estado-Nação chamado Brasil!

Para concluir, vale ressaltar que o massacre ocorreu próximo à portaria da USIMINAS, uma empresa estatal e que a violência e as arbitrariedades foram praticadas pela polícia militar de Minas Gerais, também controlada pelo estado.

Ipatinga, 09 de setembro de 2004.

MARILENE

Câmara Municipal de Ipatinga - MG - UebiMiau 2.7

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

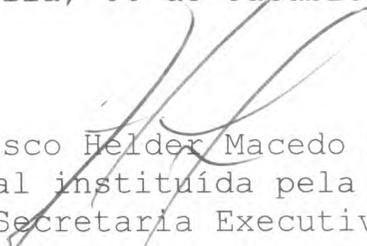


COMISSÃO ESPECIAL - Instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Secretaria Executiva da Comissão Especial

C E R T I D ã O

Certifico que na data de 06/10/04, recebemos correspondência da Câmara Municipal de Ipatinga/MG referente ao processo em nome de GERALDO DA ROCHA GUALBERTO.

Brasília, 06 de outubro 2004.


Francisco Helder Macedo Pereira
Comissão Especial instituída pela Lei n.º 9.140/95
Secretaria Executiva



Ofício nº 16

Ipatinga 29 de setembro de 2004.

Sr. Presidente,

É o presente para encaminhar os depoimentos de pessoas que vivenciaram o massacre de Ipatinga, que deverão ser anexados ao processo de ; **MARIA TEREZA DA ROCHA.**

Pode-se observar que o movimento não era apenas uma luta sindical. Já existia uma articulação política para dar golpe militar e, por outro lado a organização política da classe operária sob o comando da CGT(Comando Geral dos Trabalhadores).

Atenciosamente


José Gonçalves Ribeiro

RELATÓRIO DE DEPOIMENTO

MASSACRE DE IPATINGA - 7 DE OUTUBRO DE 1963

Em 7 de outubro de 1963 os moradores da cidade de Ipatinga vivenciaram um momento de confronto coletivo marcado por agressões físicas e verbais entre policiais e funcionários da empresa USIMINAS desencadeando um massacre na cidade,

Segundo informações de pessoas que estiveram presentes na época, as queixas giravam em torno das agressões que, segundo os mesmos foram efetuadas contra eles pelos policiais militares na noite anterior. Em um movimento promovido pelos funcionários que exibiam as marcas físicas das agressões citadas e protestavam contra os maus tratos, policiais armados, dão início a um tiroteio que por não ter um alvo certo, faz vítimas em vários pontos das áreas físicas próximas à empresa. Como consequência, um numero significativo da população foi atingido com ferimentos graves e mortos que deixaram familiares desprovidos de seus mantenedores.

O padre Abdala Jorge, vigário na paróquia de Acesita na época que desencadeou-se o movimento na cidade de Ipatinga, faz um relato do fato abordando pontos comuns entre o movimento e o contexto de desenvolvimento que desencadeou o golpe de 1964.

Relato da entrevista do padre Abdala Jorge realizada dia 23 de agosto de 2004, na paróquia São José/Acesita,

“Batista Faioli era um homem inteligente que esteve presente na época, sabe-se que alguns elementos (pessoas) naquele momento tinham outros interesses, queriam muito mais do que assistir as ações dos trabalhadores. E o Geraldo Ribeiro era um cabra muito competente, autêntico, ele não tomava conhecimento das articulações internacionais, não era um elemento politizado, mas era muito autêntico. E nesta questão da greve lá de Ipatinga ele sabe os pormenores todos ..sabe sobre o grupo dos onze de Brizola que tinham armas, tinham armas mesmo guardas escondidas nos alojamentos e o que provocou o golpe, o que provocou o massacre estúpido foi que os policiais estavam investigando, conferindo as painéis dos operários para ver se não estavam levando armas nas marmitas, isso fez a revolta dos operários e a estupidez dos policiais. Este foi o estopim depois que eu comecei a acompanhar, e o fato que eu sempre conto é que eu admirei demais a atitude de Geraldo Ribeiro que ele me viu expondo o que eu presenciei e não me contestou durante anos só mais tarde que ele veio me falar que o que eu presenciei não foi o primeiro dia foi o segundo porque o que eu presencie eu vi um movimento todo estranho antes de chegar o hospital Nossa Senhora do Carmo ali em cima, antes de descer, no trevo ali, perguntei o que estava acontecendo eles falaram comigo:

- “Cê não sabe? Mataram não sei quantas pessoas lá em Ipatinga, na Usiminas” (falava Usiminas nem falava muito Ipatinga).

Então eu desci de lá e fui ao Hospital Padre Rossi, você se lembra dele? Antônio Rossi que era responsável pela fazenda Micra lá em Melo Viana. Ele estava lá atendendo as pessoas que estavam feridas e ele disse para mim:

- “Oh aqui esta sob controle, lá em Ipatinga tem uma confusão danada convém ir lá”

- Vou a Ipatinga na Usiminas e lá na entrada mais ou menos onde é os Bretas hoje, os operários tinham pegado um caminhão e incendiado, o caminhão que tinha ido levar os

71


vigilantes e neste momento os policiais ficaram sitiados no Santa Mônica, quando o caminhão voltou eles incendiaram o caminhão estavam marretando o caminhão. Quando eu vi aquilo pensei comigo é melhor ficarem distraídos com este caminhão do que botar fogo no resto. Voltei correndo para cá no Jipe, a companhia(Acesita) nos dera um motorista e um Jipe para ficar a disposição, e falei com Geraldo Ribeiro, Você tem que ir lá na USIMINAS, lá tá uma confusão tremenda e não adianta, eles não escutam. Então para motivar Geraldo Ribeiro eu disse para ele: “é melhor que haja alguém mandando botar fogo do que cada um botando fogo por conta própria.” Ele então aceitou, pegamos o aparelho dos Padres Salesianos e o Padre Dilson, então colocou o som na rural do sindicato e foi para Ipatinga, aí o movimento começou a ter endereço, um ponto de referência para se entrar num acordo qualquer. *Dai a pouco Magalhães Pinto veio com mais alguns vereadores, dois vereadores de Belo Horizonte, Geraldo Quintão parece que já estava na cidade, foram lá para o Bairro Castelo, o escritório era lá, junto aos elementos da Usiminas e o Padre Avelino que era o vigário lá do Horto, não me chamaram não.* Padre Avelino teve uma presença muito conciliadora lá.

A presença de Magalhães Pinto e os vereadores era importante demais, e o mais importante foi quando a equipe do CETE Centro de Estudos do Trabalhador vieram fazer uma matéria sobre o fato e mostrar os originais eu disse para eles: *“não coloquem Policiais e Operários de lados opostos, a questão não é essa, a questão é capital e trabalho. Os policiais estavam somente executando ordens, os responsáveis são aqueles que impuseram aos policiais a exigir aquilo de um modo indevido”*. Mas durante muito tempo ficou focalizado isso na polícia mas eles estavam simplesmente cumprindo ordens. De modo que é um fato que mostra muito bem, agente compreende aquela situação de emoção no Brasil que se encontrava numa tensão *tremenda, e Brizola, somente ele precipitou as coisa, ele provocou este golpe de 64*, e quando agente sugeriu ao Geraldo Ribeiro que aproveitasse aquela situação e entrasse em acordo, par vê se ele conseguia mudar a polícia, em vez da polícia de farda amarela, Civil, se viesse o exército aqui porque haviam pistoleiros profissionais do 6º batalhão de Valadares do 14º isso aqui. O mais havia aqui era pistoleiros o próprio tenente coronel Mauri Meireles, homem admirável, foi tenente coronel do 14º, quando eu falei com ele que eu tinha um certo preconceito com o Sr. Clinger porque ele era do 6º de Valadares, que eu tinha um certo preconceito uma imagem meio que equivocada do 6º batalhão, ele falou comigo, o Sr. Esta sendo muito generoso. (risos) O Clinger era um homem muito elogiado, agente tinha um certo receio porque ele era do 6º e Aberni Meireles reconheceu. Então Geraldo Ribeiro disse para aproveitar a ocasião mas que ia ser coisa muito demorada.

VEJA BEM o massacre foi dia 7 de outubro de 1963 e o GOLPE foi dia 31 de março de 1964, Magalhães já estava articulando isso, se viesse gente do exército ligado ao (General ou Federal) l cujo presidente era Goulart, talvez Magalhães não teria chance de articular o golpe de 64. Brizola não entendeu que antes de dar o golpe tinha que criar as condições objetivas, ele provocou através de células o grupo dos onze, provocava atitude nos grupos e agiam com muita violência, aqui em Acesita por exemplo, nas greves que havia esse grupo que não apoiava Geraldo Ribeiro, havia grupo da CGT controlado por Brizola, os operários levavam cordas nas bicicletas para amarrar supervisor e engenheiro era um clima de tensão que ninguém agüentava mais e Brizola foi um dos responsáveis, ele provocou sempre, eu, por exemplo, eu acho que agente não chega a reforma de raízes sem violência, mas quem vai usar a violência nunca somos nós, nossa violência é pacífica é de enfrentar os cabões de braços para trás quiserem atirar vocês é que atirem, e o Brizola não



preparou, ou não tomou conhecimento de criar essas condições para nos chegarmos ao poder como o Chile que chegou ao poder pelo voto. Com toda a certeza ele provocou uma atitude desta estúpida. Que houve uma estupidez muito grande isso ouve, e com conivência e não só conveniencia mas com autorização mesmo dos representantes do capitão, apesar de ter diretores aí como Gil Latimozi, que era pessoa admirável, mas era representante do capitão como tal eles foram responsáveis por esta página mais escuras da nossa região.

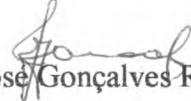
Hoje eles tratam o golpe de 64 de forma muito folclórica, e até escrevem a página de modo muito diferente do que aconteceu na realidade. Me desculpem os companheiros da CUT que não tiveram a competência de enfrentar a força do capitão da USIMINAS, esse que esta aí agora, o Rinaldo Campos, muito competente e sabido, no discurso que ele fez numa reunião antes da privatização, eu não fiquei sabendo se ele era a favor ou contra a privatização. Eu fiquei feliz, porque eles é que mataram os operários e não os operários que os mataram. (risos).”

A entrevista com Padre Abdala Jorge, pároco da Paróquia São José, na cidade de Acesita/Timóteo, foi realizada por Eva Maria dos Reis Gomes, Psicóloga e familiar de vítima e José Gonçalves Ribeiro Advogado, no dia 23 de Agosto de 2004.

O padre Abdala Jorge se coloca a disposição para esclarecimento caso estes sejam solicitados pela comissão avaliadora dos processos encaminhados por este destinatário. .

Timóteo 23 de Agosto de 2004

Eva Maria dos Reis Gomes


José Gonçalves Ribeiro

O EIXO POLÍTICO DO MASSACRE DE IPATINGA-1963

O episódio ocorrido em Ipatinga, denominado "Massacre de Ipatinga", deve ser inserido no contexto nacional como sendo uma das causas do Golpe Militar de 1964.

O Massacre de Ipatinga não pode ser considerado meramente como uma greve de trabalhadores, como um movimento espontâneo, sem líderes, sem vinculações políticas. Evidente que as péssimas condições de trabalho no momento da instalação da USIMINAS, os atritos entre operários e o corpo de vigilantes da empresa, as condições precárias de habitação e de alimentação, o desrespeito à legislação trabalhista. Pode-se citar como exemplo desse desrespeito a abertura de uma Comissão Especial-CPI, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para apurar denúncias da existência de um mercado de escravos em Ipatinga, praticada pela empresa AB Cavalcanti – colaboraram para o clima de tensão existente na cidade, no início dos anos 60.

Analisando as implicações políticas do episódio ocorrido em Ipatinga em 1963, é possível afirmar que:

1 – O Brasil, no início da década de 60, vivia um momento de grave crise político-institucional. Existia uma radicalização dos diferentes setores sociais; como dos camponeses no Nordeste, através das Ligas Camponesas, dos operários que faziam greves por melhores condições de salário e de trabalho, dos políticos de esquerda que formavam diversas organizações, como os Grupos dos Onze, liderados por Leonel Brizola.

Os Grupos dos Onze eram células comunistas que propunham um ativismo político radical. Existem sérios indícios de que havia, em Ipatinga, um deste grupo, conforme alguns depoimentos publicados no livro *Homens em Série*, dos quais servem como exemplos o depoimento do Sr. Pedro Linhares:

"Chegava muita gente forasteira em Ipatinga. Isso não acarretou nenhum conflito de terra?"

Não, só teve o "Grupo dos Onze", mas isso é outra coisa.

Teve "Grupo do Onze" em Ipatinga?

Eles eram muito atuantes em todo o Vale do Aço.

E quem fazia parte?

O Zé Serrinha e o Gentil do Canaã. Zé Zerrinha era agitador, Gentil um inocente. Zé Zerrinha era instruído, porque tinha o curso científico, foi técnico da CEMIG de onde foi demitido, por questões políticas, agitação. Assim, veio para a região. Aqui também foi demitido, não sei por que e nem de qual firma. Aí, foi atuar na política. Era um agitador, mas não era politizado. Não tinha muita informação, até porque durante toda a sua vida morou na região e, aqui, jornal só chegava duas vezes por semana.

Mas tinha rádio, não tinha?

Tinha rádio de Belo Horizonte, mas se escutava também a Rádio Mayrink Veiga, do Brizola. Era através das informações da rádio que eles ficavam sabendo do Grupo dos Onze. Não tinha nenhum político de expressão envolvido. Rufino da Silva Neto entrou no dia da Revolução. Entrou de gaiato, por causa do PTB."

E o depoimento do Sr. Zé Serrinha, que afirma ter participado do referido grupo.

"Onde vocês faziam as reuniões?

Antes de golpe, chegamos a reunir o pessoal até mesmo em praça pública, ou dentro da usina, em pleno horário de trabalho. A gente chamava o pessoal e passava todas as informações e orientações em reuniões sobre a Supra e o Grupo dos Onze. Não havia muita perseguição política na época, porque João Goulart do PTB, era presidente da República."

A existência deste grupo em Ipatinga revela a presença de um certo nível de politização da classe operária, o que, durante muito tempo, foi negado pelos detentores do poder.

2 – O governador de Minas Gerais, na época, o Sr. Magalhães Pinto, era um dos líderes da oposição ao governo de João Goulart e necessitava demonstrar que o estado comandado por ele viva um clima de prosperidade e de tranquilidade, conforme pode ser comprovado pela análise dos jornais do período. Na semana em que ocorreu o Massacre de Ipatinga, foi publicada, na primeira página do *Jornal Última Hora*, de 05 de outubro de 1963, a afirmação atribuída a Magalhães Pinto:

"Minas encontra-se em perfeita paz e o povo cuida apenas de seu trabalho.

As classes operárias vêm encontrando por via de conciliação em contato íntimo com o Governo, solução favorável às suas justas reivindicações."

No dia 07 de outubro de 1963, no dia em que ocorreu o episódio em Ipatinga, foi publicada, no *Jornal Última Hora*, a afirmativa do General Guedes, "*situação em Minas é de absoluta calma; prontidão foi relaxada.*" É no mínimo suspeita a tentativa de apresentar o estado de Minas Gerais com situação de calma, de tranqüilidade.

No dia 08 de outubro de 1963, o *Jornal O Globo*, afirmava "*Reina calma em todo território nacional, afirma Moura Andrade. (...) em Minas, a situação é idêntica, não se registrando, ali, qualquer perturbação que pudesse comprometer a paz social.*"

Usar de extrema violência para impedir uma manifestação de trabalhadores e, ao mesmo tempo, demonstrar força e prestígio da Polícia Militar de Minas Gerais serviu para fortalecer o poder de Magalhães Pinto diante dos líderes militares, num momento em que o Golpe de 1964 estava sendo arquitetado. Vale ressaltar que Magalhães Pinto passou para a história como o 'líder civil da Revolução de 1964'!

3 – Uma das reivindicações dos operários ipatinguenses era a substituição da Polícia Militar da cidade por tropas federais, o que não foi permitido pelo então governador Magalhães Pinto. Permitir a presença das tropas do Exército Brasileiro em Ipatinga significaria perda de prestígio para o governador do estado.

4 – A década de 60 no Brasil, foi um período conturbado devida a renúncia do presidente da República Jânio Quadros e aos problemas ligados à posse do vice João Goulart, inclusive com a implantação do parlamentarismo. A crise político-institucional do governo João Goulart foi marcada por tentativas de implementação das reformas de base. Essas reformas provocaram aumento da oposição dos setores conservadores da sociedade.

Este período também foi caracterizado pela radicalização da classe operária. Segundo a publicação *História da Classe Operária*

no Brasil – 4^o caderno no ano de 1961 ocorreram no país 148 greves; em 1962 ocorreram 148 greves e em 1963 este número subiu para 162. É inconcebível não reconhecer que o episódio de Ipatinga, um massacre em que oficialmente morreram sete pessoas (este número pode ser bem maior), não faça parte deste contexto político nacional. Afinal, Ipatinga também faz parte de um Estado-Nação chamado Brasil!

Para concluir, vale ressaltar que o massacre ocorreu próximo à portaria da USIMINAS, uma empresa estatal e que a violência e as arbitrariedades foram praticadas pela polícia militar de Minas Gerais, também controlada pelo estado.

Ipatinga, 09 de setembro de 2004.

MARILENE





EIXO POLÍTICO DO MASSACRE

José Deusdetith Chaves(Zé Serrinha), trabalhou na usiminas no período de 1963, é um anistiado político, inclusive recebeu indenização do Estado de Minas Gerais. Interrogado sobre os fatos da época do massacre, disse que era líder de um grupo dos onze e orientador de outro. Que desde a época da renúncia do Jânio Quadro, começaram as organizações trabalhadores através da CGT(Comando Geral dos Trabalhadores), para enfrentar um possível golpe de estado. Os militares não queriam que João Goulart, vice de Jânio, tomasse posse. Que Brizola que era governador do Rio Grande do Sul garantiu a posse do vice. Que mesmo depois da posse do vice presidente, Brizola continuou dando sustentação ao presidente, porém organizou milhares de grupos dos onze. Que dava as orientações pela rádio Mairink Veigas. Que Dr. José Raimundo(candidato a governo de Minas na época) era o responsável no Estado pela organização dos grupos dos onze. Que foi escolhido para organizar o grupo dos onze no Vale do Aço. Que reuniam, nas praças ou local de trabalho para passar as orientações políticas. Que a função do grupo era mobilizar os trabalhadores para qualquer possibilidade de golpe de Estado. Quem era radical, eram os patrões e o governo de minas. Nós trabalhadores apenas defendíamos os nossos direitos. Que sempre que precisasse, era só passar um recado que lá estavam no mínimo os vinte e dois, que eram próximo da gente. Que Magalhães Pinto(governador de Minas Gerais) sabia da existência dos grupos dos onze no Vale do Aço, motivo pelo qual autorizou abafar o movimento através da metralhadora e que no dia seguinte ao massacre, colocou nos jornais, que Minas estava em paz e tranqüilo, que os trabalhadores estavam ocupado com a produção e não tinha nenhum movimento que pudesse perturbar a ordem. Pela verdade.

Ipatinga 27 de Setembro de 2004.

José Deusdetith Chaves
(Zé Serrinha)



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Praça Três Poderes, s/nº - Centro - Caixa Postal 685 - Fone: (31) 3829-1200
Fax: (31) 3829-1240 - CEP: 35160-011 - Ipatinga - Minas Gerais

C. Especial

ATO.36.5, P. 114/135

*Presidente da Comissão Especial
dos Mortos e Desaparecidos Políticos
Explanada dos Ministérios, Bloco T
anexo II do Ministério da Justiça, sala
503, Cep. 70.064.900, Brasília DF*



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AF PESO / WEIGHT (kg) *0,064* VALOR DECLARADO / INSURED VALUE

RZ 5 0 8 3 4 5 5 3 6 BR



Maria Tereza da Rocha
Rua Vienna, nº 36, Bairro
Belhânia, Ipatinga/MG
Cep. 35.160.000

ATO, 36.5, R 115/135

RELATÓRIO DE DEPOIMENTO

MASSACRE DE IPATINGA - 7 DE OUTUBRO DE 1963

Em 7 de outubro de 1963 os moradores da cidade de Ipatinga vivenciaram um momento de confronto coletivo marcado por agressões físicas e verbais entre policiais e funcionários da empresa USIMINAS desencadeando um massacre na cidade,

Segundo informações de pessoas que estiveram presentes na época, as queixas giravam em torno das agressões que, segundo os mesmos foram efetuadas contra eles pelos policiais militares na noite anterior. Em um movimento promovido pelos funcionários que exibiam as marcas físicas das agressões citadas e protestavam contra os maus tratos, policiais armados, dão início a um tiroteio que por não ter um alvo certo, faz vítimas em vários pontos das áreas físicas próximas à empresa. Como consequência, um número significativo da população foi atingido com ferimentos graves e mortos que deixaram familiares desprovidos de seus mantenedores.

O padre Abdala Jorge, vigário na paróquia de Acesita na época que desencadeou-se o movimento na cidade de Ipatinga, faz um relato do fato abordando pontos comuns entre o movimento e o contexto de desenvolvimento que desencadeou o golpe de 1964.

Relato da entrevista do padre Abdala Jorge realizada dia 23 de agosto de 2004, na paróquia São José/Acesita,

"Batista Faioli era um homem inteligente que esteve presente na época, sabe-se que alguns elementos (pessoas) naquele momento tinham outros interesses, queriam muito mais do que assistir as ações dos trabalhadores. E o Geraldo Ribeiro era um cabra muito competente, autêntico, ele não tomava conhecimento das articulações internacionais, não era um elemento politizado, mas era muito autêntico. E nesta questão da greve lá de Ipatinga ele sabe os pormenores todos ..sabe sobre o grupo dos onze de Brizola que tinham armas, tinham armas mesmo guardas escondidas nos alojamentos e o que provocou o golpe, o que provocou o massacre estúpido foi que os policiais estavam investigando, conferindo as panelas dos operários para ver se não estavam levando armas nas marmitas, isso fez a revolta dos operários e a estupidez dos policiais. Este foi o estopim depois que eu comecei a acompanhar, e o fato que eu sempre conto é que eu admirei demais a atitude de Geraldo Ribeiro que ele me viu expondo o que eu presenciei e não me contestou durante anos só mais tarde que ele veio me falar que o que eu presenciei não foi o primeiro dia foi o segundo porque o que eu presenciei eu vi um movimento todo estranho antes de chegar o hospital Nossa Senhora do Carmo ali em cima, antes de descer, no trevo ali, perguntei o que estava acontecendo eles falaram comigo:

- "Cê não sabe? Mataram não sei quantas pessoas lá em Ipatinga, na Usiminas" (falava Usiminas nem falava muito Ipatinga).

Então eu desci de lá e fui ao Hospital Padre Rossi, você se lembra dele? Antônio Rossi que era responsável pela fazenda Micra lá em Melo Viana. Ele estava lá atendendo as pessoas que estavam feridas e ele disse para mim:

* " Oh aqui esta sob controle, lá em Ipatinga tem uma confusão danada convém ir lá"

- Vou a Ipatinga na Usiminas e lá na entrada mais ou menos onde é os Bretas hoje, os operários tinham pegado um caminhão e incendiado, o caminhão que tinha ido levar os vigilantes e neste momento os policiais ficaram sitiados no Santa Mônica, quando o caminhão voltou eles incendiaram o caminhão estavam marretando o caminhão. Quando eu vi aquilo pensei comigo é melhor ficarem distraídos com este caminhão do que botar fogo no resto. Voltei correndo para cá no Jipe, a companhia(Acesita) nos dera um motorista e um Jipe para ficar a disposição, e falei com Geraldo Ribeiro, Você tem que ir lá na USIMINAS, lá tá uma confusão tremenda e não adianta, eles não escutam. Então para motivar Geraldo Ribeiro eu disse para ele:" é melhor que haja alguém mandando botar fogo do que cada um botando fogo por conta própria." Ele então aceitou, pegamos o aparelho dos Padres Salesianos e o Padre Dilson, então colocou o som na rural do sindicato e foi para Ipatinga, aí o movimento começou a ter endereço, um ponto de referência para se entrar num acordo qualquer. Dai a pouco Magalhães Pinto veio com mais alguns vereadores, dois vereadores de Belo Horizonte, Geraldo Quintão parece que já estava na cidade, foram lá para o Bairro Castelo, o escritório era lá, junto aos elementos da Usiminas e o Padre Avelino que era o vigário lá do Horto, não me chamaram não. Padre Avelino teve uma presença muito conciliadora lá.

A presença de Magalhães Pinto e os vereadores era importante demais, e o mais importante foi quando a equipe do CETE Centro de Estudos do Trabalhador vieram fazer uma matéria sobre o fato e mostrar os originais eu disse para eles: "não coloquem Policiais e Operários de lados opostos, a questão não é essa, a questão é capital e trabalho. Os policiais estavam somente executando ordens, os responsáveis são aqueles que impuseram aos policiais a exigir aquilo de um modo indevido". Mas durante muito tempo ficou focalizado isso na policia mas eles estavam simplesmente cumprindo ordens. De modo que é um fato que mostra muito bem, agente compreende aquela situação de emoção no Brasil que se encontrava numa tensão tremenda, e Brizola, somente ele precipitou as coisa, ele provocou este golpe de 64, e quando agente sugeriu ao Geraldo Ribeiro que aproveitasse aquela situação e entrasse em acordo, par vê se ele conseguia mudar a polícia, em vez da polícia de farda amarela, Civil, se viesse o exército aqui porque haviam pistoleiros

profissionais do 6º batalhão de Valadares do 14º isso aqui. O mais havia aqui era pistoleiros o próprio tenente coronel Mauri Meireles, homem admirável, foi tenente coronel do 14º, quando eu falei com ele que eu tinha um certo preconceito com o Sr. Clinger porque ele era do 6º de Valadares, que eu tinha um certo preconceito uma imagem meio que equivocada do 6º batalhão, ele falou comigo, o Sr. Esta sendo muito generoso. (risos) O Clinger era um homem muito elogiado, agente tinha um certo receio porque ele era do 6º e Aberni Meireles reconheceu. Então Geraldo Ribeiro disse para aproveitaria a ocasião mas que ia ser coisa muito demorada.

VEJA BEM o massacre foi dia 7 de outubro de 1963 e o GOLPE foi dia 31 de março de 1964, Magalhães já estava articulando isso, se viesse gente do exército ligado ao (General ou Federal) | cujo presidente era Goulart, talvez Magalhães não teria chance de articular o golpe de 64. Brizola não entendeu que antes de dar o golpe tinha que criar as condições objetivas, ele provocou através de células o grupo dos onze, provocava atitude nos grupos e agiam com muita violência, aqui em Acesita por exemplo, nas greves que havia esse grupo que não apoiava Geraldo Ribeiro, havia grupo da CGT controlado por Brizola, os operários levavam cordas nas bicicletas para amarrar supervisor e engenheiro era um clima de tensão que ninguém agüentava mais e Brizola foi um dos responsáveis, ele provocou sempre, eu, por exemplo, eu acho que agente não chega a reforma de raízes sem violência, mas quem vai usar a violência nunca somos nós, nossa violência é pacífica é de enfrentar os cabões de braços para trás quiserem atirar vocês é que atirem, e o Brizola não preparou, ou não tomou conhecimento de criar essas condições para nos chegarmos ao poder como o Chile que chegou ao poder pelo voto. Com toda a certeza ele provocou uma atitude desta estúpida. Que houve uma estupidez muito grande isso ouve, e com conivência e não só conveniência mas com autorização mesmo dos representantes do capitão, apesar de ter diretores aí como Gil Latimozi, que era pessoa admirável, mas era representante do capitão como tal eles foram responsáveis por esta página mais escuras da nossa região.

Hoje eles tratam o golpe de 64 de forma muito folclórica, e até escrevem a página de modo muito diferente do que aconteceu na realidade. Me desculpem os companheiros da CUT que não tiveram a competência de enfrentar a força do capitão da USIMINAS, esse que esta aí agora, o Rinaldo Campos, muito competente e sabido, no discurso que ele fez numa reunião antes da privatização, eu não fiquei sabendo se ele era a favor ou contra a privatização. Eu fiquei feliz, porque eles é que mataram os operários e não os operários que os mataram. (risos)."

A entrevista com Padre Abdala Jorge, pároco da Paróquia São José, na cidade de Acesita/Timóteo, foi realizada por Eva Maria dos Reis Gomes, Psicóloga e familiar de vítima e José Gonçalves Ribeiro Advogado, no dia 23 de Agosto de 2004.

O padre Abdala Jorge se coloca a disposição para esclarecimento caso estes sejam solicitados pela comissão avaliadora dos processos encaminhados por este destinatário. .

Timóteo 23 de Agosto de 2004

Eva Maria dos Reis Gomes José Gonçalves Ribeiro

Câmara Municipal de Ipatinga - MG - UebiMiau 2.7



SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL
Instituída pela Lei n. 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)

Interessada: SELMA DA ROCHA GUALBERTO e oo.

Assunto : GERALDO DA ROCHA GUALBERTO

Processo n.: 121/04 - 08.04.04

Conselheiro autor do pedido de vista : Belisário dos Santos Jr.

A interessada, mãe de Geraldo da Rocha Gualberto, requer os benefícios da Lei n. 9.140/95, com as alterações da Lei n. 10.875/04.

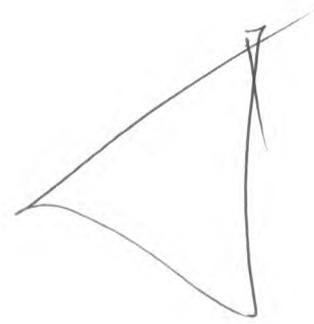
Alega que seu filho foi vítima do chamado massacre de Ipatinga, ocorrido aos 7 de outubro de 1963, quando integrantes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais efetuaram vários disparos contra trabalhadores da USIMINAS, em greve. Geraldo teria sido ferido, ao descer de um ônibus, impedido de seguir por conta do tumulto que se formava. Ao tentar proteger-se foi atingido, vindo a falecer em decorrência do ferimento recebido. Geraldo era alfaiate e nada tinha a ver com a manifestação grevista.

A eminente relatora, Dra. Maria Eliane Menezes de Farias, entendeu não verificado o requisito fundamental - participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, como previsto pelo artigo 1º da Lei n. 9.140, em sua redação atual.

Pedi vista dos autos, para melhor examiná-los.

Foram juntados aos autos os depoimentos de testemunhas encaminhados a esta Comissão.

.....



Passo a opinar.

A Lei n. 9.140/95 foi editada com a precípua intenção de solucionar a situação das pessoas vítimas de desaparecimento forçada praticada por agentes públicos. Essa preocupação ressalta da própria epígrafe da lei e da redação de seu artigo 1º, onde são reconhecidas como mortas pessoas que, por sua participação ou acusação de participação em atividades políticas, foram detidas por agentes públicos no período fixado e que, desde então se achem desaparecidas.

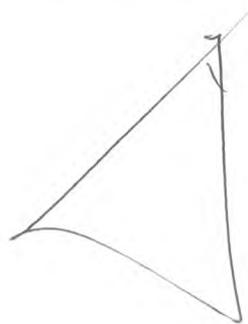
O Anexo 1, que acompanha a lei, elenca nomes de pessoas em favor de quem se estabeleceu a presunção de morte, por cumprirem os requisitos legais, sendo desde logo consideradas desaparecidas para os efeitos legais.

A Lei criou uma Comissão que poderia reconhecer outros beneficiários da indenização criada pela lei (artigo 4º), "face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988".

A primeira das atribuições da Comissão, dentro do marco de reconhecimento de situações indenizáveis, é a relativa a pessoas desaparecidas para os efeitos da lei, eventualmente não incluídas na relação do Anexo 1. Aqui, não há dúvida. Os requisitos descritos no artigo 1º prevalecem. Onde existe a mesma razão, deve se aplicar o mesmo direito.

A segunda das atribuições fixadas pelo artigo 4º, dentro do mesmo inciso I, é a relativa ao reconhecimento de pessoas mortas por causas não naturais, após detenção em dependências policiais ou assemelhadas, no período fixado. Aqui também opera a exigência, expressa no texto, do requisito participação ou acusação de participação em atividades políticas.

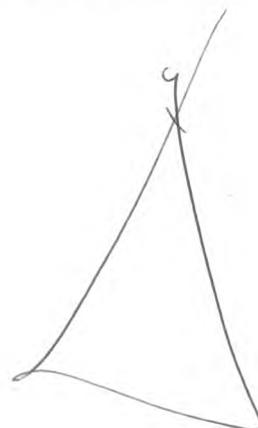
A lei n. 10.875/04 introduziu duas outras possibilidades de indenização, em face de proposta feita pela própria Comissão, entendidas



como necessárias e razoáveis para complementar os efeitos de pacificação pretendidos por legislação desse tipo.

Uma delas refere-se à questão do suicídio, agora trazido pelo artigo 4º, I, d da Lei. A morte por suicídio poderá ser indenizada se o ato decorreu da iminência da prisão ou de seqüelas provocada por tortura. Qualquer prisão? Qualquer tortura? A expressão "face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988", trazida pelo caput do artigo 4º, responde. A prisão e a tortura a que se refere a letra d devem ser lidas como aquelas de caráter político. Mas, isto não implica - a lei não exige - a participação política ou acusação de participação política da vítima. Bastará que a pessoa pudesse estar na iminência de prisão política ou tenha sido vítima de seqüelas cometidas durante a prisão política. Assim, qualquer pessoa que tenha suicidado na iminência de prisão política ou por seqüelas provocadas por tortura durante prisão política pode ser reconhecido nos termos do artigo 4º, I, d da Lei. A indenização decorre da censura feita pela lei às prisões políticas e à tortura durante essas prisões, cometidas no período fixado. Dificilmente, será encontrado caso fora dos marcos temporais do regime militar.

A outra hipótese refere a questão das passeatas e manifestações reprimidas pela polícia durante o período fixado em lei. A expressão colocada na lei "em manifestações públicas ou em conflitos armados" pretende conduzir à indenização dos casos de pessoas que tenham falecido por repressão de agentes do poder público, ocorrida nesses episódios. Por via de consequência entendo que a censura que a lei traz implícita não é apenas ao excesso de o agente do poder público matar qualquer dos autores da manifestação, mas sim à forma de repressão que tenha causado a morte de qualquer pessoa do povo nesses episódios. Assim, segundo creio deve ser lida a possibilidade da letra c com o caput do artigo 4º ("face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação



política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988").

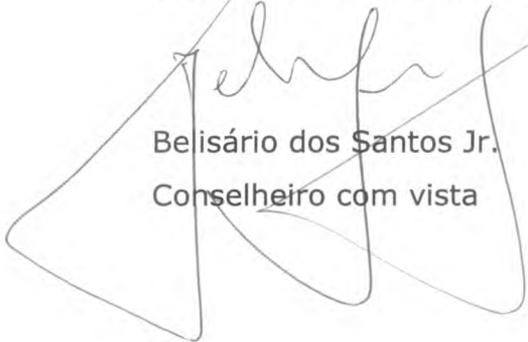
Por essa razão, não consigo encontrar um *discrímen* perfeito para distinguir vítima de repressão à manifestação que estivesse dela participando ou vítima casual, por assim dizer. Acho que, nessa hipótese, à falta desse *discrímen* que se justificasse ante o sistema jurídico, desigualar a vítima participante da vítima casual ferirá o princípio da igualdade, não merecendo ser aceita a discriminação.

Por essas razões é que divirjo da ilustre Relatora, com extremo respeito pelos argumentos por ela esposados. A questão é complexa e, seguramente, o colegiado, no processo de discussão dos votos, saberá adotar a orientação mais leal ao espírito da lei.

Assim, opino pelo deferimento do pedido inaugural.

É o voto.

Brasília, em 07 de outubro de 2004.



Belisário dos Santos Jr.
Conselheiro com vista



uma grande capacidade ociosa. No caso do Cazaquistão, a capacidade produtiva é de 820.000 toneladas/ano. Essas três origens representam, em conjunto, aproximadamente 70% da oferta mundial de ferro-cromo alto carbono, sendo que a participação da África do Sul evoluiu de 48,3%, em 2001, para 52,5%, em 2003, devido à sua política de expansão no mercado.

A capacidade produtiva anual de ferro-cromo alto carbono de todos os países objeto desta análise (3.910.000 toneladas) corresponde a aproximadamente 19,6 vezes a capacidade produtiva anual da indústria doméstica (200.000 toneladas), e cerca de 28 vezes o mercado brasileiro (140.855 toneladas), demonstrando que as origens em apreço possuem plenas condições de suprir o mercado nacional, mesmo quando se considera o consumo cativo das origens analisadas e suas exportações para outros países.

Atualmente, a África do Sul escolhe uma parte considerável de sua produção para a China. No entanto, com a expectativa de desaceleração da economia chinesa, poderão ser gerados excedentes na África do Sul, os quais deverão ser destinados a outros países. Tendo em vista a escala de produção das empresas sul-africanas, existe uma grande margem para flexibilização dos preços, mesmo para quantidades relativamente expressivas. Essa flexibilização também se aplica à Rússia e ao Cazaquistão, os quais possuem escalas de produção suficientes para a adoção de tal prática, caso ocorram mudanças no mercado mundial de ferro-cromo alto carbono que possam gerar excedentes em tais países.

10.3. Da Conclusão sobre a Retomada do Dano

Considerando o potencial exportador da África do Sul, do Cazaquistão e da Rússia e a capacidade dos produtores de tais países em flexibilizar os preços e, tendo-se em conta ainda que o preço provável das exportações desses países para o Brasil, caso o direito seja retirado, se encontra subcotado em US\$ 1,99/lbCr (um centavo de dólar estadunidense e noventa e nove centavos por libra-cromo) - 6% - com relação ao preço praticado pela indústria doméstica em suas vendas internas, e que as referidas origens necessitam praticar dumping para que seus produtos sejam competitivos no mercado nacional, conclui-se que, na ausência do direito antidumping, ocorrerá, muito provavelmente, exportações a preços de dumping e, conseqüentemente, retomada do dano à indústria doméstica.

11. Do Cálculo do Direito Antidumping

Por força do que dispõe o art. 45 do Decreto nº 1.602, de 1995, o direito antidumping não pode exceder à margem de dumping encontrada. Deve-se lembrar ainda que a aplicação do direito antidumping não deve implicar em excessiva proteção ou vantagem à indústria doméstica. Além disso, em se tratando de revisão, constatada a recuperação da indústria doméstica, não há que se falar em elevação do direito aplicado, o que aumentaria o nível de proteção à indústria doméstica.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 59, DE 27 DE AGOSTO DE 2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DA COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS, no uso de sua competência e das atribuições estabelecidas pelas Portarias nº 422, de 8.10.97, nº 534, de 10.11.98, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, bem como na forma disposta nas Resoluções nº 2.422, de 10.9.97 e nº 2.427, de 15.10.97, ambas consolidadas no Manual de Crédito Rural pela Resolução nº 3.224, de 29.7.04, do Banco Central do Brasil, observado, ainda, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2/2000 e 3/2001 desta Secretaria, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de soja não irrigada no Estado do Maranhão, ano safra 2004/2005, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano safra definido no Art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO ROSSETTI

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O Maranhão é o segundo maior produtor de soja da Região Nordeste, com uma produção estimada para a safra 2003/2004 de 924 mil toneladas (Conab - jun 04), com um incremento de 25% na área plantada e de 41% na produção, em relação à safra do ano anterior.

Definindo as áreas menos sujeitas a riscos de insucessos devido a ocorrência de adversidades climáticas, o zoneamento agroclimático constitui-se numa ferramenta de fundamental importância em várias atividades do setor agrícola. A disponibilidade hídrica é um dos principais fatores responsáveis pelas variações de produtividade observadas no tempo e no espaço. O presente trabalho teve por objetivo delimitar as áreas com menor risco de insucesso ao desenvolvimento da cultura da soja, devido a frequência de ocorrência de déficits hídricos. MATERIAL E MÉTODOS. A primeira etapa do trabalho consistiu na obtenção de todos os dados necessários. Foram obtidas junto ao Dnaee todas as séries pluviométricas, compreendendo os valores diários de precipitação observada num período mínimo de 15 anos, abrangendo 56 estações no Sul e Leste do Estado. O Inmet forneceu a evapotranspiração potencial de referência para alguns locais do Sul, estimada pelo método de Penman-Monteith.

Para representar as cultivares de soja recomendada para esta região, foram eleitas duas cultivares hipotéticas, consideradas perfeitamente adaptadas às condições termofotoperiódicas dos diferentes locais, com ciclos de 110 e 140 dias para o Sul e 90 a 110 para a microrregião de Chapadina, as quais denominou-se, para efeitos do estudo, de precoce e tardia, respectivamente.

Uma vez que não foi possível o cálculo de margens de dumping, e considerando que a margem de subcotação do produto importado em relação ao nacional foi de 6%, e, portanto, inferior aos direitos atualmente em vigor, o novo direito antidumping para África do Sul, Cazaquistão e Rússia foi determinado com base na subcotação, resultando, desse modo, no valor específico de US\$ 1,99/lbCr (um centavo de dólar estadunidense e noventa e nove centavos por libra-cromo).

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS COMISSÃO ESPECIAL - LEI 9.140/95

EXTRATO DA ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2004

A COMISSÃO ESPECIAL, reunida na nona sessão ordinária a contar de sua reinstalação, reconheceu as pessoas abaixo como insertas na tipificação do artigo 4º, I, "c", "c", "c", "c", "c", "c", "c", "c", "c", "d", "c" e "b" ou "c", respectivamente, todos da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995:

- ALEXANDER JOSE VOEROES IBSEN, solteiro, nascido em 05 de julho de 1952, no Chile, falecido em 27 de fevereiro de 1972, filho de Alexander Voeroes Toth e Carmem Ibsen Chateau;

- BENEDITO GONÇALVES, brasileiro, casado, nascido em 20 de agosto de 1931, no Estado de Minas Gerais, falecido em 30 de agosto de 1979, filho de João Gonçalves e Maria Julia;

- CLOVES DIAS AMORIM, brasileiro, solteiro, nascido em 22 de julho de 1946, no Estado do Rio de Janeiro, falecido em 23 de outubro de 1968, filho de José Leite de Amorim e Dornegues Dias de Amorim;

- DAVID DE SOUZA MEIRA, brasileiro, nascido em 29 de junho de 1943, no Estado de Minas Gerais, falecido em 02 de abril de 1968, filho de Valdomiro de Souza Meira e Alzira Novais Meira;

- FERNANDO DA SILVA LEMBO, brasileiro, solteiro, nascido em 05 de julho de 1952, falecido em 21 de junho de 1968;

- GERALDO DA ROCHA GUALBERTO, brasileiro, solteiro, nascido no Estado de Minas Gerais, falecido em 07 de outubro de 1963, filho de Romeu Gualberto e Maria Tereza da Rocha;

- IVAN ROCHA AGUIAR, brasileiro, solteiro, nascido em 14 de dezembro de 1941, no Estado de Pernambuco, falecido em 01 de abril de 1964, filho de Severino Aguiar Pereira e Lutzinete Rocha Aguiar;

- JONAS JOSÉ DE ALBUQUERQUE BARROS, brasileiro, solteiro, nascido em 17 de junho de 1946, no Estado de Pernambuco, falecido em 01 de abril de 1964, filho de Severino de Albuquerque Barros e Antonieta de Albuquerque Barros;

- JORGE APRÍGIO DE PAULA, brasileiro, falecido em 01 de abril de 1968, filho de Joaquim Paulo e Geraílda Maria de Jesus;

- JOSÉ GUIMARÃES, brasileiro, solteiro, nascido no Estado de São Paulo, falecido em 03 de outubro de 1968, filho de Alberto Carlos Barreto Guimarães e Magdalena Topolovsk;

- JUAREZ GUIMARÃES BRITO, brasileiro, casado, nascido em 22 de janeiro de 1938, no Estado de Minas Gerais, falecido em 19 de abril de 1970, filho de Jayme Ferreira de Brito e Amélia Guimarães de Brito;

- LABIBE ELIAS ABDUCH, brasileira, viúva, falecida em 01 de abril de 1964, filha de Helena Elias Carneiro e João Carneiro;

- MANOEL JOSÉ MENDES NUNES DE ABREU, nascido em 01 de janeiro de 1938, em Portugal, falecido em 23 de setembro de 1971, filho de José Pereira de Abreu e Dulce Souza Mendes Abreu.

Da data da publicação deste ato de reconhecimento, conta-se o prazo explicitado no parágrafo 1º, in fine, do artigo 10, da já referida lei.

A COMISSÃO ESPECIAL, na mesma reunião, não reconheceu, no enquadramento da Lei nº 9.140/95, as pessoas abaixo listadas:

- JAMES ALEN LUZ, brasileiro, solteiro, nascido em 21 de dezembro de 1938, no Estado de Goiás, falecido em 01 de abril de 1968, filho de Cassiano Diniz Filho da Luz e Rolandina Martins da Luz;

- JOÃO FORTUNATO VIDIGAL, brasileiro, casado, nascido em 15 de maio de 1943, no Estado de Minas Gerais, falecido em 30 de dezembro de 1972, filho de Aníbal de Castro Vidigal e Mariana Elias Martins;

- SEBASTIÃO GOMES DOS SANTOS, brasileiro, falecido em 30 de maio de 1969, filho de Pedro Gomes dos Santos e Leopoldina Gomes dos Santos.

JOÃO LUIZ DUBOC PINAUD
Presidente

De posse dos dados necessários, foram estimados os índices de satisfação das necessidades de água (ISNA), definidos como a relação existente entre evapotranspiração real (ETR) e a evapotranspiração máxima da cultura (ETm), utilizando-se um modelo de simulação do balanço hídrico da cultura (SARRAZON). Para definição dos níveis de risco agroclimático, foram estabelecidas três classes, de acordo com a relação ETR/ETm obtida: favorável (ETR/ETm > 0,65); intermediária (0,65 > ETR/ETm > 0,55); e desfavorável (ETR/ETm < 0,55).

Para efeito da simulação, as classes de solos foram agrupadas segundo sua capacidade de armazenamento de água. Para o Sul do Maranhão, considerou-se três tipos de solos, definidos em tópico próprio adiante. Foram efetuadas simulações das épocas de plantio a cada dez dias entre 1º de outubro e 31 de janeiro. Para a espacialização dos resultados, foram empregados os Isna estimados para o período fenológico compreendido entre a floração e o enchimento de grãos (período mais crítico ao déficit hídrico), com frequência mínima de 80% nos anos utilizados em cada estação pluviométrica. Cada valor de Isna observado durante esta fase, foi associado à localização geográfica da respectiva estação para posterior espacialização dos mesmos, utilizando-se um sistema de informações geográficas (Spring) desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Foram confeccionados 72 mapas para o Sul do Maranhão e 54 para a região de Chapadina, definindo-se as áreas de maior ou menor risco de ocorrência de déficit hídrico durante a fase mais crítica da cultura, caracterizadas como favoráveis, intermediárias e desfavoráveis, em função das diferentes épocas de semeadura. RESULTADOS OBTIDOS. O zoneamento agroclimático resultou na definição das regiões de maior ou menor risco climático e nas épocas de plantio recomendadas para cada município, conforme apresentado nas tabelas abaixo.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS PARA O PLANTIO

Tipo 1: Areias quartzosas e solos aluviais arenosos. **Tipo 2:** Latossolos Vermelho escuro e Vermelho amarelo (com menos de 35% de argila). **Tipo 3:** Podzólicos Vermelho-Amarelo e Vermelho-Escuro, (Terra Roxa Estruturada); Latossolos Roxo e Vermelho-Escuro (com mais de 35% de argila); Cambissolos Eutróficos e solos Aluviais de textura média e argilosa

3. PERÍODOS FAVORÁVEIS DE PLANTIO

Períodos →	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Dias →	1º	11	21	1º	11	21	1º	11	21	1º	11	21	1º	11	21
	a	a	a	A	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	10	20	31	10	20	30	10	20	31	10	20	31	10	20	28
Meses →	Outubro			novembro			dezembro			janeiro			fevereiro		

A época de plantio indicada pelo zoneamento não será prorrogada ou antecipada em hipótese alguma. No caso de ocorrer algum evento atípico à época indicada (p.ex.: seca excessiva que impeça o preparo do solo e semeadura, ou excesso de chuvas que não permita o tráfego de máquinas na propriedade), recomenda-se aos produtores não efetivarem a implantação da lavoura nesta safra no local atingido, uma vez que, fatalmente, o empreendimento estará sujeito a eventos climáticos adversos impossíveis, ainda, de serem previstos pelo zoneamento.

87
[Handwritten signature]

Francisco Helder M. Pereira

De: SEDH-DESAPARECIDOS
Enviado em: segunda-feira, 8 de novembro de 2004 08:40
Para: Francisco Helder M. Pereira
Assunto: ENC: Solicitação faz

-----Mensagem original-----

De: Cac [mailto:cac@camaraipatinga.mg.gov.br]
Enviada em: sexta-feira, 5 de novembro de 2004 13:06
Para: "desaparecidospolitic@sedh.gov.br"@cmif.camaraipatinga.mg.gov.br
Assunto: Solicitação faz

DD. Sr. João Luiz Duborc Pinaut
Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos

O CAC da Câmara Municipal de Ipatinga solicita:

1. cópia dos votos dos membros da Comissão no deferimento dos requerimentos enviados: Geraldo da Rocha Gualberto, Antonio José dos Reis, Sebastião Tomé da Silva, Alvino Ferreira Felipe.
2. Cópia do parecer do Dr. Belisário.
3. Confirmação da data de publicação no Diário Oficial.

Atenciosamente
José Gonçalves Ribeiro

Câmara Municipal de Ipatinga - MG - UebiMiau 2.7

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



COMISSÃO ESPECIAL – Instituída pela Lei 9.140/95

(Mortos e Desaparecidos Políticos)

Secretaria Executiva da Comissão Especial

C E R T I D ã O

Certifico que na data de 09/12/2004, recebemos na Secretaria da Comissão Especial fone-fax, com informações para ser juntado aos presentes autos do processo administrativo nº 121/04 de **GERALDO DA ROCHA GUALBERTO**.

Era o que havia a certificar.

Brasília, 08 de DEZEMBRO de 2004.

Simone S. Botelho

Simone Steigleder Botelho

Assessora

Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

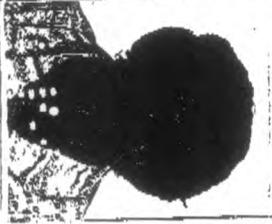
A10.36.5.P.127/135

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO



POLEGAR DIREITO



"MATOS DE 65 ANOS"
Maria Tereza da Rocha
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL M-7.208.388 DATA DE EXPEDICAO 16/04/91

NOME MARIA TEREZA DA ROCHA

FILIAÇÃO JOSE FINO RODRIGUES ROCHA
ERMELINDA JOSEFINA DA ROCHA

NATURALIDADE GUANHAES-MG DATA DE NASCIMENTO 15/10/10

DOC ORIGEM CAS LV-03 FL-221 BRAUNAS/MG

CPF 017394846-49

BELO HORIZONTE, MG

ASSINATURA DO DIRETOR [Signature]

LEI N.º 116 DE 25/08/85 PII-374

29

Seus Cuidados

Tiago (Comissão de mortos e desaparecidos)

Verificar se há conta de pessoa ou outra em nome de Maria Tereza da Rocha

ATO. 36.5.P.128/135

98

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Selma da Rocha Gualberto

CIC

NASCIMENTO: 09.05.43

INSCRIÇÃO NO CPF: 336.841.896-34

CONTRIBUINTE: SELMA DA ROCHA GUALBERTO

Selma da Rocha Gualberto
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



4341 3109 07360 5
91245
SELMA DA ROCHA GUALBERTO

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



COMISSÃO ESPECIAL – Instituída pela Lei 9.140/95

(Mortos e Desaparecidos Políticos)

Secretaria Executiva da Comissão Especial

C E R T I D ã O

Certifico que na data de 13/12/2004, recebemos na Secretaria da Comissão Especial fac-símile, da senhora Maria Tereza da Rocha, para ser juntado aos presentes autos do processo administrativo nº 121/04 de **GERALDO DA ROCHA GUALBERTO**.

Era o que havia a certificar.

Brasília, 13 de DEZEMBRO de 2004.

Simone S. Botelho

Simone Steigleder Botelho

Assessora

Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DA CIDADE E COMARCA DE AÇUCENA/MINAS GERAIS.
JOSÉ EDUARDO FURBINO/OFICIA
SIDNEI FURBINO DE M. CARVALHO
SUBSTITUTA.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE AÇUCENA
MUNICÍPIO DE AÇUCENA
DISTRITO DE AÇUCENA



ARTÓRIO DE NOTAS DE BARRA ALEGRE - IPATINGA - MG

JOSÉ EDUARDO FURBINO

Escrivão..... X

Certifico, conforme estatui do Decreto lei nº 2148 de 20/04-940 que a copia fotostatica esta igual ao original que me foi apresentada e confio ao Barra Alegre do Registro Civil
1204
VAILTON SILVA - CPF 023.062.566-06

Certidão de Casamento

CERTIFICO que, sob o n.º 224, às fls. 144/144v., do livro n.º B-06 de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 11 de abril de 1938, foi feito o casamento de ROMEU GUALBERTO e MARIA THEREZA DA ROCHA - contraído perante o Juiz em exercício - e as testemunhas constantes no termo -

Ele, nascido no distrito de Braúmas de Guanhões - MG nos 07 de março de 1905 - profissão soleiro - residente e domiciliado neste arraial - filho de Octavio Clavo de Figueiredo Gualberto e Semirames Moreira Pinto -

Ela, nascida em Guanhões - MG nos 15 de outubro de 1910 - profissão professora pública - residente e domiciliada neste arraial - filha de Josephino Rodrigues Rocha e Esmelinda Josephina da Rocha -

a qual passou assinar-se o mesmo nome -
Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 1520 Nos. rec. por Lei do Código Civil.
Observações: Pelos contratantes foi declarado que seu casamento é sob o regime de comunhão de bens, que antes do casamento civil tiveram um filho de nome: GERALDO DA ROCHA GUALBERTO, nascido em primeiro de março de 1935, o qual eles contraentes, reconhecem e legitimam para todos os efeitos de sucessão como sendo seu legítimo filho e verdadeiro herdeiro - SEGUNDA VIA -

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DA CIDADE E COMARCA DE AÇUCENA/MINAS GERAIS.
JOSÉ EDUARDO FURBINO/OFICIA
SIDNEI FURBINO DE M. CARVALHO
SUBSTITUTA.

O referido é verdade e dou fé.

Açucena 10 de dezembro de 2004 -

[Handwritten signature]





CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Praça Três Poderes, s/nº - Centro - Caixa Postal 685 - Fone: (31) 3829-1200
Fax: (31) 3829-1240 - CEP: 35160-011 - Ipatinga - Minas Gerais

↳ Mandar FAX 061-4293464
A/c SIMONE
Triago

94
~~94~~

16:34

100 100

100 100

100

100 100

100 100

100 100

100 100

ATO.36.5.P 133/135

13-12-04 16:34

Page: 01

95
~~95~~

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



COMISSÃO ESPECIAL – Instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Secretaria Executiva da Comissão Especial

A Comissão Especial criada pela Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, no uso da atribuição estabelecida na alínea "b" do inciso I do art. 4º da referida Lei.

RESOLVE:

Deferir o requerimento de **MARIA TEREZA DA ROCHA**, com base no art. 10 e seus parágrafos, mãe de GERALDO DA ROCHA GUALBERTO, conforme avaliação da documentação constante do processo 121/2004.

Em decorrência, a requerente poderá receber como indenização a título reparatório, a importância de R\$ 111.360,00 (cento e onze mil e trezentos e sessenta reais), conforme dispões o art. 11 da referida Lei, após publicação de Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Brasília, 10 de dezembro de 2004.


AUGUSTINO PEDRO VEIT
Presidente da Comissão

PROCESSO Nº 121/2004, DE 08/07/2004

REQUERENTE: **MARIA TEREZA DA ROCHA**

DESAPARECIDO/MORTO: **GERALDO DA ROCHA GUALBERTO**

Senhor Presidente,

A requerente, mãe do desaparecido/morto, apresenta documentação que habilita receber indenização.

GERALDO DA ROCHA GUALBERTO, brasileiro, nascido no Estado de Minas Gerais, no dia 01 de março de 1935, filho de Romeu Gualberto de Maria Tereza da Rocha, morto/desaparecido em 07 de outubro de 1963.

Para efeito de indenização em consonância com o artigo 11 e seus parágrafos, a requerente faz jus à importância de R\$ 111.360,00 (cento e onze mil e trezentos e sessenta reais), a qual se baseia nos seguintes cálculos:

ÉPOCA DO DESAPARECIMENTO/MORTE	IDADE DA DATA DO DESAPARECIMENTO /MORTE	EXPECTATIVA MEDIA DE SOBREVIDA	VALOR ÚNICO (R\$)	VALOR TOTAL INDENIZAÇÃO (R\$)
1963	28	37,12	3.000,00	111.360,00

Estas são as informações e valores que submeto a apreciação de Vossa Excelência.

Brasília, 10 de dezembro de 2004.

Simone S. Botelho
Simone Steigleder Botelho
 Assessora Técnica da Comissão